



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DA

## COVILHÃ

ATA N.º 02/2022

DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 09 DE MAIO DE 2022

INICIADA ÀS 14 HORAS E 35 MINUTOS. CONCLUÍDA ÀS 21 HORAS e 35 MINUTOS.

---

<b>SUMÁRIO:</b>	<b>FL</b>
ABERTURA .....	<b>02</b>
ANTES DA ORDEM DO DIA .....	<b>07</b>
ORDEM DO DIA .....	<b>47</b>
INTERVENÇÃO DO PÚBLICO .....	<b>112</b>
ENCERRAMENTO .....	<b>113</b>

ATA N.º 02/2022ABERTURA

Aos nove dias do mês de maio de dois mil e vinte e dois, no Auditório Municipal, sito na Rua do Castelo, em Covilhã, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal do Concelho da Covilhã, sob a presidência do Exmo. Senhor **Dr. João José Casteleiro Alves** com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS**1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

- 1.1** - *Aprovação de Ata*
- 1.2** - *Expediente*
- 1.3** - *Intervenções*

**2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

- 2.1** - *Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Atividade e Situação Financeira do Município*
- 2.2** - *Relatório de Gestão e Atividades 2021 do Município da Covilhã*
- 2.3** - *5.ª Alteração Orçamental Modificativa – Receitas/Despesas/GP/PPI/PAM*
- 2.4** - *Suspensão da TOS – Taxa de Ocupação do Subsolo*
- 2.5** - *Delegação de Competências entre a Câmara Municipal da Covilhã e o Estado e entre a Câmara Municipal e a Entidade Intermunicipal – alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013*
  - a. Valores Serviços Essenciais – Transportes; outros projetos em parceria – CIMBSE – Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela;*
  - b. Contratos interadministrativos com os Agrupamentos de Escola e Escolas não Agrupadas – 2022*
- 2.6** - *Formas de Apoio às Freguesias – alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013*
  - a. Protocolo de Apoio em espécie entre o Município da Covilhã e a Freguesia do Dominguizo – cedência de Tout-venant;*
  - b. Protocolo de Apoio entre o Município da Covilhã e a União de Freguesias de Teixoso e Sarzedo – Requalificação da Calçada da Rua Nova, no Sarzedo;*
  - c. Protocolo de Apoio entre o Município da Covilhã e a União de Freguesias de Teixoso e Sarzedo – Obras no Parque Fitness;*

- d. *Protocolo de Apoio entre o Município da Covilhã e a Freguesia de S. Jorge da Beira para aquisição de tintas para pintura interior e exterior do pavilhão junto à Capela de Nossa senhora de Fátima e para arranjo do telhado da Junta de Freguesia;*
- e. *Protocolo de Apoio entre o Município da Covilhã e a União de Freguesias de Casegas e Ourondo – para a realização de obras de intervenção no Cruzamento da EM511 com a Rua do Anjo da Guarda – Casegas;*
- f. *Protocolo de Apoio entre o Município da Covilhã e a Freguesia da Erada;*
- g. *Protocolo de Apoio entre o Município da Covilhã e a Freguesia de Peraboa – execução das obras de reparação do Pontão da Pontinha;*
- h. *Protocolo de Apoio entre o Município da Covilhã e a Freguesia da Erada – Aquisição de parcela de terreno, para requalificação de equipamentos de recolha de resíduos;*
- i. *Protocolo de Apoio entre o Município da Covilhã e a Freguesia de S. Jorge da Beira, para efeitos de aquisição do antigo Lagar de Azeite e elaboração do respetivo projeto de reabilitação;*
- j. *Protocolo de Apoio entre o Município da Covilhã e a União de Freguesias de Peso e Vales do Rio – Execução de obras no edifício da Escola EB1 de vales do Rio*

**2.7 - Delegação de Competências nas Freguesias**

- a. *Contrato de Delegação de Competências na Freguesia de Peraboa – Despesas de gestão e funcionamento do refeitório da EB/JI Peraboa – Ano Letivo 2021/2022;*
- b. *Contrato de Delegação de Competências na junta de Freguesia de Peraboa – Assistente Operacional a Tempo Inteiro – Ano Letivo 2021/2022;*
- c. *Contrato de Delegação de Competências na Junta de Freguesia de Barco e Coutada – Assistente Operacional a Tempo Inteiro – Ano Letivo 2021/2022*

**2.8 - Acordos de Transferência de Competências nas Freguesias**

- a. *Acordo de Transferência de Competências e de Recursos da Câmara Municipal da Covilhã para a Freguesia de S. Jorge da Beira;*
- b. *Acordo de Transferência de Competências e de Recursos da Câmara Municipal da Covilhã para a Freguesia do Ferro;*
- c. *Transferência de Competências no domínio da Ação Social – Prorrogação do Prazo*

**2.9 - Regulamento do Conselho Municipal de Cultura da Covilhã**

**2.10 - Regulamento de Funcionamento do Museu da Covilhã**

**2.11 - Concessão do Direito de Uso Privativo em espaço Público para a Instalação de 43 Pontos de carregamento de Baterias de Veículos elétricos, em locais públicos de acesso público no Concelho da Covilhã – Adjudicação**

**2.12 - Aumento de valor das participações sociais**

- a. *ADERES – Associação de Desenvolvimento Rural Estrela Sul – Quotização – 2022*
- b. *Beira Serra – Associação de Desenvolvimento*

**3. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

A sessão foi secretariada pelo 1.º e 2.º Secretários, respetivamente, o Senhor António Paulo Pereira Ranito e a Senhora Mestre Sandra Isabel Neves Ferreira (Sobral de S. Miguel). -----

Responderam à chamada os Excelentíssimos Senhores: Dr. João José Casteleiro Alves, Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes, Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro, Dr. Hugo Ferrinho Lopes, Ilídio Moisés Serra dos Reis em substituição da Senhora Prof.ª Doutora Maria da Graça Guilherme d'Almeida Sardinha, Doutor Pedro Alexandre Rodrigues Manquinho em substituição do Senhor Prof. Vítor Manuel Reis Silva, António Paulo Pereira Ranito, Dra. Vanda Cláudia Raposo Cid Ferreira, Dr. Jorge Manuel Torrão Nunes, Dra. Valéria Alexandra Mendes Garcia em substituição do Senhor Dr. Jorge Filipe Reis Ferrão Vaz, Dr. Vítor Manuel Ferrinho Pinho em substituição da Senhora Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes, Lino Fernandes Torgal em substituição do Senhor Dr. Nelson Antunes Carvalho, Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves, Dr. Fernando Teixeira Dias Pinheiro, Doutora Mónica Cristina Cerqueira Ramôa, Dra. Joana Filipa Real Sardinha em substituição do Senhor Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro, Dra. Joana Petrucci Dias Rocha, Dra. Vânia Sofia Saraiva Neves, Eng.º Luís da Silva Rodrigues, Eng.º Pedro Miguel Melo Bernardo, Dr. Nuno Flávio Costa Reis, Afonso Manuel Mousaco Gomes e os Excelentíssimos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia: Joana Patrício Campos (Aldeia de S. Francisco de Assis), Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra), Dr. Jorge Ricardo Gouveia Viegas (Cortes do Meio), José Carlos Varandas Neves Matos (Dominguizo), João Ramos Almeida (Erada), Dr. Gilberto Miguel Fortuna Melfe (Ferro), Dr. Sérgio Nuno Proença Rodrigues (Orjais), Gabriel Simões Lopes Gouveia (Paul), Cristina Maria Conde de Campos Barata (Peraboa), Paulo Jorge da Silva Maçãs Quintela (S. Jorge da Beira), Mestre Sandra Isabel Neves Ferreira (Sobral de S. Miguel), Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo), Dra. Cátia Vanessa Alves Gaudêncio em substituição de José António Serra Guerreiro (Unhais da Serra), Mestre Daniela Sofia Pereira Correia (Verdelhos), Dr. Ângelo Miguel Santarém Correia em substituição do Senhor Pedro Nuno Cunha Leitão (Cantar-Galo e Vila do Carvalho), César Araújo Craveiro (Casegas e Ourondo), Abel Fernando Pereira Cardoso em substituição do Senhor Carlos do Carmo Martins (Covilhã e Canhoso), Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio), António Manuel Pais Carriço (Teixoso e Sarzedo) e Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia de Souto).

Verificada a existência de “quórum”, o Excelentíssimo Presidente da Mesa deu por iniciados os trabalhos da presente Sessão. -----

PRESENCAS DA CÂMARA MUNICIPAL

--- Estiveram presentes: o Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Vítor Manuel Pinheiro Pereira, e os Senhores Vereadores: Dr. Pedro Miguel Santos Farromba, Dr. José Armando Serra dos Reis, Prof. Doutora Maria Regina Gomes Gouveia, Eng.º Jorge Humberto Martins Simões em substituição do Senhor Dr. Ricardo Miguel Correia Leitão Ferreira da Silva, Eng.º José Miguel Ribeiro Oliveira e Dra. Marta Maria Tomaz Gomes Morais Alçada Bom Jesus; do corpo técnico: a Diretora do Departamento de Administração Geral e Coordenação Jurídica – Dra. Graça Isabel Pires Henry Robbins, o Diretor do Departamento de Finanças e Modernização Administrativa – Mestre Júlio Manuel de Sousa Costa, o Diretor do Departamento de Obras e Planeamento – Eng.º Jorge Manuel Galhardo Vieira e do Serviço de Apoio à Assembleia Municipal a Técnica Superior, Dra. Ivone Franco Correia, e a Coordenadora Técnica, Olinda Maria Alves Quintela Barata Carrola. ----

Submetida a **Ordem de Trabalhos** à votação, **foi** a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

## 1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

### 1.1 - APROVAÇÃO DE ATAS

Não foram agendadas atas para aprovação. -----

### 1.2 - EXPEDIENTE

--- Nos termos da alínea *m*) do n.º 1 do artigo 29.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi dado conhecimento do seguinte expediente: -----

- Carta da família do Senhor Álvaro Lambelho Ramos a agradecer a presença do senhor Presidente da Assembleia Municipal no funeral, bem como o apoio e conforto que lhes foi manifestado; ---
- Carta da Dra. Ana Júlia Albernaz de Andrade S. Antunes a agradecer o Voto de Pesar em memória do seu marido José Juvenal Ferreira Gonçalves. -----

- A Senhora **Dra. Joana Petrucci Dias Rocha (CDS-PP)** referiu que, “na última Assembleia, apresentámos um requerimento para que fosse solicitado um parecer à CCDR e à Inspeção Geral de Finanças sobre a informação escrita. Não sei se isso já aconteceu e se já houve alguma resposta.” -----

- O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** respondeu que, de momento, não havia qualquer resposta. -----

### 1.3 - INTERVENÇÕES

#### LÍDERES / REPRESENTANTES DE BANCADA

--- O Senhor **Dr. Fernando Teixeira Dias Pinheiro (Movimento “Covilhã Tem Força”)**, após cumprimentar todos os presentes, fez a seguinte intervenção: -----

“O Poder Local Democrático -----

Reúne aqui nesta Assembleia Municipal a expressão democrática dos interesses e dos escolhidos do Povo em eleições livres. -----

Deste modo, é deste órgão que deve partir a iniciativa de aproximar eleitores e eleitos. Mais do que encontros circunstanciais e raros no dia a dia, mas na regularidade das reuniões da Assembleia Municipal e também da Câmara. Não é mais tolerável nos dias que correm que os atos públicos dos eleitos no novo mundo de comunicação instantânea tenham, da parte dos eleitos, a indiferença no retorno desta interlocução a todos os níveis. -----

Tenho que lamentar que, aos cidadãos deste Concelho, lhes esteja vedada a possibilidade de acompanharem em direto esta sessão da Assembleia Municipal e o que aqui irá ser dito por transmissão fácil e de custo reduzido face aos meios técnicos ao nosso alcance, do lugar onde se fala dos problemas e das causas da Covilhã, das suas freguesias, dos seus bairros, dos Covilhanenses e das suas causas coletivas. -----

Devo, por isso, chamar a atenção do Senhor Presidente da Assembleia Municipal que não deve ignorar a autonomia desta Assembleia para exigir os meios que permitam a transmissão das reuniões deste órgão a todos os habitantes deste Concelho.” -----

--- **Doutora Mónica Cristina Cerqueira Ramôa (CDU - PCP/PEV)** fez a intervenção que, a seguir, se reproduz: **(doc.01)** -----

*“Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, -----  
Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, -----  
Exma(s). Senhoras e Senhores Vereadores, -----  
Exma(s). Senhoras e Senhores Presidentes de Junta, -----  
Exma(s). Senhoras e Senhores Deputados Municipais, -----  
Minhas Senhoras e meus Senhores, -----*

*Imaginemos ... que em vez de estarmos numa sessão de Assembleia Municipal da Covilhã, no Distrito de Castelo Branco, com aproximadamente 177 mil habitantes, em maio de 2022, em pleno século XXI, ... imaginemos, então, que estávamos num órgão deliberativo da cidade de Khost, na província afegã com o mesmo nome, com cerca de 180 mil habitantes (mais ou menos como o distrito de Castelo Branco) ... Se estivéssemos em Khost, eu não estaria aqui, muito menos sem estar aprisionada numa burka. Como mulher, não teria acesso à atividade política nem a qualquer outra atividade cidadã, nem tão pouco direito à liberdade e à igualdade... Mas o interessante é que esta guerra aos direitos das mulheres, esta guerra aos direitos humanos, no Afeganistão, não merece o cuidado ... o cuidado verdadeiro... das nações europeias, ou americana, ou outras. Claro, esta guerra às mulheres afegãs (eu diria a todas as mulheres) não ataca os interesses económicos de quem manda na Europa. O petróleo afegão e seus derivados continuará a correr para o primeiro mundo, quer as mulheres sejam obrigadas a usar burka quer não... talvez até corram mais se as mulheres continuarem a ser consideradas “uma espécie de humanas”, impedidas de estudar e de se emanciparem... -----*

*Mas, na verdade, estamos na Covilhã. E a circunstância das mulheres não é usar uma burka que as aprisione. No entanto, a Covilhã, é uma cidade que continua a discriminar as pessoas, a maior*

*parte delas, mulheres. Esta afirmação poderá parecer pesada, para alguns e outros pensarão que é desadequada. Ora então, vejamos...* -----

*A maior parte dos habitantes que utilizam os transportes públicos no concelho da Covilhã são mulheres, crianças e jovens. Os horários e percursos delineados, continuam, no essencial, os mesmos de há muitos anos, e com provas, mais do que dadas, que não são os ajustados aos interesses da população. Se uma mulher ou jovem ou criança que resida, por exemplo, em S. Jorge da Beira, e tiver que regressar a casa, por qualquer motivo, depois do almoço, não tem nenhum autocarro... a não ser ao final da tarde, depois das 18h30... chegará sempre depois das 19h30 a casa... Isto não é discriminação? Por que é que o tempo destas pessoas vale menos do que o dos que vivem na cidade? Por outro lado, estes percursos, fora da “Grande Covilhã” (seja lá o que isso quer dizer), não tiveram redução de tarifa... e se calhar, ou mesmo de certeza, as condições em que viajam são muito piores do que os que, e bem, tiveram direito a redução de tarifa. Para não falar em transporte aos fins de semana...* -----

*Os autocarros continuam “vintage”, isto é, à moda do século XX. E depois ... ouvimos a narrativa da construção de sociedades de baixo carbono! As bicicletas, não as vemos... pelo menos com a frequência que seria de esperar e que até permitiu a esta empresa ganhar o concurso... para não falar das trotinetes... que, a bem da verdade, não as encontramos, de todo.* -----

*É do conhecimento científico e geral de que a mobilidade, melhor dizendo, a qualidade da mobilidade numa cidade e suas freguesias, é condição determinante de desenvolvimento económico, atratividade e aumento da qualidade de vida das populações. Está mais do que estudado e tipificado de que os transportes públicos, os pedonais e os cicláveis são o futuro. São aqueles que garantem o desenvolvimento sustentável e a diminuição do tempo gasto entre o domicílio e as atividades laborais, sociais, culturais e recreativas.* -----

*Dois anos passados sobre a promessa de mudança, nesta matéria, ainda não foram criadas condições para que os transportes públicos, pedonais e cicláveis se tornassem, de facto, uma alternativa! Para nem falar dos elevadores... os sempre fora de serviço...* -----

*E, ... voltando à burka, são as mulheres, os jovens e as crianças que mais sofrem os efeitos de uma mobilidade anacrónica. É verdade, as mulheres na Covilhã não têm de usar burka, mas sendo as mulheres as que mais utilizam transportes públicos, gostaria de perguntar como é que uma mulher ou um jovem, por exemplo, da Barroca, poderia usufruir da agenda do Teatro Municipal da Covilhã? Teria de andar à boleia? Ou teria de comprar veículo próprio para se deslocar e usufruir de um direito que tem e que é o direito à cultura? Mas como não tem essa capacidade económica, idade para conduzir ou, quiçá, tem preocupações ambientais, deixa de poder usufruir desse direito?*

*A burka, além de todos os direitos humanos que nega, dificulta a visão, o pensamento, já que provoca enormes cefaleias devido à pressão que faz sobre o perímetro craniano, compromete a ventilação na respiração, impede a liberdade de movimentos. A mobilidade na Covilhã condiciona os movimentos de todos, principalmente os das mulheres. Faz com que a sua qualidade de vida seja pior. Condiciona as suas vidas e o futuro de todos.* -----

--- Mandatado pelo líder da Bancada do **CDS-PP**, o Senhor **Dr. Nuno Flávio Costa Reis**, após cumprimentar todos os presentes, iniciou dizendo que “teria sido interessante perceber onde é

que estava a Senhora Prof.<sup>a</sup> Mónica Ramôa, aquando da defesa de milhares de pessoas, dos milhares de Venezuelanos que nos últimos anos passaram fome, tristeza agravada pelas condições degradantes que o regime ditatorial subjugou aquelas pessoas. -----

Teria sido interessante perceber aqui onde é que estava a Prof.<sup>a</sup> Mónica Ramôa... conseguiram aqui desvalorizar o ataque agravado que a Rússia tem feito à Ucrânia e não conseguem ouvir um comentário...” -----

- O Senhor **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra)** interrompeu a intervenção para dizer que se estava perante “um período de intervenção de declarações políticas e acho que é de bom tom o Senhor Presidente da Assembleia não deixar que esta intervenção seja de resposta a outras intervenções.” -----

- O Senhor **Dr. Nuno Flávio Costa Reis (CDS-PP)** retomou a sua intervenção dizendo que “não deixa de ser preocupante olharmos para um caso que nos deve preocupar a todos e que a Prof.<sup>a</sup> aqui trouxe relativamente às mulheres que são subjugadas numa determinada área geográfica do nosso mundo, mas não conseguimos perceber que este mesmo partido ou esta mesma Professora não consegue defender tantas e tantas minorias num país que tem maltratado, subjugado belicamente uma outra nação completamente independente.” -----

Seguidamente, fez a intervenção que se transcreve: **(doc.02 adaptado à intervenção feita)** -----

*“Julgo poder afirmar que todos concordamos com a importância e o enorme sinal de comunidade, em criar formas de poder partilhar e ampliar a nossa acção, as nossas intervenções e, mais importante ainda, receber os comentários, questões e sugestões dos nossos munícipes. Quero a este propósito, recordando uma das nossas últimas reuniões, questionar se foram desenvolvidos esforços para encontrar resposta à possibilidade da transmissão online das reuniões de Câmara e da Assembleia Municipal? -----*

*Gostaríamos que o aliviar das regras de restrição relativas ao COVID não fosse agora o motivo que justificasse a não importância desta medida, que julgamos simples de poder implementar, contribuirá para a democracia e maior transparência da nossa actividade. -----*

*Foi igualmente na sequência dos impactos da pandemia, que o Conselho Europeu criou o Next Generation EU, um instrumento de recuperação, a partir do qual se desenvolve o Mecanismo de Recuperação e Resiliência, onde se enquadra o Plano de Recuperação e Resiliência, o tão aclamado PRR. -----*

*O PRR prevê a implementação de um conjunto de reformas e investimentos que visam a retoma do crescimento económico sustentado do país, organizados em 20 Componentes, agrupadas em torno de três dimensões estruturantes: a Resiliência, a Transição Climática e a Transição Digital. -----*

*Face ao impacto brutal da pandemia na nossa economia, no tecido empresarial, sobretudo em alguns sectores de maior fragilidade, e na sociedade em geral, agravado agora com o impacto da agressão russa contra a Ucrânia, mais do que expectativas elevadas de que este conjunto de medidas e financiamento reformista possam, efetivamente, alavancar a economia, são ao momento uma oportunidade única que não podemos e não devemos desperdiçar. -----*

Contudo, não podemos deixar de o referir com alguma preocupação, olhando aos relatórios de monitorização do PRR o cenário que encontramos é o da canalização destes fundos na sua maioria para entidades e empresas públicas, ou seja, o estado. -----

**Repare-se nos seguintes factos:** -----

- Famílias, disponíveis mais de 1.300 M€, com 26 245 candidaturas aprovadas, foram pagos apenas 34M€; -----

- Instituições da Economia Solidária e Social, 515 M€ disponíveis, com 1515 candidaturas aprovadas, foram pagos 0€; -----

- Empresas, 2.728 M€ disponíveis, 1370 candidaturas aprovadas, foram pagos 0,1 M€. -----

**Em contrapartida:** -----

- Entidades Públicas, disponíveis 1.119 M€, 22 candidaturas aprovadas, pagos 168 M€: -----

- Empresas Públicas, disponíveis 1.436 M€, 8 candidaturas aprovadas, pagos 210 M€. -----

Já no último mês de Março, a Comissão Nacional de Acompanhamento do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), liderada até então por António Costa e Silva, actual Ministro da Economia e do Mar, salientava a importância de verificar se os investimentos estão a produzir os resultados pretendidos e ambicionados no Plano.” -----

“Dito isto e tinha mais algumas coisas a acrescentar a esta minha intervenção, gostaria apenas de aproveitar o momento para lançar algumas questões ao Senhor Presidente da Câmara: -----

- “Está a CMC em condições de promover o desenvolvimento de candidaturas estruturantes ao PRR e, futuramente do PT2030, junto das empresas e famílias covilhanenses? -----

- O tão proclamado balcão do investidor funciona e que dados é possível consultar sobre este? ----

- Ainda sobre o tema deste financiamento, pode informar-nos do estado actual e evolução e das candidaturas submetidas pela CMC? -----

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal e distintos membros desta Assembleia.” -----

Falar de um tema que nos é muito importante relativamente à gestão do regadio da Cova da Beira e do aumento da expansão deste para outros territórios da zona da Covilhã e fora do Concelho da Covilhã, mas no distrito de Castelo Branco. Demonstrar a nossa preocupação relativamente a esta temática, lembrando que a Associação de Regantes da Cova da Beira, neste mesmo período, emitiu um documento pedindo para não fazer rega daquilo que são as culturas temporárias, realçando o impacto do aumento do consumo de água nas regas e sobretudo da falta de retenção de recursos hídricos para a rega e a atividade agrícola. -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal da Covilhã, gostaríamos também de receber da sua palavra e daquilo que é a sua ação alguma informação relativamente a esta questão do aumento da capacidade dos recursos hídricos para rega agrícola e demonstrar-lhe a nossa preocupação porque vemos, lemos e ouvimos os outros municípios aqui vizinhos a batalhar e a trabalhar muito sobre esta questão do aumento do regadio e da disponibilização de água para rega agrícola e temos visto pouco a Câmara Municipal da Covilhã preocupada com este tema sobretudo também, aludindo até à questão do financiamento de fundos comunitários para este fim. -----

*“Por fim, Sr. Presidente, e atendendo que a resposta a esta nossa preocupação, que sabemos ser comum a todos os presentes não constar da informação escrita, gostaríamos que nos pudesse clarificar e informar sobre actual ponto de situação relativo aos postos de GNR do Paul e de Unhais da Serra? Em que ponto estamos quanto às obras necessárias?”* -----

--- O Senhor **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD)**, após cumprimentar todos os presentes, fez a seguinte intervenção: -----

*“Deu recentemente entrada na Assembleia da República o Orçamento de Estado para o período em vigência ainda de 2022.* -----

O partido vencedor, legitimado e bem legitimado nas eleições deste ano, apresentou-nos aquelas que são as suas prioridades para o país. São muitas. -----

Mas também nos apresentou, porque na fotografia a negação é o princípio da revelação, aquelas que não são as suas prioridades. -----

A primeira é a correção do subfinanciamento da Universidade da Beira Interior porque não se prevê qualquer reforma da fórmula de cálculo do financiamento das instituições. A Ministra da Coesão veio à Universidade, à boleia do aniversário, dizer que será uma embaixadora da Covilhã e da Universidade na correção desta desigualdade. -----

A mesma coisa que aconteceu com a redução das portagens. Recordo que Ana Abrunhosa tinha ameaçado demitir-se se não se conseguisse reduzi-las. Não se demitiu. -----

Vai demitir-se agora também ou não, se não conseguir resolver a situação crónica da falta de financiamento e suborçamentação da Universidade? -----

E sobre portagens: a mesma Ministra, agora reconduzida, afirmou no início deste ano, aqui no distrito de Castelo Branco, que se o PS for Governo e estou a citar *“reduziremos as portagens e ponderaremos não a sua isenção, mas a sua total abolição.”* Mas, no Orçamento do Estado, nada! Não há qualquer redução. A única redução em vigor das portagens nas ex-SCUT's é aquela que foi proposta e aprovada pelo Parlamento, sob proposta do PSD no Orçamento do Estado anterior e, como sabemos, não foi cumprido na sua totalidade porque tem em conta o cálculo de 1/3 e não foi aplicada a veículos elétricos e de combustão na sua totalidade. -----

Mas há outras prioridades para a Covilhã que não estão contempladas na proposta do Orçamento do Estado em discussão: -----

- 1.<sup>a</sup> Melhoria na rede ferroviária – os caminhos de ferro têm a estrutura do Estado Novo e agora estão no estado a que chegaram. A necessidade da eletrificação e do aumento da velocidade nestes mesmos caminhos de ferro e nesta mesma rede viária... Hoje em dia, como já disse e muito bem o Senhor Presidente da Câmara Municipal da Covilhã, não faz qualquer sentido demorar quase 4 horas entre a Covilhã e Lisboa, sem rede de telemóvel, sem rede móvel e internet durante a viagem, quando já existiu no passado e, com a abertura da Linha da Beira Baixa, não temos ainda ligação ferroviária disponível entre a Covilhã e Porto ou Braga e de ligação a centros; -----

2.ª Ligação a centros – Não consta também do Orçamento do Estado nada sobre a conclusão do IC6. Sabemos bem da premência desta ligação para a Covilhã. Já a Assembleia aprovou aqui moções e recomendações no passado sobre ela, mas deixe-me dar-vos um exemplo factual e verídico: uma doente, por exemplo, oncológica que tenha que se deslocar a Coimbra mensalmente para as suas consultas e que no seu caminho, quando está a passar para Coimbra tem uma crise, não tem um hospital perto nem da Covilhã, nem de Coimbra a que chegar e pode ter, por exemplo, que recorrer ao Hospital de Viseu que não tem valências necessárias para o seu caso. -----

Agora a nível local, quero elogiar a Câmara Municipal porque foi aqui dito na última Assembleia Ordinária o facto de não se estar a cumprir o Estatuto dos Eleitos Locais e convidar os Membros da Assembleia Municipal para os eventos do Município, algo que já começou a acontecer e já começámos a receber esses convites. -----

Em segundo lugar, gostava de vos ler três pontos apontados pelo até então Diretor Executivo da candidatura da Covilhã a Cidade Criativa da UNESCO para justificar a demissão das suas funções: -

- 1º *“Falta de decisão e clareza sobre a estrutura de governação; -----*
- 2º *Ausência de planeamento e descontextualização das prioridades estabelecidas; -----*
- 3º *Um padrão de desconsideração pessoal reiterada.” -----*

Estivemos nesta Assembleia para elogiar quando é bem feito; estamos nesta Assembleia para questionar quando parece menos bem feito. -----

Quem trabalhou para a Câmara e deu um impulso à cidade para ganhar uma candidatura internacional, diz agora que há *falta de decisão e de clareza, ausência de planeamento e descontextualização das prioridades* e, ao nível individual, que há *desconsideração pessoal reiterada*. -----

Não é o primeiro caso. Também Elisa Pinheiro, nomeada inicialmente pelo PS quando criou a figura do Provedor do Município, quando saiu das suas funções, estivemos 9 meses sem Provedor do Município; o novo Provedor do Município agora em funções, o Prof. Pires Manso, no seu 5.º e 6.º relatório destaca da parte da Câmara Municipal, e estou a citar, *“a falta de celeridade e colaboração dos serviços camarários e pedi também à Câmara Municipal uma atitude mais pedagógica.” -----*

Em terceiro lugar, a habitação social. Apresentei aqui na última Assembleia um requerimento para termos acesso aos números das rendas cobradas ilegalmente pela Câmara Municipal. Com 41 dias de atraso, recebemos a resposta a esse requerimento. -----

O que é que nos diz? Que 558 rendas foram ilegalmente cobradas. Do que estamos a falar? Segundo a página 82 do relatório 2 da Estratégia Local de Habitação, de 81% da Bolsa de Habitação Social da Covilhã que inclui 690 casas, ou seja, que 81% dos inquilinos pagaram rendas acima da Lei mensalmente durante 2 anos. -----

Último ponto: Caminho do Porsim, recentemente construído e classificado, considerado pelo Senhor Presidente da União de Freguesias eleito pelo Partido Socialista como uma oportunidade

perdida. Não sou eu que o digo. É o mesmo Presidente. Di-lo porque “a estrada tem apenas uma largura de 4 metros e não traz às populações os benefícios desejados. -----

É um mau presságio. Não houve ambição. E tenho que culpar o governo decisório, ou seja a Câmara, mas também os seus serviços técnicos.” (fim de citação) -----

Estamos a falar de um investimento na ordem dos 400 mil euros, mas que agora tem que ter mais um investimento de 40 mil por causa das valetas porque, no projeto inicial, não se deu conta que eram demasiadas altas e de certeza que durante todo o processo de construção não se deu conta que as valetas eram demasiadas altas e agora tem que se gastar mais 40 mil euros para resolver esta situação.” -----

--- O Senhor **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS)**, após cumprimentar todos os presentes, fez a seguinte intervenção: -----

“Começo esta intervenção com algumas felicitações de vidas. -----

Quero dar os parabéns à Universidade da Beira Interior que celebrou, no passado dia 30 de abril, 36 anos da Universidade e simbolicamente 49 anos de ensino superior na Covilhã com o então Instituto Politécnico da Covilhã. -----

A UBI é hoje uma universidade global, plural, credível e inovadora e um dos mais pujantes motores de desenvolvimento da Covilhã e da região e quero por isso, na pessoa do seu precursor – o Senhor Dr. Duarte Simões -, felicitar todas e todos aqueles que, ao longo deste percurso de quase meio século, têm construído e trazido até aqui. -----

Quero também aproveitar a oportunidade para, mais uma vez nesta Assembleia Municipal, à semelhança do que já fizemos no passado, reiterar o apoio da bancada do partido Socialista à justa reivindicação do aumento do seu financiamento, persistindo ainda hoje um grande e injusto desequilíbrio quando comparado com as restantes universidades, sendo a universidade do interior do país que recebe menos por aluno formado. -----

Depois, sem prejuízo do Voto de Louvor e das justas homenagens que serão realizadas ao Comandante Fernando Lucas, quero pessoalmente e em nome da bancada do Partido Socialista agradecer publicamente todo o trabalho e toda a dedicação nos seus 40 anos de bombeiro voluntário, 10 anos dos quais como Comandante do Corpo Operacional dos Bombeiros da Covilhã.

O Senhor Comandante Lucas passou agora ao quadro de honra da corporação. É pelo seu trajeto, pelo seu trabalho e pela forma como está na vida um exemplo para todos os cidadãos, em especial para os jovens. -----

Transmitiu o Comando do Corpo de Bombeiros ao Senhor Eng.º Luís Marques, um jovem competente e talentoso, respeitado e reconhecido pelos seus pares, a quem aproveito a oportunidade também de lhe desejar as maiores felicidades e sucessos no exercício do cargo, assegurando-lhe, em nome da bancada do Partido Socialista, que continuará a contar com todo o apoio institucional do Partido Socialista e, estou certo, da Câmara Municipal da Covilhã liderada pelo Presidente Vítor Pereira. -----

Prezado Presidente da Assembleia, -----

Caras e caros Deputados, -----

Fez, no passado dia 20 de abril, 6 meses que o Executivo Municipal e esta Assembleia tomaram posse, após o apuramento dos resultados eleitorais das eleições do dia 26 de setembro. -----

O Povo da Covilhã falou e falou de forma clara e expressiva. Apesar do cenário negro e catastrófico com que a oposição, apesar dos resultados, tem caracterizado o Concelho, a verdade é que os Covilhanenses renovaram de forma expressiva a confiança no Executivo do Partido Socialista e voltaram a eleger o Presidente Vítor Pereira e as listas por si apoiadas nas freguesias com uma maioria absoluta e inequívoca, afirmando com clareza e sem sombra de dúvida quem pretendiam ver governar, nos próximos 4 anos, os destinos da Autarquia. -----

Tendo porventura no subconsciente os seus mandatos, nas palavras da oposição, a Covilhã está parada. A Covilhã está parada e a Covilhã estagnou. -----

Na realidade, demonstrada pelos votos e interpretada pelos agentes económicos, pelas instituições e pelos seus vizinhos, a Covilhã é hoje um concelho respeitado, considerado e em franco desenvolvimento e expansão. E afirma-se como o principal pólo urbano de desenvolvimento social, económico e territorial de toda a região do interior de Portugal. -----

O Município da Covilhã afirma-se hoje pela visão estratégica, pela sua capacidade de realização, pela sua capacidade de diálogo e o respeito pela diversidade, sendo um parceiro confiável, responsável e congregador de vontades e gerador de oportunidades. -----

Quem hoje circula pela cidade, encontra obras e investimentos públicos e privados em todo o lado; quem circula regularmente no Centro Histórico, surpreende-se com a dinâmica comercial e o número de espaços comerciais que vão abrindo ao público; quem percorre as ruas do Concelho, vai percebendo que a Covilhã é hoje uma cidade jovem, dinâmica, cosmopolita, com qualidade de vida, com dinâmica cultural, com capacidade de atração turística e uma cidade com espaço e condições, não apenas para acolher os que aqui chegam para nos visitar mas também para aqueles que aqui vêm estudar e que acabam por aqui encontrar as condições para realizar os seus projetos de vida. -----

É verdade que, à semelhança de todos os territórios de baixa densidade, do País e da Europa em geral, continuamos com grandes desafios ao nível da demografia e da natalidade. Mas é insofismável porque os dados assim o demonstram que, desde que o Partido Socialista tomou posse em 2013, o número de cidadãos estrangeiros a residir no concelho aumentou de forma substancial e tanto o saldo total da população como o saldo migratório no território têm aumentado de forma sustentada aos longo dos anos. Pela primeira vez, desde há muitas décadas, a Covilhã conseguiu, em 2019, atingir um saldo migratório positivo, conseguindo desde esse ano atrair mais pessoas para o Concelho do que aquelas que partiram e, por muito que custe à oposição, isto é uma boa notícia. -----

Caras e caros deputados, -----

Não resisto, a título de exemplo, a numerar algumas obras e realizações que têm acontecido já neste mandato que, relembro, passaram 6 meses. -----

Este mandato, fruto também do trabalho dos anteriores, começou da melhor forma com a distinção da Covilhã como Cidade Capital Criativa da UNESCO na categoria do Design. Uma distinção que nos orgulha a todos, resultado de uma candidatura brilhantemente conduzida pela Câmara Municipal e pela equipa do Prof. Francisco Paiva que obriga este Executivo e os próximos a trabalhar arduamente para honrar tal título e justificar lá à frente a renovação deste selo de qualidade. -----

Mas apesar do curto espaço de tempo deste mandato, foi possível assinar já com o IHRU um contrato de financiamento de 5 milhões de euros para a Estratégia Local de Habitação. -----

Vamos também prosseguindo o trabalho das infraestruturas rodoviárias e a requalificação do espaço público. Inaugurámos, na cerimónia do 25 de abril, o Caminho do Porsim – ambição com décadas que encurta distâncias entre as populações de S. Jorge da Beira, de Casegas e do Sobral. E aqui permitam-me que faça um parêntesis, explicando e de alguma forma respondendo ao Deputado que me precedeu: é que a diferença, Senhor Deputado, entre o Partido Socialista e o Executivo do Partido Socialista é que, ainda que este caminho seja insuficiente para aquilo que são as ambições das populações, está feito e fomos nós que o fizemos. O Partido Social Democrata liderou a Câmara durante 20 anos e não conseguiu sequer pôr aquele caminho transitável e isso faz toda a diferença para as populações. -----

Estão em curso, ainda no âmbito das infraestruturas, obras de requalificação da Rua 30 de Junho de ligação de Cantar-Galo à Vila do Carvalho (também uma obra de ambições de décadas das populações). -----

Ao nível das infraestruturas, não podia deixar de lembrar o Teatro Municipal da Covilhã e o Centro de Inovação Cultural, obra estruturante e fundamental para qualquer comunidade como a nossa e, sobretudo, para um concelho com a dimensão e com a ambição da Covilhã. -----

Mais de uma década depois do PSD ter batizado a Rua Centro de Artes, o Partido Socialista devolve aos Covilhanenses o seu Teatro renovado, sendo hoje um polo de atração cultural de toda a região.

A questão empresarial e a questão do emprego, para terminar... São exemplo de dinamismo e da capacidade de atração de investimento os exemplos da *Mepisurfaces* ou da *Pharmapoli* no setor industrial, da *Upstream* no setor do turismo, da *Spaceway* no setor aeronáutico e agrícola, da *Noesis*, da *Human It*, da *ItCenter*, da *2GF*, da *Selfinet* no setor tecnológico. Estas empresas, que têm em curso investimentos de crescimento ou que se instalaram recentemente no nosso concelho, representam centenas de postos de trabalho qualificados e oportunidades para os nossos jovens. -----

Senhor Presidente da Assembleia, -----

Não posso terminar sem duas brevíssimas notas: -----

- 1.ª Destacar a linha da Beira Baixa, que faz agora 1 ano que foi reaberta. A diferença entre o estado em que estava e o estado em que está é que antes estava fechada e não circulavam comboios e agora está aberta e circulam comboios. Essa é a grande diferença entre o Partido

Socialista e o PSD. E isso faz toda a diferença para as mais de 25 mil pessoas que, durante este ano, circularam naquela ligação; -----

2.ª Relembrar o dia de hoje – 9 de maio – o Dia da Europa, especialmente numa altura em que estamos em tempo de guerra na Europa. É justo e é correto homenagear todos os países fundadores da União Europeia e relembrar os princípios essenciais da sua fundação: o princípio da justiça, da liberdade, do desenvolvimento social e económico dos povos, da diversidade cultural, do respeito, da tolerância e da solidariedade e da concórdia.” -----

--- Foi concedida a palavra à Senhora **Doutora Mónica Cristina Cerqueira Ramôa (CDU - PCP/PEV)** que, relativamente à intervenção do Senhor **Dr. Nuno Flávio Costa Reis (CDS-PP)**, protestou “em meu nome pessoal e também da bancada do PCP, primeiro por ter respondido a uma intervenção política que não tem lugar a resposta. Esses tempos nesta Assembleia Municipal felizmente já passaram há alguns anos. E, além disso, por ter usado de inverdades, de mentiras, sobre a minha pessoa. Fico triste porque vejo um jovem no exercício de um cargo político a usar este tipo de fazer política rasteira, a atacar e a dizer mentiras sobre uma eleita nesta Assembleia Municipal que nada tinham a ver depois com o discurso que depois proferiu.” -----

--- Atribuída a palavra, o Senhor **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD)** referiu que “ainda agora o Deputado Hélio, e bem, no seu direito me respondeu. Estamos no direito do uso da liberdade de expressão e, aqui como em qualquer parlamento do mundo, alguém quando vai falar tem o direito de responder a alguém. -----

Clarificar que na parte das considerações sobre a intervenção de um membro do órgão, pede-se a palavra neste ponto, responde-se neste ponto e clarifica-se se há a necessidade de se clarificar. Não se interpela a Mesa para se fazer uma coisa que a Mesa não pode fazer, que é impedir os membros do órgão de fazer uso da sua liberdade de expressão.” -----

--- O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** esclareceu que “há, de facto, no Regimento, a reação contra ofensa, que tem 2 minutos, e por isso é que disse que, no fim, poderia ter a sua intervenção. Portanto, está dentro daquilo que é o nosso Regimento.” -----

#### **INTERVENÇÕES/ VOTOS DE PESAR / LOUVOR / CONGRATULAÇÃO/MOÇÃO**

--- O Senhor **Dr. Fernando Teixeira Dias Pinheiro (Movimento “Covilhã Tem Força”)** fez a intervenção que, a seguir, se dá como reproduzida: **(doc.03)** -----

*“Quero saudar, por ocasião da celebração das suas efemérides, o 36º Aniversário da UBI e o denominado “dia da Europa” que por coincidência também celebra hoje o 36º Aniversário da sua primeira celebração. -----*

*À UBI, instituição fundamental e indispensável da nossa cidade e da nossa região, desejamos que para além do prestígio que já alcançou, se projecte para um invejável crescimento sustentado, que*

cremos crer conseguirá, ainda que com resiliência, atento o seu corpo discente, docente e de funcionários. -----

Ao dia da Europa, que se inspirou na “declaração Schuman”, baseada numa ideia originalmente lançada por Jean Monnet, que consagra valores como o desenvolvimento económico e social, paz ou solidariedade, desejamos o festejo da paz e da unidade do continente europeu, continente do qual também a Ucrânia faz parte e é parte integrante. -----

Ucrânia que fustigada pela guerra vê os seus nacionais refugiarem-se onde os possam acolher, como é o caso do nosso Concelho nomeadamente, nas instalações do Seminário do Verbo Divino em Tortosendo. -----

Que sejam bemvidos e que se sintam em casa, mas urge perguntar, qual a estratégia do Município para os mesmos???

A protecção temporária de que beneficiam e embora a Covilhã tenha uma missão de acompanhamento, parece-nos importante disponibilizar às várias instituições de como fazer para recrutar estas pessoas, através quer do IEFP ou através da recomendação da EU 2022/554 da Comissão, de 05 de Abril de 2022. -----

O Município estará a pretender integrá-los no nosso concelho, aproveitando nomeadamente incentivos à sua fixação, para contrariar o despovoamento galopante que temos sofrido???

Deixo duas notas finais sobre dois temas a que voltaremos com a insistência devida -----

Primeiro tema PORTAGENS, -----

As abolições desejadas e tenuamente prometidas, são sempre transformadas em ultrajantes reduções e mais uma vez esquecidas no Orçamento do Estado, pelo que se impõe mais ambição e mais insistente exigência, para que se atinja a justíssima abolição. -----

Segundo tema LÍTIO, -----

Urge uma abordagem seríssima e sóbria acerca do tema, para não se cometerem os mesmos erros do passado nomeadamente das Minas da Panasqueira. -----

Ficar à espera do resultado das regras ambientais, de nada valerá às enormes boas vontades e ao voluntarismo das populações, pois não será a vontade popular a definir as linhas vermelhas, nem a impor as contrapartidas. -----

Quer num tema quer em outro, as exigências terão que ter sempre participação activa dos órgãos camarários, porque é deles a capacidade de influência no poder central, a que acresce nomeadamente, a melhor estratégia a definir. -----

Muito obrigado.” -----

--- O Senhor Eng.º Pedro Miguel Melo Bernardo (PS) fez a intervenção que, a seguir, se dá como integralmente reproduzida: (doc.04) -----

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal -----

Senhoras e Senhores Deputados Municipais -----

*Senhoras e Senhores Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia -----*

*Caros colaboradores do Município -----*

*Minhas Senhoras e Meus Senhores -----*

*Na última assembleia municipal, tive o privilégio de ser eleito como representante desta Assembleia para o Conselho Municipal do Desporto. Pouco mais de 2 meses depois, apresento-me perante vós na experiência e realidade que hoje a Covilhã vive. -----*

*Contrapondo com a ausência de diálogo vivida em outros tempos que a nossa oposição permanentemente aparenta não ser nada com ela, mas que na verdade continua a ser, a Covilhã é hoje uma cidade que quer ouvir os seus agentes, que promove a sua participação, que integra opiniões através de um contributo plural, instruído pelo conhecimento técnico, mas também de anos de experiência, para uma gestão municipal cada vez mais participada e próxima dos seus cidadãos e coletividades. -----*

*Nestas poucas semanas de atividade do Conselho Municipal do Desporto, o balanço é francamente positivo. Uma afirmação que faço não só pela experiência pessoal, mas também pelos importantes contributos e participação dos conselheiros presentes. -----*

*A pluralidade de realidades que este órgão de conselho à gestão municipal agrega, permite que hoje se debata o desenvolvimento desportivo para a Covilhã de modo a que todas as realidades desportivas, estejam a ser trabalhadas de uma forma integrada, eficiente e eficaz para que num futuro próximo sejam os factos a falar por si e a fazerem da Covilhã uma cidade mais moderna e inclusiva, em que tem o desporto como um dos seus pilares centrais de desenvolvimento de sociedade. -----*

*O Conselho Municipal do Desporto deu em poucas semanas conselhos e contributos de indiscutível valor. Do desporto adaptado, ao desporto federado, passando pelo desporto escolar e universitário, a realidade é uma. Na Covilhã, hoje todos contam. -----*

*Exemplo disso mesmo foi a proposta de Regulamento Desporto Solidário que muito em breve será discutido e votado por esta Assembleia. Um Regulamento que visa definir regras de acesso a apoio a clubes e jovens para que a condição financeira das famílias covilhanenses, não seja condicionante ao acesso da prática desportiva das nossas crianças e jovens. -----*

*Seja para ricos ou para pobres, tal como na saúde ou na educação, o desporto deve e tem de ser de acesso a todos, em que o Município mais uma vez, não foge à sua responsabilidade e mantém o seu princípio de transparência onde antes de cumprir com as normais regras de consulta pública, submeteu à discussão do Conselho Municipal do Desporto este Regulamento que define as regras de acesso a um importante apoio municipal para as famílias covilhanenses. -----*

*Não há que esconder, a versão final da proposta aprovada pelo CMD é um documento melhorado com os contributos dos seus conselheiros, provando em facto, que na Covilhã, hoje todos contam. -----*

*E perante a realidade dos factos e rapidez que os mesmos se revelam, aproveito a oportunidade para perguntar à bancada do CDS/PSD se continua a ter hoje como opinião que este órgão da forma como está constituído irá servir para “criar cisões entre coletividades” como vaticinado, ou -----*

*irá finalmente de forma célere e plural, dar um contributo para que um sustentável desenvolvimento desportivo na Covilhã seja uma realidade? -----*

*Sr. Presidente -----*

*Senhoras e Senhores Deputados, -----*

*Não poderia deixar de aproveitar esta intervenção, e num dia de especial para a Europa mas também de destaque na guerra promovida pela Rússia contra a Ucrânia, sem uma referência ao trabalho de apoio e solidariedade ao povo Ucrâniano desenvolvido na Covilhã. -----*

*Se para uns, este conflito que a todos nos atinge de forma direta ou indiretamente serve para afirmações ideológicas, a Covilhã e os Covilhanenses afirmam mais uma vez o seu carácter solidário e humanista nas mais diversas formas. Das manifestações públicas, passando pelo contributo de bens humanitários até ao acolhimento de refugiados, a Covilhã mais uma vez revela do que as suas gentes são feitas, sem grandes alaridos nem aproveitamento da crise humanitária que o mundo vive, sendo o maior exemplo disso a “Missão Acolhimento Covilhã-Ucrânia”. -----*

*Esta missão, para além de nos deixar profundamente orgulhosos das nossas instituições, revela mais uma vez a capacidade que hoje o município tem para desenvolver respostas integradas, com Freguesias, Empresas, Centro Hospitalar, Universidade da Beira Interior e demais instituições públicas e privadas, para os mais difíceis e imprevisíveis cenários, tal como durante a recente crise pandémica vivida. -----*

*Esta resposta integrada, apenas é possível quando o ambiente vivido entre todos é um ambiente de positivas e profundas relações institucionais de grande competência e trabalho conjunto em outras experiências. Um trabalho que hoje não só tem a capacidade de receber refugiados tal como acontece, mas acima de tudo oferece a oportunidade de uma nova vida para aqueles que sofrem com a desgraça de uma injustificável guerra em plena europa. -----*

*Um trabalho que hoje acontece, porque na Covilhã, hoje todos contam.” -----*

*--- A Senhora **Dra. Valéria Alexandra Mendes Garcia (PPD/PSD)** fez a intervenção que, a seguir, se dá como integralmente reproduzida: **(doc.05)** -----*

*“Sr. Presidente da Assembleia Municipal da Covilhã, -----*

*Sr. Presidente da Câmara, -----*

*Sras. e Srs. Vereadores, -----*

*Sras. e Srs. membros da Assembleia Municipal, -----*

*Presidentes de Junta de Freguesia, -----*

*Minhas senhoras e meus senhores, -----*

*Boa tarde. -----*

*Gostaria de iniciar esta minha intervenção, convidando-vos a recuar no tempo. Corria o ano de 2016 quando a Câmara Municipal da Covilhã anunciou a pretensão de cobrar um valor pela utilização dos elevadores e funiculares que servem os milhares de pessoas da cidade. -----*

*Após este anúncio a população foi auscultada, concluindo-se que os elevadores e funiculares são considerados um bom investimento para a cidade, sendo grandes facilitadores da mobilidade e, manifestando ainda que a sua utilização não deve, seja sob que pretexto, ser cobrada. -----*

*Como consequência, os representantes dos movimentos associativo, estudantil, cultural e partidário juvenil de todo o concelho aprovaram, por unanimidade, e sob proposta da JSD, uma moção que recomendava ao executivo que mantivesse a gratuidade destes serviços. O próprio Presidente da Câmara Municipal votou a favor desta gratuidade. -----*

*Avançando um pouco no tempo, em 2018 a discussão sobre a introdução da cobrança continuava em cima da mesa, indo contra as deliberações do órgão consultivo do município e que representa as expressões da juventude covilhanense, e indo até contra o decidido pela Juventude Socialista e aprovado pelo Sr. Presidente da Câmara. De uma Câmara que, ao que parece, tem dois pesos e duas medidas, uma vez que defende reiteradamente a abolição das portagens na A23, mas quer ao mesmo tempo aplicar o princípio do utilizador-pagador nos elevadores, penalizando as novas gerações e os mais idosos ao obrigá-los a pagar a utilização de equipamentos que têm como propósito melhorar a sua qualidade de vida. -----*

*Mas o passado já lá vai! Agora, 6 anos depois do início desta discussão, não pagamos pela utilização dos elevadores, mas também não os usamos, já que não estão operacionais. Além disso, aguardamos há meio ano pelo resultado do Concurso público para a concessão do sistema de mobilidade, ao qual concorreram 8 entidades, mas cujos resultados desconhecemos. -----*

*Depois de o Sr. Presidente da Câmara reconhecer que os serviços públicos não devem ser pagos, votando favoravelmente a moção apresentada em 2016, devemos ser tolerantes com as falhas de memória características do avançar da idade, porque, afinal, já passaram 6 anos. O que a idade também nos traz é paciência, serenidade e pacatez para aguardar indefinidamente por contratos de mobilidade que farão os grupos mais carenciados e, curiosamente, maiores utilizadores destes equipamentos, pagar para se poderem mobilizar na cidade onde vivem, estudam e trabalham. ----*

*Enquanto isso, os jovens com boa condição física podem deslocar-se de bicicleta nas ciclovias que também não existem, apesar da ambígua sinalização nalgumas estradas da cidade, ou, em alternativa, subir e descer as mais de 100 escadas construídas junto a alguns elevadores, certamente para apoiar cidadãos com mobilidade reduzida. -----*

*Quanto à população idosa, questiono qual é o argumento que este executivo defende. Vamos incentivar o exercício físico que é também saudável nesta faixa etária ou vamos resguardá-los, incentivando-os deste modo a ficar em casa, já que são grupo de risco e devem precaver-se da exposição a vírus e outros elementos patogénicos? -----*

*Previendo as várias possibilidades de desfecho desta longa história, questiono: -----*

- O pagamento é apenas para turistas, como já foi dito? Para tal, teremos um cartão de identificação de turista ou residente? E quem fiscaliza? Os funcionários que contratarão para cada elevador e funicular? -----*
- Mesmo que tal seja possível, num cenário de Alice nas Maravilhas da Covilhã, será essa uma forma de potenciar o turismo e dinamizar a economia local? -----*

- *Por último, e quanto aos estudantes, percentagem muito significativa da população que circula na Covilhã? Como comprovam que são residentes, tendo em mente as condições precárias de muitos que são forçados a estar em situações sem comprovativo de residência na Covilhã?* -----

*Ficamos a aguardar pelo epílogo, afinal a paciência é uma virtude.*” -----

--- O Senhor **Lino Fernandes Torgal (PPD/PSD)**, após cumprimentar todos os presentes e relativamente à intervenção do Membro Municipal Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro, referiu que “a UBI tem um problema de financiamento e foi reconhecido aqui. -----

O que é que o PS está a fazer na Câmara Municipal e no Governo há quase 10 anos? -----

Reconhecem o problema e, em 10 anos, não o resolvem! -----

Segunda questão: a população, a cidade figurando de tudo, o pólo de desenvolvimento, o interior... e perde 10% da população em 10 anos! Como é que isto é possível? E depois dizem assim: “*mas todo o interior é transversal e tal*” e depois esquecemos que Viseu subiu de população! E Viseu é o quê? Está no litoral? O que é que Viseu faz e aqui não fazemos? -----

O Centro Histórico? As lojas, o comércio do Centro Histórico? Se forem mais ou menos como as lojas do Serra Shopping – aquelas fecham, mas, entretanto, o Hélio vê abrir! -----

Senhor Presidente, -----

Disse há muito pouco tempo e prometeu para breve apresentar a recomposição dos conselhos de administração das empresas municipais. Esse “para breve” será para breve tão breve quanto as bicicletas saírem dos armazéns da Câmara ou dos elevadores voltarem a funcionar? Ficamos também à espera deste “breve” do Senhor Presidente da Câmara. -----

Relativamente ao Data Center, mudou de opinião? É que, entretanto, há 10 anos atrás votou a favor não só da criação do Data Center, como da sua localização. Mudou de opinião em 10 anos e agora é que diz que não valeu a pena o investimento? -----

Já agora – um paralelo de investimento desta Câmara Municipal que tem criado 200 postos de trabalho qualificados (200 engenheiros). Diga-me um paralelo por favor que a Covilhã gostaria muito que esta Câmara criasse paralelos deste tipo na nossa cidade. -----

Aeródromo – Onde é que está o projeto? Onde é que estão os estudos? Baseados em quê? Os charters vão trazer o quê? Pêssegos? Vão levar cerejas? -----

Tudo aquilo que se promete, como também agora vimos no desporto, eu espero que sim. Também estou no Conselho do Desporto e espero mesmo que seja um grande projeto. Convém é não fazer o voo muito alto quando estamos agora muito, muito no início. -----

Tinha-se um complexo desportivo que, neste momento, até está fechado aos feriados!” -----

--- A Senhora **Dra. Joana Petrucci Dias Rocha (CDS-PP)**, após cumprimentar todos os presentes, fez a seguinte intervenção: -----

“Gostaria de questionar o Executivo sobre a sede do Grupo Humanitário dos Dadores de Sangue da Covilhã. -----

É público que existe um projeto de requalificação do espaço onde se encontra a sede, que o concurso já foi lançado e importa saber em que fase está exatamente. É uma obra que penso que unanimemente é considerada imprescindível e urgente. Há muito que é aguardada e, portanto, gostaríamos de saber se terá finalmente início para breve. -----

Relativamente a uma situação que falei aqui na última Assembleia, não quanto ao mesmo local, mas situação semelhante. Na última Assembleia, referi-me aqui ao Parque da Goldra e às condições indescritíveis de tão más em que se encontra. Quero hoje referir-me ao Vale da Ribeira da Carpinteira e à requalificação que aquela zona desesperadamente precisa e merece. Uma zona com um enorme potencial, desde logo turístico quando mais do que nunca se fala no turismo industrial e a Covilhã tem naturais condições para se destacar e se poder posicionar nesse mercado. -----

Saúdo os Senhores Vereadores Pedro Farromba, Ricardo Silva e Marta Alçada pela proposta de intervenção daquela zona que apresentaram ao Senhor Presidente da Câmara e que tornaram pública, proposta esta que pretende impor aquela zona como um pólo cultural que permita explorar e fruir os recursos ali existentes, desde logo os naturais, aproveitando a temática da água da ribeira e a sua ligação à indústria de lanifícios, assim como os muitos e importantes exemplos da atividade industrial que ali se desenvolveu. -----

Que dessa proposta não tomem só a devida nota e que a saibam aproveitar, devolvendo à Covilhã aquela zona tão rica no que respeita ao seu passado industrial e hoje voltado ao abandono, engolida por vegetação.” -----

Seguidamente, entregou à Mesa da Assembleia Municipal dois Votos de Pesar. -----

--- O Senhor **Doutor Pedro Alexandre Rodrigues Manquinho (CDU - PCP/PEV)**, relativamente às palavras proferidas pelo Membro Municipal **Dr. Nuno Flávio Costa Reis**, referiu que “o Senhor Deputado fala da Ucrânia e lembrou-se e o seu partido, e bem, que é contra a guerra na Ucrânia. O meu também é. O Senhor é que não lê e não quer ler. -----

O problema é que o seu partido só é contra a guerra agora na Ucrânia. -----

Contra a guerra no Líbano onde já morreram ¼ de milhão de pessoas – 250 mil pessoas – o meu partido também é contra. É a maior crise de fome (não sou eu que o estou a dizer, é a ONU) no mundo. -----

Na segunda guerra do Iraque quando havia armas de destruição maciça, invadiu-se o Iraque. O seu partido também era a favor, não era contra! -----

No Afeganistão, também era a favor, não era contra! -----

Sabe qual é a diferença entre a situação da Ucrânia e só destas três que estou aqui a referir para não me alongar mais? É que a situação é igual: é uma potência estrangeira e invadiram um país soberano. A diferença é que os atores eram diferentes. -----

E sabe qual é a outra diferença que existe? É que, se for ver na Assembleia da República as posições do PCP, o PCP é contra a guerra seja ela de quem for e de que lado for. -----

O seu partido já não é assim: depende dos atores. -----

O mundo não é preto e branco; não há só bons e maus; não há «aquele lado é bom e aquele lado é mau». Há cinzentos; há cores pelo meio entre o preto e o branco. -----

O que o seu partido e o que o Senhor quer é uma ditadura do pensamento único e isso acabou em Portugal no 25 de abril de 74! E isso é que lhe permite dizer algumas mentiras que o Senhor diz de vez em quando. Para tal, muito sofreram camaradas meus que deram a própria vida para o Senhor e o seu partido poder dizer isso porque antes de 73 só havia um partido. A PIDE não perguntava se era do PSD, se era do CDS ou se era do PS; perguntava se era do “partido”. Só havia um: era o Partido Comunista Português. Dos seus militantes que perderam a vida antes do 25 de abril, não me lembro de ninguém do CDS, assim de repente. -----

Posto isto, uma saudação a todos povos que lutaram contra o nazi-fascismo e saudar o 9 de maio como o dia da vitória sobre a Alemanha hitleriana que possibilitou o maior período de paz na Europa até à invasão e agressão da Jugoslávia pela NATO.” -----

--- A Senhora **Doutora Mónica Cristina Cerqueira Ramôa (CDU - PCP/PEV)** apresentou a recomendação que, a seguir, se reproduz: **(doc.06)** -----

*“Em virtude do processo de criação de Freguesias, enquadrado pela Lei n.º 39/2021, de 24 de junho, exigir das Assembleias de Freguesia, um conjunto de informações técnicas que não estão na posse das mesmas, nomeadamente, as de acordo com a Eficácia e eficiência da gestão pública (Artigo 6.º da Lei n.º 39/2021, de 24 de Junho):* -----

- a) *O relatório financeiro resultante da aplicação prospetiva da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro (Lei das Finanças Locais) que demonstre a viabilidade financeira da Freguesia a criar;* -----
- b) *Mapa à escala 1:25000 da área da nova freguesia (a obter na respetiva Câmara Municipal);*
- c) *Mapa à escala 1:25000 das freguesias de origem, indicando as alterações a introduzir no respetivo território (a obter na Câmara Municipal).* -----

*Vimos recomendar à Câmara Municipal da Covilhã que crie um gabinete ou aloque quadros dos seus serviços para dar apoio técnico aos elementos das Assembleias de Freguesia para poderem traduzir e dar seguimento à vontade das populações.* -----

*Nestas condições estão as Assembleias de freguesia de:* -----

*União de Freguesias de Teixoso e Sarzedo;* -----

*União de Freguesias da Covilhã e Canhoso;* -----

*União de Freguesias de Peso e Vales do Rio;* -----

*União de Freguesias de Casegas e Ourondo;* -----

*União de Freguesias de Cantar Galo e Vila do Carvalho.”* -----

--- O Senhor **Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves (PS)** fez a intervenção que, a seguir, se reproduz: **(doc.07)**-----

*“Senhor Presidente da AM Covilhã, -----  
Senhor Presidente da CM Covilhã, -----  
Senhoras e Senhores Vereadores, -----  
Estimados colegas Deputados Municipais e Presidentes de Junta, -----  
Minhas Senhoras e meus Senhores, -----*

*Neste século XXI, o turismo tem sido um dos principais motores de desenvolvimento de Portugal e, após as contínuas tormentas que nos têm assolado desde 2020, espera-se que, ao longo deste ano, continue a sua recuperação gradual. Sendo o 3º município com maior número de dormidas da zona Centro, o 2º do interior do país e, de muito longe, o 1º da Beira Interior, a Covilhã tem logicamente no turismo uma atividade económica essencial para a sua evolução. -----*

*Claro que estes resultados estatísticos advêm em parte da neve que, escasseando no resto do continente, a Serra da Estrela por vezes nos fornece de Dezembro até Março. Porém, e como bem notou o executivo, seria um desperdício não usufruir do melhor que o nosso Parque Natural tem para oferecer nos restantes 8 meses do ano. Os planaltos nevados e a Estância de Ski que temos ao nosso dispor continuarão a atrair turistas todos os Invernos, mas o potencial da nossa montanha vai muito para lá dessa sazonalidade, assim nós tenhamos a arte e o engenho para a aproveitar. –*

*E nem arte nem engenho nos tem faltado. Reflexo disso mesmo são os recém-requalificados miradouros da Varanda dos Carqueijais e dos Piornos, cujo inquestionável sucesso nos deixa ansiosos pela conclusão dos outros dois miradouros planeados, o do Covão e o do Alto dos Livros, este último já em construção. Estes miradouros, que nos brindam com paisagens deslumbrantes do nosso território, tornaram-se imagem de marca da Serra da Estrela e contribuem ativamente para que a Covilhã seja um local a visitar em qualquer época do ano. -----*

*Os quilómetros de percursos, qualificados e homologados, que nos levam ao encontro de fascinantes lugares do nosso concelho, aumentam de dia para dia. Em 7 anos passámos de 0 para 200km, espalhados desde a cidade, às nossas vilas, aldeias, encostas e planaltos. Desde caminhos interpretativos de carácter religioso aos que nos levam pela história da Indústria Têxtil. Trilhos que nos guiam à Varanda dos Pastores, ao Curral do Vento, ao Covão do Ferro e apenas nos fazem perder na sensacional vista para o Vale Glaciar da Alforfa. -----*

*Hoje, quem vem e atravessa o Zêzere, tem toda uma serra para desfrutar, 365 dias por ano. -----*

*De salientar também o papel do Estrela Geopark na dinamização de todo este território. São já vários lugares do nosso concelho classificados como Geosítios, desde a Nascente Termal de Unhais da Serra, ao Aguilhão em Verdelhos, às Minas da Recheira no Barco, às Ardósias de Sobral de S. Miguel, etc. -----*

*Não menos importante são os grandes espetáculos, nomeadamente desportivos, que conseguimos manter ou trazer para a Covilhã. Do Lés-a-Lés, ao EstrelAçor, da Rampa à Volta a Portugal em Bicicleta, são vários os eventos que temos recebido, alguns deles após décadas de ausência, e que permitem uma eficiente divulgação das nossas atrações turísticas e inclusive das nossas freguesias.*

Senhor Presidente, Dr. Vítor Pereira. -----

*Por fim não podia deixar de dizer que foi com especial entusiasmo que tomei conhecimento da assinatura do protocolo de cedência dos 2 edifícios da Torre aos 3 municípios que partilham o ponto mais alto de Portugal Continental. Como sabe, sou da opinião que à semelhança do que já acontece com Fundão e Belmonte, a Covilhã deve procurar cultivar uma relação cada vez mais estreita com os concelhos limítrofes da Serra da Estrela, nomeadamente Seia e Manteigas, tendo em vista a criação de sinergias que levem ao desenvolvimento dos nossos territórios. Vejo neste protocolo, e no potencial turístico destas duas torres icónicas, um excelente primeiro passo nesse sentido. -----*

*Para um amante da serra como eu, é bom ver que a Covilhã aprendeu com os erros do passado, e percebeu que estar de frente para a Cova da Beira não significa que tenhamos de estar de costas para a Serra da Estrela.” -----*

--- A Senhora **Dra. Vanda Cláudia Raposo Cid Ferreira (PPD/PSD)**, após cumprimentar todos os presentes, fez a seguinte intervenção: -----

“Vou começar a minha intervenção a recordar-vos o nascimento daquilo que foi um dos maiores contributos em termos de infraestruturas para que hoje a Covilhã consiga manter-se como um dos principais polos de desenvolvimento do Distrito de Castelo Branco. -----

Falo-vos de uma infraestrutura que presta um dos serviços públicos mais importantes, essenciais e fundamentais para as populações: a Saúde. Falo-vos do Centro Hospitalar Universitário da Cova da Beira. -----

A 17 de janeiro de 2000, António Guterres e a sua Ministra da Saúde, Manuela Arcanjo, chegam à Covilhã de helicóptero para a inauguração daquilo que é hoje um dos principais centros hospitalares no interior do país, um dos maiores empregadores do Concelho e a base da criação e manutenção da Faculdade de Medicina. -----

Foi sem dúvida nenhuma, depois da Universidade da Beira Interior, um grande feito, uma grande conquista para a cidade e para a região. Aqui nascia um centro hospitalar moderno e inovador, apetrechado à data como nenhum outro estava. -----

A Autarquia Social Democrata estava assim e desta forma a tratar do futuro de todos nós. -----

Meio ano depois, António Guterres volta à Covilhã para assistir à assinatura do contrato de desenvolvimento daquela que é hoje a nossa Faculdade de Ciências da Saúde. O Primeiro Ministro não saía da Covilhã tal era o frenesim do desenvolvimento e crescimento do Concelho. -----

Em 2006, passados 6 anos, a Autarquia Social Democrata e o seu Presidente Carlos Pinto voltaram a ter que arregaçar as mangas para defender esta infraestrutura da pretensão do Governo Socialista. Em causa estavam o encerramento da maternidade, a perda do bloco de partos na Covilhã. -----

*Não aceito, nem imagino que os Covilhanenses não possam nascer na Covilhã, disse Carlos Pinto.*

O Movimento criado pela Câmara Municipal da Covilhã “Juntos pela Maternidade” teve a solidariedade das Câmaras dos concelhos vizinhos, dos sindicatos do setor e de toda a população. E foi precioso para anular qualquer avanço governamental nesta matéria. -----

O perigo passou, mas é do conhecimento geral que as maternidades da Beira Interior estão, desde há muito tempo, na mira dos sucessivos governos, uma vez que continuam a não cumprir a recomendação da Organização Mundial de saúde de 1.500 partos/ano para que uma urgência obstétrica se mantenha aberta. -----

Dito isto e recordando a história, o regresso do fantasma do fecho da Maternidade apoderou-se novamente de todos nós 16 anos depois quando somos confrontados com a notícia de que o bloco de partos da Covilhã esteve encerrado e vai continuar encerrado durante o fim de semana por falta de médicos. -----

Isto, meus caros, é o que eu chamo, em linguagem corrente, “dar ouro ao bandido”. É relembrar uma questão, é dar fundamentos de bandeja, é provocar uma decisão, é acelerar o que queríamos tanto evitar. -----

Os constrangimentos que o Conselho de Administração do Centro Hospitalar Cova da Beira reconhece e que promete resolver com toda a brevidade poderiam ter acontecido em qualquer serviço pelos mais variados motivos. Mas nunca, nunca na Maternidade, um dos serviços senão o único que está na mira. Continuando a não cumprir o número de partos por ano recomendável, a Maternidade não poderia nunca falhar nos outros critérios. -----

Como vos relembrarei, em 2006 todos juntos conseguimos evitar o fecho porque todos juntos tivemos a força e a humildade de mostrar a quem de direito que a discriminação positiva também tem que ser aqui uma realidade. -----

Afinal, não está tudo bem no Centro Hospitalar. Afinal, os receios e as dúvidas dos nossos Vereadores são pertinentes. Afinal, não faltam só médicos e profissionais de saúde. -----

Falta a humildade de reconhecer aqui, dentro de portas, na nossa casa com os nossos, que as dificuldades existem e que pedir ajuda no tempo certo e na hora certa para evitar estas decisões pode ser a solução ou uma das soluções. -----

Entender a preocupação dos eleitos locais para o funcionamento das instituições responsável pela saúde da nossa população como crítica destrutiva e repudiar qualquer intervenção dos mesmos não é inteligente, não é honesto. -----

O Centro Hospitalar Cova da Beira é de todos os Covilhanenses e todos têm o direito de opinar sobre ele. -----

E o Município? Que papel teve e tem para prevenir que o dito fantasma regresse? Foi pedida ajuda antes de tomar-se decisões? Não me parece. Fomos assim todos apanhados de surpresa. Só mais uma vez!” -----

--- O Senhor **Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes (CDS-PP)**, após cumprimentar todos os presentes, iniciou dizendo que “no site da *Covilhã Criativa* temos, na estrutura orgânica a Direção Executiva, o nome de Francisco Paiva. -----

A pergunta que gostava de fazer ao Senhor Presidente da Câmara ou ao Executivo é se se mantém esta informação, se o site está ou não está atualizado. É ou não é verdade que Francisco Paiva apresentou a demissão por mail? É ou não é verdade, Senhora Vereadora e Senhores Vereadores, que receberam esse mail? E é ou não é verdade que Francisco Paiva já não é o Diretor Executivo da candidatura da Covilhã a Cidade Criativa da UNESCO? -----

Essas explicações são devidas. As demissões podem ser naturais, podem ter os seus motivos, embora as palavras utilizadas na Carta de Demissão sejam violentas. -----

Mas é que a Cidade Criativa não é vossa. É da cidade e é um compromisso com a UNESCO. Portanto, não vamos deixar passar isto de *fininho* a ver se nos esquecemos disto. -----

É importante que, perante uma demissão destas, haja explicações à cidade e haja explicações para dizer o que é que vamos mudar para evitar que este ótimo projeto (estou à vontade para o dizer porque era Vereador e saudei-o) fique comprometido. -----

O segundo ponto que gostava de referir: temos ouvido aqui dizer que este é o Executivo que ouve, que quer ouvir e que quer abrir a participação de todos. -----

Enquanto não houver reuniões transmitidas online, da Câmara e da Assembleia Municipal, ninguém com pudor pode vir dizer que esta Câmara quer ouvir quem quer que seja. É incompreensível que, em 2022, continuemos a argumentar e a utilizar argumentos uns atrás dos outros para não fazer aquilo que é básico e evidente para quem quer ouvir e participar. -----

E os conselhos municipais são, com certeza, instrumentos relevantes com pessoas escolhidas e representantes escolhidos. O que precisamos é de chegar a quem não é escolhido por nós para fazer parte dos conselhos a que queremos fazer criar. -----

Terceiro ponto – “*A situação é insustentável*”. São as palavras do Sindicato dos Médicos sobre um dos serviços do Centro Hospitalar. -----

Acho que não devemos politizar isto. Não devemos politizar quando nos queixamos, quando denunciemos; não devemos politizar quando ouvimos respostas às nossas queixas; e devemos fazer alguma coisa. -----

É evidente que há dificuldades. Essas dificuldades terão muitos responsáveis. Até podem ser difusas. Mas, há uma entidade que nos pode ajudar que é quem tem competências para isto: o Governo. -----

A pergunta que faço é: o que é que esta Assembleia Municipal pode fazer para, com o Presidente da Câmara da Covilhã, irmos a Lisboa falar com quem quer que seja para evitar que aconteça aquilo que está a acontecer e que as palavras utilizadas sejam “*insustentável*” porque é, de facto, insustentável numa cidade que quer ser este retrato que aqui foi feito, apesar de ter perdido 10% da população nos últimos 10 anos. É importante que haja esta união política para chegarmos ao

Governo e perguntarmos e exigirmos aquilo que é do nosso direito e perguntarmos em que é que podemos ser úteis para conseguir isso. -----

É esse o desafio: que possa sair daqui, desta Assembleia Municipal, uma iniciativa política, transversal com todos para ir ao Governo para resolver os principais problemas que o Centro Hospitalar atravessa.” -----

--- O Senhor **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra)** apresentou uma Moção que, a seguir, se reproduz: **(doc.08)** -----

*“Para a imensa maioria do povo português, a vida está mais cara, mais difícil e injusta: a cada dia que passa, o salário e a pensão de reforma ficam mais curtos para despesas cada vez maiores, com o fim do mês cada vez mais longe. -----*

*Esta é a realidade com que se confronta quem vai às compras para levar comida para casa, quando paga as contas da luz, água, gás, renda e prestações, telecomunicações, combustíveis, seguros, portagens, medicamentos e todo o conjunto de despesas com que cada um se confronta. -----*

*Os dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística apontam aumentos de preços (“variação homóloga do Índice de Preços no Consumidor de 5,3%) como o valor mais elevado desde junho de 1994, quase três décadas atrás! -----*

*Enquanto os preços dos combustíveis batiam todos os recordes, a GALP distribuiu em dividendos entre os seus acionistas a módica quantia de mil milhões de euros! E o mesmo exemplo pode-se estender aos lucros da EDP, das grandes empresas de distribuição ou na banca. -----*

*O Governo não pode fechar os olhos a esta realidade nem à especulação que está em curso. O que se exige é a defesa e proteção das famílias face ao aumento geral dos preços e não a complacência com a especulação. -----*

*A subida imparável dos preços, associada a lucros fabulosos por parte dos grandes grupos económicos, não é uma fatalidade inevitável. -----*

*A inflação é, em alguns casos, consequência direta da guerra e das sanções – mas é, em muito mais situações, resultado do seu aproveitamento como pretexto para subidas especulativas de preços. -----*

**A Assembleia Municipal da Covilhã, reunida em Sessão Ordinária, a 9 de Maio de 2022, delibera Propor ao Governo e à Assembleia da República que decretem: -----**

- 1. Que seja criado um novo preço de referência dos combustíveis, baseado nos custos reais de compra e refinação do barril de petróleo; -----*
- 2. A possibilidade de fixação de margens máximas, definindo uma margem não-especulativa; --*
- 3. A fixação de uma contribuição extraordinária sobre os lucros das petrolíferas que resultam da apropriação de margens especulativas; -----*
- 4. O fim do chamado “adicional ao ISP”; -----*
- 5. O fim da dupla tributação dos combustíveis, acabando com a situação em que o ISP paga IVA; -----*

6. *A redução da incorporação obrigatória de biocombustíveis para os 5%, em vez dos atuais 11%, que terá impacto direto na redução do preço pago pelos consumidores;* -----
7. *A reposição do IVA a 6% para a energia elétrica, gás natural, gás butano ou propano engarrafado e canalizado, assim como a extensão das tarifas reguladas, permitindo a celebração de novos contratos iniciais neste regime;* -----
8. *O aumento da capacidade produtiva por forma a assegurar o fornecimento dos bens alimentares, reduzindo a dependência externa, evitar a escassez de alimentos e travar o aumento especulativo de preços;* -----
9. *O aumento geral dos salários por forma a acompanhar a inflação;* -----
10. *O aumento das pensões.”* -----

---Colocada a **Moção** à votação foi a mesma **rejeitada por maioria, com 29 votos contra (PS, PPD/PSD e CDS-PP) e 10 abstenções (Movimento “Covilhã Tem Força” e os Presidentes de Junta/ União de Freguesias de Orjais, Peso e Vales do Rio) e 3 votos a favor (CDU-PCP/PEV).** -----

--- O Senhor **Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes (CDS-PP)** comunicou que, nos termos do artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo, não participou na votação da Moção por se considerar impedido. -----

Foram feitas as seguintes **Declarações de Voto:** -----

- **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS):** “O Partido Socialista votou contra esta Moção por, para além de misturar vários assuntos e grande parte dos quais não fazerem parte das competências desta Assembleia, entendermos que não podemos ser a favor da descarbonização da economia e das questões ambientais, vir no período de Antes da Ordem do Dia exigir a melhoria dos transportes públicos e na intervenção seguinte pedir a isenção dos combustíveis ou a baixa dos impostos dos combustíveis, que vem incentivar exatamente os transportes individuais. -----

Por outro lado, o Governo recentemente anunciou a redução dos impostos sobre os combustíveis e aquilo que percebemos, todos nós, quando nos dirigimos às estações de serviço para abastecer, é que essa redução não teve o impacto esperado: o Estado ficou sem a receita, mas a receita não chegou aos bolsos dos contribuintes, isto é, provavelmente as empresas do sector acabaram por absorver essa margem de lucro e essa margem de impostos. -----

Portanto, o Partido Socialista entende que, para além dos assuntos não serem da competência deste órgão, não é coerente fazer este apelo à redução do ISP.” -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra):** “Esta Assembleia conjugou-se numa coligação com uma *nova energia*. -----

Podemos retirar desta votação que a maioria desta Assembleia Municipal não quer ver a limitação de um preço máximo para os combustíveis que aí estão, independentemente das questões do carbono que aqui colocam, de margens máximas para a vertente não especulativa das empresas. -----

Aquilo que está a acontecer com os IVAUCHERS não está a resolver o problema, os abaixamentos não reduzem as margens de lucro das grandes empresas a distribuírem mais de mil milhões de euros aos seus acionistas. -----

Esta Assembleia não está de acordo com o fim do adicional ao ISP. -----

Esta Assembleia não está de acordo com o abaixamento do IVA de 23% para 6% na eletricidade, no gás, etc. -----

Esta Assembleia não está de acordo com o aumento geral dos salários para que as pessoas possam fazer face ao aumento do custo de vida. -----

Esta Assembleia não está favorável àquilo que era esta pretensão de aumento das pensões. -----

Portanto, esta Assembleia, na sua maioria desta nova coligação PS/PSD/CDS/IND, não está a fazer valer aquilo que são os interesses da sua população, os interesses dos covilhanenses que todos os dias têm que ser confrontados com estas despesas.” -----

- **Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio):** “O sentido da minha votação de abstenção é no mesmo sentido que o Partido Comunista aplica nas Assembleias de Freguesia na União de Freguesias de Peso e Vales do Rio. Não votam a favor, abstêm-se.” -----

--- O Senhor **Dr. Nuno Flávio Costa Reis (CDS-PP)** referiu que “o PCP tem sempre esta tendência de se achar e de se sentir o dono do 25 de abril e que mais nenhum partido, mais nenhuma família, mais nenhuma instituição, mais nenhum ser humano presente no nosso país contribuiu para algo que todos defendemos, tanto que é assim que participamos ano após ano nas cerimónias comemorativas do 25 de abril. -----

Esta tentativa de se colarem como os donos da liberdade de Portugal também tem que, tendencialmente, ir acabando porque, caso contrário, não há espaço na história para mais ninguém neste país. -----

Gostava de fazer aqui só dois comentários: -----

- 1 - Espero que, à semelhança daquilo que defendemos e que acreditamos nos valores da democracia e da liberdade que ainda há bem pouco tempo celebrámos todos em conjunto, possam também alguns países espalhados por esse mundo fora lutar internamente, seja mais à direita, seja mais à esquerda, mas ajudarem-se em comunidade a defenderem-se das ditaduras. Falo, por exemplo, da Rússia, da China, da Coreia do Norte, da Venezuela. É desses países que aqui também trago a preocupação e, sobretudo, espero que esses países possam ter liberdade e respirar a liberdade, esperar um dia terem um 25 de abril como aquele que nós respiramos aqui; -----
- 2 - Não me posso deixar de lembrar da Anna Aran que dizia uma coisa extraordinária: *não podemos dormir descansados*. Nenhum de nós poderá estar tranquilo nesta Assembleia Municipal ou nenhuma outra casa da liberdade neste mundo fora enquanto houver um conflito armado neste mundo, enquanto houver alguém subjugado às armas neste mundo, enquanto houver alguém a passar fome e necessidades ou sob uma burka (como a Prof.<sup>a</sup> -----

Mónica Ramôa dizia) ou as minorias que estão subjugadas por conta de vontades políticas ou por conta de ditaduras.” -----

--- Após a conclusão das intervenções e feito o levantamento de todas as propostas de Votos de Pesar e de Louvor, o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** procedeu à leitura dos mesmos e colocou-os à respetiva votação: -----

– Pelo falecimento do Senhor Manuel Carrola do Nascimento -----

*“Foi com profundo pesar que recebemos a notícia do falecimento de Manuel Carrola Nascimento.*

*Manuel Carrola Nascimento foi um cidadão ativo na vida e luta dos trabalhadores e do povo do concelho da Covilhã e do Distrito de Castelo Branco, profundamente ligado ao Movimento Sindical Unitário, à União dos Sindicatos de Castelo Branco e ao Sindicato dos Têxteis, mas também ao Movimento Associativo da Covilhã.* -----

*Manuel Carrola Nascimento foi membro da Direção da Organização Regional de Castelo Branco do PCP, da Comissão Concelhia da Covilhã e foi eleito na Assembleia Municipal da Covilhã e na Assembleia de Freguesia da Conceição.* -----

*Ao longo de toda a sua vida, Manuel Carrola Nascimento empenhou-se na luta, pela liberdade e a democracia, por uma sociedade nova liberta da exploração.* -----

*A Assembleia Municipal da Covilhã, reunida em 9 de Maio de 2022, lamenta profundamente o falecimento do Manuel Carrola Nascimento e apresenta as mais sentidas condolências à sua família e amigos.” (doc.09)* -----

*“Cidadão com excelentes virtudes humanas, mas também com grande contributo dado à sociedade, através da sua participação cívica, nomeadamente como membro da Assembleia de Freguesia da Conceição e também nesta própria Assembleia Municipal da Covilhã; -----*

*Enquanto dirigente associativo desempenhou várias funções (sendo Presidente CCD do Rodrigo); - Foi ainda como dirigente sindical, onde ocupou funções diretivas na União de Sindicatos de Castelo Branco.* -----

*Venho, em nome da União de Freguesia de Covilhã e Canhoso, propor que a Assembleia Municipal da Covilhã, na sua reunião ordinária de 9 de Maio de 2022, aprove um voto de pesar pela morte do Sr. Manuel Carrola Nascimento. (doc.10)* -----

*“Voto de pesar pelo falecimento de **Manuel Carrola do Nascimento**, de 77 anos. -----*

*Dedicou muito da sua vida ao sindicalismo, ao poder local democrático, e ao associativismo, tendo exercido com competência e retidão essas funções.* -----

*Foi dirigente da União de Sindicatos de Castelo Branco da CGTP-IN, atual Coordenador distrital da Inter-reformados e foi também dirigente e Presidente do CCD do Rodrigo. Foi ainda dirigente do*

*Partido Comunista Português e autarca na Assembleia Municipal da Covilhã e na Assembleia de Freguesia da Conceição.* -----

*A título de reconhecimento do valioso contributo que deu à causa pública na defesa dos direitos dos trabalhadores, apresentamos este voto de pesar.* -----

*Do teor deste voto de pesar, será dado conhecimento aos familiares.” (Doc.11)* -----

--- Colocados à votação, o **Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Manuel Carrola do Nascimento** foi **aprovado por unanimidade e guardado um minuto de silêncio em sua memória.**

– Pelo falecimento do Senhor Maestro Manuel Macedo Campos Costa: -----

*“Em 3 de maio de 2022 faleceu o Maestro Manuel Macedo Campos Costa, figura ímpar no panorama cultural da nossa cidade e região.* -----

*O Maestro Campos Costa esteve envolvido em várias instituições do concelho, tendo sido fundador do Conservatório Regional de Música da Covilhã, e do Coro Misto da Academia Sénior da Covilhã. Foi o principal impulsionador dos concursos internacionais de instrumentos enquanto delegado na Covilhã da Juventude Musical Portuguesa.* -----

*Uma das figuras maiores da cultura na Covilhã, será sempre lembrado pelo seu determinante papel no desenvolvimento e promoção cultural do concelho.* -----

*A título de reconhecimento do contributo que deu na promoção da cultura do concelho, apresentamos este Voto de Pesar lamentando a perda de uma das mais importantes personalidades da Covilhã, devendo do seu teor ser dado conhecimento à família.” (doc.12)* -----

*“A sua forte participação na vida cultural e artística da Covilhã, fizeram dele uma personagem marcante e inesquecível da nossa cultura.* -----

*Entre tantas outras ações, realçamos a criação do Conservatório Regional de Música da Covilhã, a Direção do Coro Misto, o impulso que deu para a 1.ª edição do Concurso de Piano “Cidade da Covilhã” ou ainda o contributo vital no aparecimento do Concurso de Piano “Júlio Cardona”. -----*

*Foi ainda professor de Canto Coral no Liceu Heitor Pinto e mais tarde criou o Coro Misto da Academia Sénior da Covilhã.* -----

*Venho, em nome da União de Freguesia de Covilhã e Canhoso, propor que a Assembleia Municipal da Covilhã, na sua reunião ordinária de 9 de Maio de 2022, aprove um voto de pesar pela morte do maestro Manuel Macedo Campos Costa.” (doc.13)* -----

*“Voto de pesar pelo falecimento de **Manuel Macedo Campos Costa**, de 93 anos. Foi fundador do Conservatório Regional de Música da Covilhã, tendo-se dedicado à arte da música, com conhecimento, saber e sensibilidade.* -----

*Detentor de uma personalidade incomparável, o Maestro Campos Costa era reconhecido pelo seu humanismo, profissionalismo e marcante sentido de justiça. -----*

*Foi delegado na Covilhã da juventude Musical Portuguesa, tendo participado, empenhadamente, na organização de diversas edições do Concurso Internacional de Instrumentos de Arco “Júlio Cardona”. -----*

*Promoveu o ensino da música e divulgou as obras de vários compositores, enriquecendo o panorama cultural e artístico covilhanense, motivos que levaram a Câmara Municipal da Covilhã a prestar-lhe uma justa e merecida homenagem em 2019. -----*

*A título de reconhecimento pelo seu empenho e dedicação em prol da cultura e da música, apresentamos este voto de pesar. -----*

*Do teor deste voto de pesar, será dado conhecimento aos familiares.” (doc.14) -----*

*--- Colocados à votação, o **Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Maestro Manuel Macedo Campos Costa** foi **aprovado por unanimidade e guardado um minuto de silêncio em sua memória**. -----*

*– Pelo falecimento da Senhora Maria de Los Dolores Tejada Garcia Mesquita Nunes: -----*

*“Em 31 de março de 2022 faleceu Maria de Los Dolores Tejada Garcia Mesquita Nunes. -----*

*Mary Loly, como todos a conheciam, partiu ficando no coração daqueles com quem se cruzou. ----*

*Mulher, mãe, avó, irmã, tia e amiga extremosa e dedicada como poucos conseguem ser, dedicou a sua vida aos outros e nesse percurso foram muitos os covilhanenses que tocou e ajudou com a sua intransigente defesa de quem mais precisa. -----*

*Foi uma presença assídua na Conferência de São Vicente de Paulo da Conceição, a que pertencia, tendo sido uma vicentina a tempo inteiro e, nessa condição, dedicou muito da sua vida à defesa dos mais desfavorecidos, procurando sempre suprir algumas das suas necessidades. -----*

*O apoio social e assistencial faz-se de mulheres e homens que, de forma anónima e abnegada, cuidam, protegem e dão esperança a quem mais precisa. -----*

*A Mary Loly era uma dessas mulheres, sempre prontas a cuidar, com dedicação desinteressada, que engrandecem o movimento social e assistencial. -----*

*Era viúva de Luís Filipe Mesquita Nunes, o primeiro Presidente da Comissão Administrativa da Covilhã, a seguir ao 25 de Abril e que exerceu também o cargo de Presidente da Assembleia Municipal da Covilhã. -----*

*A título de reconhecimento do contributo que, de forma altruísta, deu em favor de quem mais precisa, engrandecendo o movimento social e assistencial da Covilhã, apresentamos este Voto de Pesar, devendo do mesmo ser dado conhecimento à família.” (doc.15) -----*

--- Colocado à votação, o **Voto de Pesar pelo falecimento da Senhora Maria de Los Dolores Tejada Garcia Mesquita Nunes** foi **aprovado por unanimidade e guardado um minuto de silêncio em sua memória**. -----

– Pelo falecimento do covilhanense, Agente da PSP, Fábio Micael Serra Guerra: -----

*“Nascido em 03 de Maio de 1995, faleceu no passado dia 21 de Março de 2022, o covilhanense, Agente da PSP, Fábio Micael Serra Guerra, -----*

*Considerado por todos como uma extraordinária pessoa, dedicado à família, educado, humilde, solidário, excelente profissional, disponível para ajudar o outro, acabou por falecer na sequência de um acto de generosidade, ao tentar restaurar a paz pública, revelando um superior sentido de missão. -----*

*Tal como referiu o Excelentíssimo Senhor Presidente da República “que seja recordado pela sua abnegação, coragem e dedicação ao serviço do próximo e da segurança pública” -----*

*Assim, propõe-se a esta Assembleia que seja aprovado UM VOTO DE PESAR, pelo falecimento do Agente Fábio Guerra. -----*

*Por fim mais se solicita que caso o voto seja aprovado, seja comunicado aos seus familiares, com as sentidas condolências.” (doc.16) -----*

*“Residente no nosso concelho, agente da PSP e que, como é do conhecimento público, foi barbaramente agredido no dia 19 de Março de 2022, tendo vindo a falecer dois dias depois. -----*

*Pessoa reconhecida por todos como de trato fácil e imensa amabilidade, tinha ainda uma participação ativa na sociedade, manifestada das mais diversas formas, desde a sua intervenção cultural, passando pela participação cívica e atividade associativa e desportiva. -----*

*Venho, em nome da União de Freguesia de Covilhã e Canhoso, propor que a Assembleia Municipal da Covilhã, na sua reunião ordinária de 9 de Maio de 2022, aprove um voto de pesar pela morte do Sr. Fábio Micaela Serra Guerra.” (doc.17) -----*

*“Voto de pesar pelo falecimento de **Fábio Micael Serra Guerra**, de 26 anos. -----*

*Nascido na Covilhã, foi também aqui que cresceu, estudou e desenvolveu várias atividades ligadas à prática desportiva. -----*

*Enveredou pela carreira de agente da PSP e, apesar de muito jovem, desempenhava com empenho e dedicação a função de defender a segurança dos cidadãos. -----*

*E foi no cumprimento dessa função que este nobre covilhanense perdeu a vida. Porque apesar de não se encontrar de serviço, Fábio Guerra assumiu por inteiro a sua missão de agente de segurança. Com um imensurável sentido de responsabilidade, na tentativa de fazer cessar as agressões entre alguns cidadãos, decidiu intervir para repor a ordem pública. -----*

*É de todos conhecido o trágico desfecho desta situação. A PSP ficou mais pobre, a Covilhã ficou de -----*

*luto e os familiares de Fábio Guerra enfrentam uma dor insuportável. -----*

*Justiça será feita, mas a perda é irreparável. -----*

*O jovem Fábio regressou à Covilhã e, neste berço que o viu nascer, repousará na sua última morada. -----*

*Regressou, mas não voltará a percorrer as ruas da Covilhã, não voltará a visitar os seus pais, os seus familiares, nem voltará a cumprimentar e a conviver com os seus amigos. -----*

*Um dia, o jovem Fábio jurou “honrar todos os que tombaram ao serviço da Ordem, e na defesa da Sociedade, e dar a própria vida se preciso for”. -----*

*Jurou e cumpriu. -----*

*Hoje, faz parte daqueles que tombaram e por isso todas as honras lhe são devidas. -----*

*A título de reconhecimento pela sua coragem e nobreza apresentamos este voto de pesar. -----*

*Do teor deste voto de pesar, será dado conhecimento aos familiares.” (doc.18) -----*

**“Voto de Pesar e Entrega de Condecoração a título póstumo no dia da Cidade -----**

*Fábio Guerra, jovem covilhanense, filho, irmão, **Homem Bom** da nossa terra, agente das forças de segurança que exercia a sua profissão na área metropolitana de Lisboa deixou-nos recentemente de forma trágica. Todo o país se uniu na condenação da violência desmesurada e gratuita da qual foi alvo por parte de outros agentes das forças militares. Contudo, é impossível não sentir ainda uma profunda revolta e consternação enquanto se aguarda que a justiça seja feita. -----*

*As palavras devem ser ditas: Fábio Guerra foi “espancado à porta de uma discoteca em Lisboa enquanto separava uma rixa entre fuzileiros” (<https://cnnportugal.iol.pt/discurso-directo/morte/gouveia-e-melo-censura-ataque-selvatico-desproporcional-e-despropositado-a-fabio-querra-em-discurso-aos-fuzileiros/20220325/623d7efb0cf21847f0b37473>). -----*

*Pais, irmãos e amigos anseiam pela reposição da justiça neste que foi, segundo o Comandante Supremo da Armada, um **“ataque selvático, desproporcional e despropositado”**. “O Agente Fábio Guerra era a nossa pátria, a PSP e as Forças de Segurança são a nossa pátria e nela todos os nossos cidadãos”, afirmou Gouveia e Melo, que censurou “os desacatos e rixas” e sublinhou que quando vê alguém “a pontapear um ser caído no chão, vejo um inimigo de todos nós, dos seres decentes, **vejo um selvagem, vejo o ódio materializado e cego, vejo acima de tudo um verdadeiro covarde”**.*

*Os Grupos Municipais do PSD e do CDS-PP na Assembleia Municipal da Covilhã propõem que o órgão, aprovando este voto de pesar: -----*

- 1. Enderece à Família e aos Amigos as mais sinceras e sentidas condolências, próprias destes momentos de tristeza, mas também a solidariedade e o sentimento de revolta e consternação que todos partilhamos. -----*
- 2. Recomende à Câmara Municipal que, no uso das suas competências, atribua uma condecoração a Fábio Guerra, a título póstumo, no dia da Cidade (20 de Outubro), em moldes e qualidade a decidir pelo órgão executivo, no respeito pelas suas competências.” -----*

**(doc.19)** -----

--- Colocados à votação, o **Voto de Pesar pelo falecimento do Agente da PSP, Fábio Micael Serra Guerra** foi **aprovado por unanimidade e guardado um minuto de silêncio em sua memória.** -----

**Mais deliberou recomendar a Câmara Municipal, no uso das suas competências, a atribuição de uma condecoração a Fábio Guerra, a título póstumo, no dia da Cidade (20 de Outubro), em moldes e qualidade a decidir pelo órgão executivo, no respeito pelas suas competências".** -----

– Pelo falecimento do Senhor Luís Filipe Serra da Silva: -----

*“Era, ao momento da sua morte, Presidente da Direção de uma das instituições do nosso concelho, a LAPA – Liga dos Amigos dos Penedos Altos.* -----

*Desempenhou sempre um papel ativo e dinâmico no associativismo local, tendo tido também funções diretivas na Banda da Covilhã.* -----

*Venho, em nome da União de Freguesia de Covilhã e Canhoso, propor que a Assembleia Municipal da Covilhã, na sua reunião ordinária de 9 de Maio de 2022, aprove um voto de pesar pela morte do Sr. Luís Filipe Serra da Silva.” (doc.20)* -----

*“Voto de pesar pelo falecimento de **Luís Filipe Serra da Silva**, de 65 anos.* -----

*Foi técnico de laboratório de física na UBI – Universidade da Beira Interior.* -----

*Atualmente, exercia com empenho e dedicação as funções de Presidente da Lapa – Liga dos Amigos do Bairro dos Penedos Altos.* -----

*A título de reconhecimento apresentamos este voto de pesar.* -----

*Do teor deste voto de pesar, será dado conhecimento aos familiares.” (doc.21)* -----

*“Os grupos do PSD e CDS na Assembleia Municipal da Covilhã manifestam o seu pesar pelo falecimento de Luís Filipe Serra da Silva, técnico reformado do laboratório de física da Universidade da Beira interior e presidente da direção da Liga dos Amigos dos Penedos Altos.* -----

*O impacto do movimento associativo da Covilhã na sociedade covilhanense é inegável, sendo de louvar aqueles que manifestam a coragem e determinação de se dedicar a causas sociais como a LAPA.* -----

*A vertente humanitária e o jeito familiar com que Luís Silva encarava esta associação merecem o profundo respeito e admiração de todos. Ainda que a duração das suas funções institucionais tivesse ficado aquém do que todos desejaríamos, Luís Silva foi desde sempre reconhecido como homem de causas, homem de bem e homem honroso.* -----

*Pela marca que deixou na comunidade e na nossa cidade, não podemos deixar de homenagear este concidadão e, por isso, os membros desta Assembleia pelos grupos do PSD e CDS propõem que*

a aprovação de um voto de pesar, apresentando sentidas condolências aos familiares enlutados, amigos e a todos os que sentem profundamente a sua ausência.” (doc.22) -----

--- Colocados à votação, o **Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Luís Filipe Serra da Silva** foi **aprovado por unanimidade e guardado um minuto de silêncio em sua memória.** -----

– Pelo falecimento do Senhor Henrique do Patrocínio Farias Bichinho: -----

“Cidadão dinâmico e ativo, foi autarca na Junta de Freguesia de São Pedro, desempenhando aí as funções de Secretário. -----

Foi ainda Delegado do INATEL e Dirigente associativo de várias coletividades da Covilhã. -----

Venho, em nome da União de Freguesia de Covilhã e Canhoso, propor que a Assembleia Municipal da Covilhã, na sua reunião ordinária de 9 de Maio de 2022, aprove um voto de pesar pela morte do Sr. Henrique do Patrocínio Farias Bichinho.” (doc.23) -----

“Voto de pesar pelo falecimento de **Henrique Patrocínio Farias Bichinho**, de 87 anos. -----

Pessoa de estatuto reconhecido, destacou-se particularmente no desempenho de funções autárquicas e associativas. -----

No seu percurso político, foi fundador do Partido Socialista na Covilhã e foi secretário da extinta freguesia de S. Pedro; na sua ligação ao associativismo, foi delegado do Inatel e foi dirigente de várias coletividades. -----

Pelo seu contributo social e político e a título de reconhecimento apresentamos este voto de pesar.

Do teor deste voto de pesar, será dado conhecimento aos familiares.” (doc.24) -----

--- Colocados à votação, o **Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Henrique do Patrocínio Farias Bichinho** foi **aprovado por unanimidade e guardado um minuto de silêncio em sua memória.** -----

– Pelo falecimento do Senhor Professor Luís Alberto Godinho Amoreira: -----

“Foi com profundo pesar que recebemos a notícia do falecimento de Luís Alberto Godinho Amoreira. -----

Luís Alberto Godinho Amoreira, natural e residente no Fundão, foi um cidadão exemplar, um professor dedicado e um militante comunista reconhecido e muito respeitado. -----

Foi em Coimbra que se iniciou na luta antifascista, participando na campanha de Humberto Delgado, na luta contra o decreto 40 900 e sendo um dos 402 subscritores do manifesto estudantil de 1959 pedindo a demissão de Salazar. -----

Licenciado em Física iniciou a sua vida profissional na Junta de Energia Nuclear, mas foi como

*professor que desenvolveu a sua carreira profissional.* -----

*Após o 25 de Abril de 1974 foi Diretor da Escola do Magistério Primário da Guarda, esteve ligado aos primeiros anos do funcionamento do Instituto Politécnico da Covilhã e lecionou na Escola Secundária Frei Heitor Pinto, onde exerceu o cargo de Presidente do Conselho Diretivo de 1984 a 1986.* -----

*Porque muito estimado por colegas e alunos, após a sua aposentação, foi atribuído o seu nome a um dos laboratórios da escola em reconhecimento do seu trabalho e dedicação.* -----

*Luís Alberto Godinho Amoreira esteve também ligado à criação do Sindicato dos Professores da Região Centro.* -----

*Ao longo de toda a sua vida, Luís Alberto Godinho Amoreira empenhou-se na luta, pela liberdade e a democracia, por uma sociedade nova liberta da exploração.* -----

*A Assembleia Municipal da Covilhã, reunida a 9 de Maio de 2022, lamenta profundamente o falecimento do Professor Luís Alberto Godinho Amoreira e apresenta as mais sentidas condolências à sua família e amigos.” (doc.25)* -----

--- Colocado à votação, o **Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Professor Luís Alberto Godinho Amoreira** foi **aprovado por unanimidade e guardado um minuto de silêncio em sua memória.** -----

– Pelo falecimento do Senhor Fernando Jorge Landeira: -----

*“Voto de pesar pelo falecimento de **Fernando Jorge Landeira**, de 49 anos.* -----

*Não sendo natural da Covilhã, mas aqui vivia e trabalhava. Dedicou 18 anos ao Teatro das Beiras onde além de ator, também trabalhou na área da cenografia.* -----

*Sendo uma pessoa de grande sensibilidade, também colaborava com a associação Coolabora na defesa das suas causas e na promoção de uma sociedade mais justa.* -----

*A título de reconhecimento do contributo que deu à arte de representar, à cultura e à sociedade, apresentamos este voto de pesar.* -----

*Do teor deste voto de pesar, será dado conhecimento aos familiares.” (doc.26)* -----

--- Colocado à votação, o **Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Fernando Jorge Landeira** foi **aprovado por unanimidade e guardado um minuto de silêncio em sua memória.** -----

– Pelo falecimento do Senhor Carlos Alberto Barroca Duarte Prior: -----

*“Voto de pesar pelo falecimento de **Carlos Alberto Barroca Duarte Prior** de 76 anos.* -----

*Foi Presidente do Ginásio Clube da Covilhã e atualmente fazia parte dos órgãos sociais desta coletividade. Era ainda membro ao Conselho Geral do Clube de Campismo e Caravanismo da*

Covilhã. -----

*A título de reconhecimento pelo seu contributo cívico, apresentamos este voto de pesar. -----*

*Do teor deste voto de pesar, será dado conhecimento aos familiares.” (doc.27) -----*

--- Colocado à votação, o **Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Carlos Alberto Barroca Duarte Prior** foi **aprovado por unanimidade e guardado um minuto de silêncio em sua memória.** -----

- O Senhor **Dr. Nuno Flávio Costa Reis (CDS-PP)** solicitou que constasse em ata que o CDS-PP se associou a todos os votos de pesar propostos. -----

--- O Senhor **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS)** apresentou a proposta de Voto de Louvor que, a seguir, se reproduz: **(doc.28)** -----

**“Voto de LOUVOR** -----

*Foram mais de 40 anos que Fernando Lucas dedicou aos Bombeiros Voluntários da Covilhã. -----*

*No ano de 2000 passou a exercer funções como adjunto de comando e em 2011 como comandante, assim permanecendo até 1 de maio de 2022. -----*

*Nesta data, por sua vontade, entendeu e sentiu que era chegado o momento de entregar essa responsabilidade e assumir outras e, com elevado altruísmo e sentido de dever, saiu pela porta onde tantas vezes entrou, com a dignidade e elevação de quem sabe que cumpriu a sua nobre missão com competência, conhecimento e dedicação. -----*

*Durante mais de 40 anos ao serviço dos soldados da paz, Fernando Lucas deu-se à comunidade com coragem e enorme sentido cívico e nunca virou costas aos combates que a sua missão lhe colocou à frente: enfrentou e venceu chamas, socorreu e apoiou vítimas e salvou vidas mesmo que, para isso, colocasse a sua em risco, defendendo com lealdade o seu lema “Vida por Vida”. -----*

*Nunca se satisfez com o muito que já sabia, procurando sempre novos conhecimentos, atualizações e aprendizagens que lhe permitissem ser um Comandante capaz de enfrentar qualquer situação e, nos teatros de operações em que esteve presente, essas capacidades de avaliação, ponderação e decisão foram fundamentais para o êxito das missões que coordenou. -----*

*Por se orgulhar do que aprendeu, fez por passar os seus saberes aos outros e, dessa forma, deu mais um valioso contributo ao corpo de bombeiros e a toda a população. -----*

*Irá integrar o Quadro de Honra por sua vontade e, com a humildade que vem dos genuínos e a confiança que vem dos bravos, assume a sua dor mas renova a certeza na sua decisão e elogia e incentiva o seu sucessor demonstrando, mais uma vez, ser possuidor de um caráter generoso e respeitador. -----*

*Por sua decisão, entregou o Comando dos Bombeiros Voluntários da Covilhã, mas na hora da saída o comandante Lucas pediu um monumento de homenagem ao bombeiro, pediu que se reconheça o valor dos que, como ele, prestam socorro e proteção aos seus concidadãos. Porque, hoje e para sempre, o Comandante Lucas terá alma de bombeiro. -----*

*Pelo seu contributo em prol dos Bombeiros Voluntários da Covilhã e em prol de toda a população, como justa homenagem e reconhecimento, apresentamos este voto de louvor. -----*

*Deste voto de louvor, será dado conhecimento ao próprio.” -----*

Propôs ainda, caso o Voto de Louvor fosse aprovado, uma salva de palmas. -----

- Colocado à votação, o **Voto de Louvor ao Ex-Comandante dos Bombeiros Voluntários da Covilhã Fernando Lucas** foi **aprovado por unanimidade com uma salva de palmas.** -----

--- A Senhora **Dra. Vanda Cláudia Raposo Cid Ferreira (PPD/PSD)** apresentou a proposta de Voto de Solidariedade que, a seguir, se reproduz: **(doc.29)** -----

*“Estamos há 75 dias a assistir ao maior genocídio que as gerações atuais têm memória. É certo que infelizmente a história mundial nos brindou com momentos horrendos, mas em pleno século XXI, dentro das nossas fronteiras, era por todos nós inimaginável tamanho cenário: -----*

*- Um país em crescimento e desenvolvimento cujo maior sonho era pertencer à união europeia, vê-se em 75 dias completamente arrasado, devastado, destruído; -----*

*- Seres humanos que em 75 dias deixaram de ter um lar, um trabalho, uma vida. Em troca restalhes um asilo num qualquer país vizinho, deixar no inferno da guerra os patriarcas da família e uma dúzia de funerais para fazer; -----*

*- Seres humanos que ficaram nas suas terras, nas suas casas, entregues ao destino mais cruel: entregues às pilhagens, ao furto, à fome, à sede, ao frio, à violação e à morte. -----*

*E tudo isto é a história mais recente da Ucrânia, que podia ser a nossa história: podia ser a nossa terra, a nossa casa, a nossa família. o nosso pai, o nosso filho...podia ser a história de qualquer um de nós. -----*

*É impossível não falar acerca da guerra. Uma guerra que se prolonga há 75 dias. São 75 dias de violações a um país democrático, independente e soberano. -----*

*É impossível não nos colocarmos no lugar dos ucranianos, percebendo a revolta, o medo, a determinação, a firmeza, ou a fúria, que por estes longos dias sentem. -----*

*As intenções imperialistas de alargamento de fronteiras e território por parte de Moscovo tomaram os ucranianos, a Europa e o resto do mundo de surpresa. -----*

*Um ato vil e desprezível em muito semelhante ao que em 1939 iniciou o conflito mais sangrento da história da humanidade. -----*

*Enquanto membros livres e democraticamente eleitos para esta Assembleia Municipal, é nosso dever ético, moral e cívico nos pronunciarmos sobre a defesa dos direitos humanos, democráticos e soberanos daqueles que hoje se encontram vigorosamente ameaçados. -----*

*Independentemente das circunstâncias, há valores que nunca deveriam ser esquecidos, os valores de Abril, sejam eles em que país for. -----*

*Valores esses que serão sempre a base mais sólida para o desenvolvimento de uma sociedade livre, -----*

*justa, democrática, solidária e responsável.* -----

*Infelizmente, assistimos hoje, em pleno século XXI, e desde o passado dia 24 de fevereiro, a uma injustificada, ignóbil e violenta invasão da Ucrânia pelo exército russo, sob o comando de um ditador.* -----

*Esta ação bélica é contra um país soberano, com um governo democraticamente eleito, rasgando todos os acordos e tratados vigentes, e sem que tivesse ocorrido qualquer ataque ao território russo. É uma inqualificável agressão a um Estado independente e soberano.* -----

*É um atentado à paz na Europa! É um ato que abala e põe em causa a segurança mundial.* -----

*Os crimes de guerra provocados pela Rússia e todas as demais violações do Direito Internacional têm de ser condenados de forma irrepreensível.* -----

*Importa nunca esquecer que cada ucraniano morto, torturado, violado ou obrigado a fugir de sua casa para sobreviver, é um ataque à dignidade de todos os seres humanos.* -----

*A dignidade humana é única, por isso a luta pelos seus direitos nunca deverá cessar.* -----

*Assim, neste período escuro da história, o nosso pensamento está com a Ucrânia.* -----

*Está com todos aqueles homens, mulheres e crianças, indefesos e inocentes, que enfrentam estes ataques e que temem pelas suas vidas. Merecem no mínimo toda a nossa solidariedade.* -----

*Porque temos a obrigação, dure o tempo que esta guerra durar, de não nos calarmos, de não nos conformarmos. Por isso estamos novamente hoje aqui a trazer um voto de solidariedade, para se juntar à moção que apresentamos na última AM.* -----

**Assim, os membros dos Grupos Municipais do PSD e do CDS propõem que a Assembleia Municipal reunida hoje dia 09 de Maio de 2022 delibere aprovar um voto de solidariedade, nos seguintes termos:** -----

- 1) uma **Declaração Pública de Solidariedade com a Ucrânia**, com o povo ucraniano em particular com todos os cidadãos ucranianos que vivem hoje no Concelho;* -----
- 2) **um minuto de silêncio pela paz na Ucrânia e em memória das vítimas da guerra.*** -----

- A Senhora **Doutora Mónica Cristina Cerqueira Ramôa (CDU - PCP/PEV)** pediu a palavra para dizer que a Moção apresentada, “a certa altura subscrevemos inteiramente. A partir dos considerandos não podemos votar favoravelmente. -----

Não sei se é essa a intenção dos proponentes ou se a intenção dos proponentes é, de facto, ter aqui uma moção de solidariedade em que todos possamos caber nessa moção de solidariedade. –

Como é lógico, o PCP está completamente solidário com o povo da Ucrânia, como está solidária com outros povos e é sobre os valores de Abril, que foram justamente na moção falados, que depois a questão não corre bem porque dizer que a Ucrânia é um país democrático quando, se calhar, todos nós que aqui estamos sentados não teríamos assento no parlamento ucraniano (os partidos todos foram ilegalizados, todos aqueles que estão à esquerda do partido de Zelensky). Parece-me exagerado. -----

Uma coisa é estarmos solidários com o povo e contra a guerra - e estamos -; outra coisa é estarmos solidários com aquilo que foi dito.” -----

- O Senhor **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra)** referiu que “há pouco falava-se de não politizar as coisas e há aqui uma tentativa de encostar o PCP a uma determinada opção. -----

Há muita coisa a discutir: que a Ucrânia é democrática e que a Rússia é uma ditadura. O que acontece atualmente é que o Partido Socialista e o Partido Social Democrata da Ucrânia estão ilegalizados e, portanto, não têm assento. -----

Há sempre esta característica do Ocidente de colocar as democracias e as ditaduras. -----

Se queremos mesmo que a Assembleia Municipal vote uma moção apresentada pelo PSD que tem a ver com esses dois pontos finais (a primeira vez onde aparece “paz” é no segundo ponto – nos considerando todos, não aparece uma única vez “paz”) e de acordo também daquilo que já foi dito (que nós somos contra esta guerra e fomos contra as outras todas e não vimos tanta indignação nas outras quanto vimos agora), se o PSD quer encostar o PCP a um canto, como já o CDS tentou aqui fazer hoje pensando que a sua guerra é com o PCP quando afinal não é, que o façam. Nós cá estaremos. Como disse o meu camarada Pedro Manquinho, estivemos 48 anos em ditadura. -----

Essas tentativas de encostar o PCP a um canto vêm na linha daquilo que se anda aí a falar até já na localização de um partido constitucionalmente aceite em Portugal que é o PCP. Se o querem fazer também nesta Assembleia podem-no fazer. Se querem votar a moção sem os considerando em solidariedade com o povo ucraniano e, em especial, com os ucranianos que estão no Concelho da Covilhã, retirando todos os considerando e apelar à paz como está no segundo ponto, o PCP votará favoravelmente.” -----

- O Senhor **Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo)** referiu ter ficado confuso. “Oíço falar no 25 de Abril e oíço falar no apoio à Ucrânia. -----

Certo e verdade, e esta Assembleia Municipal tem de o saber, é que no Tortosendo celebra-se Abril porque é uma Freguesia da Abril. Todos os anos o Povo sai à rua para fazer a tradicional arruada em comemoração do 25 de Abril, do fim da ditadura. -----

Este ano foram centenas de pessoas para a rua e, num ato de solidariedade para com o Povo Ucraniano, o Povo do Tortosendo ergueu uma bandeira da Ucrânia e houve um gesto que me marca e que me vai ficar na memória: o Senhor Pedro Manquinho abandonou a arruada do Tortosendo quando viu a bandeira da Ucrânia.” -----

- O Senhor **Doutor Pedro Alexandre Rodrigues Manquinho (CDU - PCP/PEV)** pediu a palavra para defesa da honra. -----

“Ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Tortosendo, tenho alguma dificuldade de, no 25 de Abril, seguir bandeiras de outros países a não ser a bandeira de Portugal. -----

Não vi lá uma bandeira do Líbano que está em guerra também; não vi lá uma bandeira da Palestina que está em guerra também; ... Tudo situações idênticas: países soberanos que foram invadidos

por outros países e que estão condenados pela Assembleia Geral da ONU. -----

A única diferença (entendo e percebo) é que é na Europa, mas o mundo é para lá da Europa e não se restringe ao nosso cantinho.

A ideia um bocado colonialista de eurocentrismo, em que tudo o que acontece no mundo na Europa é que é importante, leva a que depois 70% da população mundial não concorda com a posição do mundo ocidental.” -----

- O Senhor **Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo)** respondeu que tinha ficado esclarecido e “trouxe-me à memória o saudoso Alexandre Caldas quando disse em 1980 “o Tortosendo é do Povo e jamais será de Moscovo.” -----

- O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** esclareceu que “aquilo que vamos votar e vou ler muito rapidamente é que a Assembleia Municipal delibere aprovar um voto de solidariedade nos seguintes termos: -----

- 1) *uma Declaração Pública de Solidariedade com a Ucrânia, com o povo ucraniano em particular com todos os cidadãos ucranianos que vivem hoje no Concelho;* -----
- 2) *um minuto de silêncio pela paz na Ucrânia e em memória das vítimas da guerra.”* -----

- O Senhor **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD)** referiu que “o Partido Social Democrata não pede a outras bancadas que toquem no texto das suas moções. Quando apresentam um texto, é um texto cuidado, pensado e finalizado, sujeito obviamente ao escrutínio do órgão máximo do Município que pode decidir aprová-lo ou rejeitá-lo. Portanto, o texto é sempre, da nossa parte, apresentado como um todo. -----

Respondendo às questões que foram feitas: -----

- 1º Podem falar quando aparece a palavra “paz”, mas mais cedo aparece a palavra “vida” e as palavras “direitos humanos”; -----
- 2º O juízo de valor feito agora perante esta moção foi o mesmo que criticaram há pouco feito face à moção que foi aqui nesta Assembleia rejeitada; -----
- 3º Queremos uma definição política da Assembleia Municipal com clareza e simplicidade. Portanto, a Assembleia deve ser clara para que quem nos vê lá fora saiba aquilo que o órgão máximo, representativo de todos os covilhanenses, pensa; -----
- 4º Esta moção não foi feita a pensar no PCP. Como devem imaginar, temos mais que fazer na nossa vida do que pensar no Partido Comunista!” -----

--- Colocada à votação, o **Voto de Solidariedade** foi **aprovado por unanimidade e cumprido um minuto de silêncio.** -----

Foi feita a seguinte **Declaração de Voto:** -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra):** “Senhor Presidente da Assembleia, agradeço-

lhe esse trabalho que agora teve e poderemos aqui entendermo-nos porque, não faz bem à democracia, estamos a fazer bem ao futuro. -----

Há pouco disse que a luta do CDS não é com o PCP e volto a reafirmá-lo. Mas não fico contente, como alguns ficaram, em ver o CDS fora da Assembleia da República. Como os Democratas todos não deveriam ficar contentes com o enfraquecimento também do PCP nestas últimas eleições porque isso pode resultar no futuro depois de virem chamar os comunistas para defender a pátria como um jornalista dizia no outro dia *“quando fizermos a votação da defesa da pátria depois havemos de ver onde estão os comunistas.”* -----

Solidarizamo-nos com aquilo que aí está, com a defesa da paz no mundo e os considerandos ficam com quem os produziu e que, muitas vezes, é uma tentativa de isolamento das forças partidárias e até de algum aproveitamento da questão da guerra para isolar outras forças partidárias. -----

O que nos move é isto: a defesa da paz, tanto na Ucrânia, na Europa e no mundo.” -----

--- O Senhor **Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD)** fez uma interpelação à Mesa dizendo que “é verdade que foram aprovados os dois pontos. Foi aprovada a moção na globalidade porque ninguém, além dos proponentes, tem o poder de alterar o conteúdo da moção.” -----

--- A Senhora **Dra. Valéria Alexandra Mendes Garcia (PPD/PSD)** procedeu à entrega da Moção que, a seguir, se reproduz. **(doc.30)** -----

**“MOÇÃO – DESPORTO PARA TODOS** -----

*Num contexto pandémico, o desporto assume uma importância ainda superior. Ajuda não só o praticante a níveis físicos, como a nível mental ajudando a combater doenças como a ansiedade e a depressão decorrentes da pandemia de COVID-19.* -----

*Contudo, os apoios dos clubes e associações locais são cada vez menores. De 2019 para 2020, as participações financeiras a federações desportivas reduzir em 7%.* -----

*Uma vez que sem ajuda do poder local estas associações não conseguem manter a sua atividade, os Grupos Municipais do PSD e do CDS-PP trazem duas propostas centrais:* -----

**1) O reforço do apoio ao associativismo desportivo local:** -----

*Ajudar os clubes não apenas com o restabelecimento da dotação financeira, mas com disponibilização dos meios e equipamentos municipais e criando canais de divulgação próprios através dos meios do município. Tendo em conta que muitas destas associações desportivas têm como foco modalidades não muito conhecidas, a sua divulgação é essencial para que as mesmas passem a ter maior reconhecimento e número de atletas.* -----

**2) A criação de uma bolsa de estudo para atletas locais** -----

*Muitos são os jovens que desistem do desporto por causa do ensino. Ao criar uma bolsa de estudo para atletas locais estaríamos não só a incentivar os jovens a participar em alguma atividade desportiva como estaríamos também a permitir que os atletas não tenham de abdicar da sua modalidade quando ingressam no ensino superior.* -----

*Esta bolsa seria destinada ao pagamento das propinas do aluno que a adquiriu e para a obter seria necessário que o aluno tivesse um bom aproveitamento escolar, fosse atleta federado e que o seu clube ou associação esteja sediado no concelho.* -----

*Esta bolsa não deve apenas ser consignada a covilhanenses, mas a estudantes residentes que erguem a bandeira da Covilhã e das suas instituições.* -----

Referiu que “o desporto e a prática do exercício físico tem o seu interesse há muito documentado, assumindo especial importância no contexto pandémico que ainda vivemos, ainda que tal não se reflita nos apoios financeiros a clubes desportivos e associações locais que foram reduzidos em cerca de 7% quando comparamos com os anos de 2019 e 2020. -----

Neste âmbito e para que se mantenha esta atividade fulcral, propõe-se o reforço do apoio ao associativismo desportivo local através de participações financeiras, mas também pela disponibilização de meios, equipamentos e divulgação de atividades através dos meios do Município. -----

Propõe-se ainda a criação de uma bolsa de estudo para atletas federados que representem a Covilhã e as suas instituições, incentivando estes jovens a não abdicar da sua formação no Ensino Superior em detrimento da prática de atividades desportivas.” -----

- O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** informou que o documento agora entregue se trata de uma Recomendação e não de uma Moção uma vez que “não podemos determinar a atribuição de uma bolsa. Quem o pode determinar é a Câmara Municipal.” -----

--- O Senhor **Lino Fernandes Torgal (PPD/PSD)** procedeu à leitura de dois requerimentos que, a seguir, se reproduzem, os quais foram entregues à Mesa: -----

*“Nos termos do Regimento, requeremos o estudo do projecto do novo aeródromo a ser entregue aos membros da A.M., de modo a sermos todos embaixadores da criação dessa infraestrutura essencial e de cuja opinião partilhamos para a Covilhã.” (doc.31)* -----

*“Nos termos e para os efeitos da lei n.º 26/2016, de 22 de Agosto, que aprova o Regime de Acesso à Documentação Administrativa, requer-se que sejam enviados aos membros da A.M.: -----*

i) *Relatórios aos quais o Data Center estava obrigado a efetuar e remeter ao Município para assegurar o seu regular funcionamento, nos termos do que era previsto, de acordo com a cláusula 9.1 do Acordo PT-Município da Covilhã* -----

ii) *O Plano de Execução do Município para a concretização deste regular funcionamento, tal como obriga pela cláusula 9.3.” (doc.32)* -----

## 2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

### 2.1 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO

--- Foi presente informação escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal que faz parte integrante da presente ata, ficando, para os efeitos legais, arquivada em pasta própria. -----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal perguntou quem pretendia inscrever-se, tendo concedido a palavra aos seguintes Membros Municipais: -----

- **Dra. Joana Petrucci Dias Rocha (CDS-PP):** “Voltar a dizer que a informação escrita continua sem conter todas as informações legalmente obrigatórias. -----

Repetir que a informação escrita é acerca da atividade e situação financeira do Município e deve conter informações sobre o saldo e o estado das dívidas a fornecedores; as reclamações, recursos hierárquicos e processos judiciais pendentes, com indicação da fase e estado; e toda a documentação designadamente relatórios, pareceres, memorandos e documentos, respeitantes às entidades abrangidas pelo regime jurídico da atividade empresarial local. -----

Começando já por esta última parte, a informação que recebemos não refere sequer qualquer empresa municipal, quanto mais a sua atividade ou envio de qualquer documentação. -----

Quanto ao saldo e estado das dívidas a fornecedores, refere-se, no quadro relativo ao passivo, o valor de 370.525,60 e uma nota em sujeito de rodapé *“mais se informa que não existem pagamentos em atraso”*. E é tudo! -----

Já quanto aos processos judiciais pendentes com a indicação da respetiva fase e estado, esta informação consegue a proeza de se contradizer nas poucas 22 páginas que tem. -----

Ora, a informação escrita, no seu ponto 4 relativa às reclamações, recursos e processos pendentes, apenas refere a reclamação apresentada por um senhor que, por chegar tarde, foi impedido de assistir a um espetáculo no Teatro Municipal. Nada mais diz. -----

Mas, a verdade, é que na parte relativa às delegações de competências para representação do Município verificamos que houve várias delegações relativamente a processos judiciais. -----

Em que ficamos? Há ou não há processos judiciais pendentes? -----

A informação escrita que nos deve ser enviada para apreciação é uma informação escrita acerca da atividade do Município e não de determinadas partes do Município ou de determinadas atividades do Município. -----

Avaliando esta informação que hoje apreciamos, que atividade do Município nos é dada a conhecer além dos despachos de delegação de competências para representação em processos, em reuniões e das atividades culturais feitas em parceria com entidades terceiras? -----

Que atividades desempenharam os Senhores Vereadores nos seus Pelouros? -----

E o Senhor Presidente da Câmara? -----

A informação escrita nada diz. Nada fizeram?! Nada que mereça destaque certamente, pois a ser relevante estaria refletida nesta informação ou não! -----

Estas são as questões que me inquietam há várias assembleias e hoje continuo na mesma. -----

Se nas últimas intervenções aqui disse que a informação fazia uma súmula das reuniões de Câmara, nunca com isso quis dizer que tal súmula era dispensável. O que disse é que a informação não podia ser só isso, pois para ser só isso bastaria ler as atas das reuniões de Câmara. -----

Agora, nem essa súmula das reuniões de Câmara temos. Elencam-se despachos de delegação de competências para representação e atividades culturais, sem sequer se explicar sumariamente do que se tratou. Não havendo sequer o mínimo esforço ou intenção do Senhor Presidente da Câmara de tornar este documento um documento seu e não dos serviços, um documento onde o Senhor Presidente explicasse o que, no período em análise, foram as suas prioridades e aquilo que de mais relevante destaca na atividade da Câmara. -----

Gostaria de aqui estar a agradecer o esforço na melhoria da apresentação da informação escrita, mas para a minha surpresa, a informação ficou pior. -----

O que me questiono é porquê. Porque não vem esta informação como devia vir nos termos da Lei? Entende a Câmara não ter de cumprir? Entende a Câmara que esta Assembleia não merece uma informação escrita nos termos que a Lei impõe? Qual a razão para esta insistência em continuar a fazer mal?" -----

- **Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo):** “Dar boa nota do facto de estarem a decorrer os trabalhos em fase de projeto da Avenida Montes Hermínios. Já reunimos com os técnicos da Câmara Municipal no sentido de podermos dar o nosso contributo. Vemos com bons olhos o andamento desses trabalhos. -----

Já há novidades no que respeita ao lançamento da empreitada dos passeios desde o eixo TCT até à Zona Industrial do Tortosendo e ao arranjo dos passeios nos Maiorais de Baixo, um processo que já se arrasta há mais de 5 anos? -----

Continuamos a aguardar uma resposta a alterações de trânsito, pedido feito pela Junta de Freguesia, fruto do trabalho feito juntamente com a GNR e com a Assembleia de Freguesia, desde 14 de abril de 2021.” -----

- **Doutor Pedro Alexandre Rodrigues Manquinho (CDU - PCP/PEV):** “É-nos apresentado um documento muito curto. Passou do 80 para o 8. Mudou-se a estrutura; mudaram-se os mapas; mas o documento não ganhou qualidade. -----

Apresenta atividades pontuais de ordem cultural promovidas pelas várias entidades, entre as quais a Câmara Municipal, licenciamentos do departamento do Urbanismo que parece, face aos prazos dos despachos, que estão a cumprir as suas atribuições. Porém, verifica-se um número que nos parece reduzido – licenciamento de obras no concelho, fruto da crise pandémica? Era útil um

quadro comparativo com anos anteriores, pré-pandemia, para se verificar a existência ou não de alguma retoma da atividade económica, neste caso, na construção civil. -----

Informação financeira limitada; mapa reduzido sem informação relevante que constava em mapas anteriores. -----

Mas tem, no seu 4.º parágrafo, a referência ao envio das atas aos eleitos municipais (alínea x), n.º 1, artigo 35.º - competências do Presidente da Câmara Municipal – 75/2013, de 12 de setembro) – *“Remeter à assembleia municipal a minuta das atas e as atas das reuniões da câmara municipal, logo que aprovadas.”* -----

Esta referência, semelhante à que encontramos no Relatório do Direito de Oposição (alínea c) do 3.1.1 – Do direito à informação) *“Foram remetidas à Assembleia Municipal a minuta das atas e as atas do órgão executivo, assim que aprovadas”*, só nos pode levar a concluir que o órgão executivo, desde 2013, não tem atas aprovadas, caso contrário já tinham sido remetidas a este órgão! -----

Assim como não se entende a ausência de resposta à maioria dos requerimentos apresentados no mandato anterior pela bancada da CDU. -----

Senhor Presidente da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, -----

A Dra. Isaura Reis, nossa ilustre camarada, afirmava num outro local que: *“Num país que hoje somos impera o princípio da administração aberta e do arquivo aberto e o Tribunal Constitucional já se pronunciou jurisprudências, escrevendo em acórdão o direito ao acesso a registos e arquivos administrativos é regra e não exceção.”* -----

Na verdade, com ressalvas legais em matéria de segurança interna e externa, a investigação criminal e a intimidade das pessoas, a Constituição torna claro que a liberdade do acesso é regra, sendo os registos e os arquivos património aberto à comunidade. -----

Acrescentam também notáveis constitucionalistas que o princípio da administração aberta visa combater o princípio da *arcana praxis* ou o princípio do segredo tão característico do estado de polícia, democratizando a vida pública, substituindo ou superando a administração autoritária por uma administração participada e ainda tornar mais transparente o funcionamento global do poder. -----

Sejamos claros: em democracia não há direitos absolutos, isto é, nem o direito à informação nem o direito à proteção de dados são absolutos. -----

De facto, o direito à informação diz respeito a documentos administrativos e não documentos nominativos, sendo que mesmo os administrativos têm restrições já referidas e a sua comunicação e divulgação até poderá ser parcial, expugnada de informação relativa a matéria privada. -----

Para finalizar, a CDU reafirma como sua exigência política o direito à informação, ou seja, o direito a ver ser disponibilizada toda a informação que considera necessária para o exercício da competência do órgão a que pertence, o direito à informação que concretize a democracia política, o direito à informação que reconheça o direito de oposição como atividade crítica, fiscalização e criação de alternativa, o direito à informação que dê a garantia dos direitos e dos poderes das minorias, instrumento constitucional de contrapeso e limite do poder da maioria. -----

Estamos perfeitamente de acordo com estas afirmações.” -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra):** “Apresentei ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, no dia 12 de março de 2020, um requerimento sobre a documentação dos parques infantis que ainda não me foi respondido e solicitava uma resposta relativamente a isso. -----

Na página 91 do relatório de gestão, na parte respeitante ao Departamento de Obras e Planeamento – Divisão de Obras, aparece o EDOC/2015/1727 – Estudo técnico de criação de uma rotunda na interseção entre o eixo TCT e a E.M. 507. Pelos vistos, isto já vem desde 2015, sendo que, se o número a seguir ao EDOC diz respeito ao ano, consta do relatório de gestão como realizado (pelo que percebo). Perguntava ao Senhor Presidente se já temos, de facto, esse estudo do cruzamento do eixo TCT com a 507. -----

Outros dois investimentos municipais que esperamos há bastante tempo a concretização e, uma vez que a maioria da bancada do Partido Socialista aprovará a inclusão do saldo das contas de 2021, como é que está a questão da requalificação da Praceta Conde José Calheiros? Existe projeto. Havia uma questão relacionada com a alteração do alvará que acho que está resolvida pela parte do urbanismo e que as obras poderiam avançar. Quando é que isso vai ser concretizado?

Outra questão em que existe projeto: a passagem de nível da E.M. 507 – a eliminação do estrangulamento e a criação de uma passagem pedonal em segurança dos peões naquela e a requalificação da antiga Casa do Guarda que se encontra em más condições.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, após cumprimentar todos os presentes, passou a responder às questões colocadas. -----

Iniciou falando sobre os postos da Guarda Nacional Republicana. “Posto da GNR de Unhais da Serra – adaptação das instalações no edifício Sede da Junta – já tem o parecer final favorável e aguarda-se a receção da minuta do contrato interadministrativo com a definição das verbas de apoio à obra. Uma vez que já se dispõe de todos os pareceres externos, será proferida a decisão de aprovação do projeto e a proposta de abertura do concurso para a contratação da empreitada, o que será feito mesmo que ainda não tenha sido assinado o contrato administrativo para que seja mais célere. -----

O do Tortosendo: em 4 de abril passado, foi remetida à Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna e à Guarda Nacional Republicana uma nova versão corrigida do projeto de execução do novo posto para efeitos de emissão de parecer, dando resposta às últimas questões constantes dos pareceres emitidos pelos serviços técnicos da Guarda Republicana e do Ministério da Administração Interna. Aguardamos, portanto, a receção do parecer final daquelas entidades.

No que respeita ao do Paul, e para efeitos de emissão de parecer, foi também em 14 de abril remetida à Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna e à GNR uma nova versão corrigida e estamos a aguardar a receção do parecer final daquelas entidades. -----

Foi aqui referida a questão do caminho rural do Porsim e sublinho caminho rural do Porsim porque não estamos a falar de uma estrada. Temos o piso que temos; temos os meios que temos; temos a orografia que temos; temos ali um traçado que já lá existe desde tempos imemoriais; e fizemos

aquilo que fazem outros países (Suíça, França, Áustria, ...) em zonas montanhosas, que é respeitar os traçados existentes e durante muitos anos utilizados pelas populações, adaptando-o e tornando-o mais suave, mais seguro e mais fluído possível. Foi o que ali aconteceu. -----

Como sabem, este é um projeto que veio do tempo do meu antecessor. A obra chegou a ser adjudicada, foi até iniciada, mas, por razões que não vêm agora ao caso, não foi concluída. Quando cheguei à Câmara, vi-me na obrigação de dar continuidade a este assunto e a obra está aí. Está concluída. Tem 4 metros e é um caminho rural que vem encurtar em cerca de 30 minutos o acesso à Covilhã e vice-versa à zona sul do Concelho e, por conseguinte, não é uma estrada para se dar grandes velocidades. É uma estrada para ser disfrutada pelos turistas porque também propicia e potencia a visitação turística daquela zona do nosso concelho. -----

Constatou-se que, relativamente a esse projeto inicial, havia um problema com as valetas. Estão demasiado baixas relativamente à plataforma da estrada e o que se concluiu foi que tem que levar ali um complemento, um arranjo para a tornar mais segura para, no caso de haver uma saída da plataforma da estrada, não haver perigo de maior para quem ali circula. -----

Não obstante de estarmos a falar de um caminho rural bem alcatroado, a verdade é que ainda assim conseguimos corrigir nalguns sítios, de modo a minimizar o facto de ele ser estreito, de ter apenas 4 metros. Não é por acaso que ele não tem uma linha longitudinal a meio da via a separar: porque não é separável. É um caminho rural. -----

Foram aqui referidas preocupações acerca do aumento da nossa capacidade em termos de recursos hídricos. Perguntaram acerca de projetos relativamente ao PRR e que trabalho está a ser feito. Dar-vos nota que estamos, neste momento, a trabalhar numa série de candidaturas sobre vários itens e sobre vários projetos que enumerarei aqui que estamos a pugnar com que sejam incluídos no Plano Regional do Ordenamento do Território, o qual tem que estar compatibilizado com o PN POT – Plano Nacional da Política do Ordenamento do Território, para que depois o PDM e os Planos de Urbanização, em consonância e em termos de hierarquia do ordenamento do território, assim sejam respeitados. -----

Está em fase de discussão pública o Plano Regional do Ordenamento do Território. Tem quatro eixos fundamentais:

- No que diz respeito ao território e mobilidade, pugnamos: -----
  - pela construção do IC6. Não é um projeto municipal; é supramunicipal. É um projeto nacional. -----
  - pela construção de um acesso alternativo à Serra da Estrela, que também é supramunicipal. Quando havia dinheiro da União Europeia não foi possível aproveitar-se. Agora não há dinheiro da União Europeia e temos que arranjar forma de o incluir também neste Plano para esse efeito. -----
  - porque foi desmantelado, abstraindo agora da sempre eterna discussão com todas as vertentes que ela comporta no que diz respeito à estrutura do aeródromo, temos que olhar em frente e havia uma alternativa que foi deixada, na zona de Terlamonte, avisados pelos técnicos e pelos especialistas na matéria que vieram dizer que não era o melhor sítio por

várias circunstâncias, a começar desde logo por questões de natureza de conservação do património arqueológico. Seria a todos os títulos inviável construir naquela zona um aeródromo sem que tivéssemos esse obstáculo. Mas há outra localização, que pedi que fosse analisada e estudada, paralela à transnacional, que é a A23 nas imediações da estação de Caria, que vai ter um cais melhorado em termos de receção de mercadorias na ferrovia. Fica na confinância dos distritos da Guarda, Manteigas, Fundão, perto do Sabugal, com todos os outros municípios relativamente perto em termos de tempo e de acessibilidades. Essa estrutura aeroportuária multimodal tem diversas vocações, desde logo para, em primeiro lugar, defender as florestas que ladeiam esta zona e, designadamente, as que estão dentro dos perímetros das áreas protegidas (desde a Malcata à Serra da Estrela e às restantes) que ali estejam sedeados meios aéreos para combate aos incêndios. -----

Por outro lado, na Cova da Beira temos a felicidade de ter uma fruticultura e uma agricultura muito pojante, onde é absolutamente indispensável que tenhamos a capacidade para escoar rapidamente os nossos produtos endógenos e falo designadamente da cereja e do pêsego que são muito perecíveis e, ou são escoados rapidamente ou então perdem valor. Portanto, associada a esta localização está uma forte rede de frio que pode vir a ser reforçada e é também um argumento para que ali exista esta estrutura vocacionada para escoar rapidamente para o norte e para o centro da europa esses mesmos produtos agrícolas. -----

Por outro lado, não é menos relevante acentuar o facto de que continuamos a carecer de um campo experimental no que diz respeito ao curso de aeronáutica para os estudantes, os investigadores, os professores. É indispensável que este campo de experimentação prática ali exista. -----

Não podemos ainda esquecer que a Cova da Beira tem condições ímpares e condições únicas para a prática do voo lúdico, desde a asa delta ao aeroplano, e este nosso microclima, os ventos, as temperaturas são favoráveis à prática do voo lúdico. -----

Sendo esse um objetivo mais longínquo e não imediato, mas nunca o descurando, não podemos esquecer que num futuro (espero que mais próximo do que longínquo) ali possam aterrar e levantar voo aeronaves de *low cost* como existem noutras zonas do país e do mundo. -----

Esta nossa estrutura que é multimodal e face à sua localização (e praticamente não vai precisar de terraplanagem) é em propriedade do Estado (estão afastadas as expropriações e a especulação que sempre existe em torno destas situações) e está numa zona em que o terreno não é fértil (zona pedregosa com terreno estável que mal precisa de ser objeto de intervenção de terraplanagem e de obras de vulto). -----

Numa primeira fase, na Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela, há cerca de um ano quando começámos a falar no 2030 e no PO Centro, coloquei na agenda este assunto e agora voltamos com ele em termos do Plano Regional de Ordenamento do Território porque não nos podemos esquecer que o nosso PDM tem que estar conforme com ele, tal como o outro tem de estar em conformidade com o PNPOT. -----

- As nossas preocupações em termos dos projetos que estamos a elaborar e os quais pugnamos, uns municipais, outros intermunicipais, outros de âmbito nacional: falo também na modernização, porque é absolutamente crucial encurtar em termos temporais a nossa ligação designadamente a Lisboa e é possível fazê-lo em cerca de meia hora. Já reuni várias vezes com o Senhor Ministro das Infraestruturas, o ex-Presidente da CP e com mais responsáveis e entendem que é exequível essa mesma pretensão. Foi um dos contributos da Câmara Municipal da Covilhã para o Plano Ferroviário Nacional. -----  
Deve ser também potenciado o corredor ferroviário no Centro com ligação à Espanha e desde logo à nossa vizinha Salamanca. -----
- Acento tónico também na rede de heliportos para transporte de passageiros de emergência médica e proteção civil. Não colidem em nada com a estrutura multimodal aeroportuária que falava há pouco. -----
- Continuo a insistir na rede de serviços públicos de transportes rodoviários de passageiros com preços equivalentes aos praticados nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto. É de elementar justiça que os tenhamos também aqui no interior. É incompreensível que estejamos a subsidiar designadamente a área Metropolitana de Lisboa. Como sabem, as verbas que lhes estão alocadas é receita do Imposto sobre os produtos petrolíferos e a região metropolitana de Lisboa não é autossuficiente, ao contrário da do Porto. -----
- A cobertura 5G a todo o território para abranger todas as aldeias e todos os recantos do nosso Concelho é absolutamente fundamental. -----
- Ambiente e energia: -----
  - Aproveitamento dos recursos hídricos da Serra da Estrela, através da construção da barragem das Penhas da Saúde. É uma bandeira. Era no passado de quem me antecedeu e continua a ser nossa. Claro que temos que olhar para esta albufeira numa perspetiva intermunicipal e para rentabilizar este projeto, para o tornar mais eficaz, mais amigo do ambiente e a favor da sustentabilidade ambiental e do custo do fornecimento de água, designadamente aos concelhos de Belmonte, Fundão, Covilhã e Penamacor, sem prejuízo de o alargarmos porque a água que ali podemos reter e armazenar poderá ir muito mais além em termos de distribuição. -----
  - Afastada não deve ser a barragem da Atalaia, até numa perspetiva de reforçar a irrigação da margem direita do Rio Zêzere. Como sabem, a água que vem do Côa é manifestamente insuficiente para irrigar a margem direita (fundamento-me pelo que os técnicos na matéria me têm dito ao longo do tempo) e, portanto, é fundamental que esta albufeira também seja construída para esse efeito. -----
  - A par destas duas que são emblemáticas, fundamentais e necessárias, outras também o são como as bacias de retenção: fazer mais bacias de retenção porque as alterações climáticas vão-nos pôr à prova no futuro. -----
  - É fundamental que este plano tenha uma revisão do Sistema Nacional de Gestão Integrada dos Fogos Rurais. A Carta Nacional de Perigosidade de Incêndio tem que ser revista porque

há sítios onde não faz sentido haver impedimento com base nestas cartas porque estão manifestamente desfasadas e descontextualizadas daquilo que é a realidade e não devem ser entrave a novos investimentos, em especial no domínio do turismo. -----

- Também é imperioso que o Plano Regional do Ordenamento do Território reveja a unidade mínima de cultura. Aquilo que hoje em dia se exige é absurdo para uma propriedade que na nossa região é muito atomizada, pulverizada e onde se atingem áreas como aquelas que a unidade mínima de cultura atual impõe. Deve ser aplicada tanto à zona da Beira Baixa como às Beiras e Serra da Estrela porque há uma certa homogeneidade sob este ponto de vista, embora na da Beira Baixa mais baixa predominem propriedades de maior dimensão.
- No que diz respeito à reflorestação, sabem que o ICNF é muito avesso à mesma. São mais apologistas da regeneração espontânea. Um dos meus primeiros atos enquanto Presidente da Câmara em 2013 foi, na primeira reunião que tive com os responsáveis do ICNF, colocar a Câmara Municipal da Covilhã ao dispor para, na sua área geográfica, reflorestar aquilo que tinha ardido nesse mesmo verão. E a verdade é que parece que disse uma heresia. Um dos senhores engenheiros responsáveis disse-me *“nem pense numa coisa dessas! Aqui não há reflorestação. Aqui só pode haver regeneração espontânea para não desvirtuarmos esta nossa flora.”* -----
- Questões sociais e de turismo: -----
  - Potenciar o turismo, o turismo industrial, ... O observatório gastronómico da Torre tem que ser uma realidade. É algo que vem a acrescentar ao turismo na nossa região. -----
  - O Centro de Apoio ao Serviço de Proteção Civil também é na Torre. É fundamental que o Serviço de Proteção Civil e as forças de segurança ali tenham condições para melhor operarem em benefício, obviamente, do turismo e da sociedade. -----
- Cultura e educação: -----
  - Defendemos a criação do Centro Nacional de Competências de Design na Covilhã - e tem a ver também com o facto de termos sido designados Cidade Criativa da UNESCO em Design; a capacitação tecnológica das escolas; e a capacitação de competências funcionais em línguas e programação dos alunos desde o ensino básico. É fundamental que isso aconteça: a preservação e valorização do património imaterial das comunidades locais. -----
  - Emprego e empresas – Centro de competências da saúde e indústrias conexas; investimentos privados e industriais no *cluster* das energias; incremento dos investimentos privados nas empresas do setor tecnológico. -----

Estamos a trabalhar em projetos que têm a ver com todas estas áreas, com este plano, com esta estratégia que é não só concelhia, mas é multimunicipal, intermunicipal e com alguns projetos, como veem, da maior importância para esse efeito. -----

Muito nos une a todos nas preocupações que aqui foram trazidas. -----

Perguntaram sobre a integração dos ucranianos. Estamos a trabalhar em rede com as instituições vocacionadas para o efeito: estamos com as escolas; reunimos semanalmente com as forças de

segurança, com as escolas, com o Centro de Emprego da Covilhã, com as empresas, ... Portanto, há uma rede que está a funcionar, felizmente bem, no sentido de acolher e integrar os cidadãos ucranianos, em primeira linha para os ajudar do ponto de vista humanitário e se conseguirmos reter alguns deles se quiserem ficar no nosso território tanto melhor. Mas a nossa principal missão é, de facto, a ajuda humanitária que temos o dever de lhes prestar. -----

A Senhora Deputada Valéria Garcia fez uma amável, simpática e delicada alusão ao significado dos meus cabelos brancos que eu agradeço, mas olhe que não é um problema de memória. A Senhora Deputada esteve muito desatenta e não aproveitou o fulgor, o vigor e a energia da sua juventude para fazer um trabalho de política intelectualmente honesto (não me leve a mal). Nunca se deliberou que os nossos elevadores e que os nossos funiculares fossem pagos, nem o princípio do utilizador-pagador foi defendido. -----

Houve uma conversa difusa onde essa questão foi trazida à coação. Falámos nela em termos genéricos, mas nunca houve nenhuma deliberação, nunca foi tomada nenhuma posição nesse sentido. Nunca foi cobrado nenhum cêntimo a ninguém por utilizar os elevadores, tal como no futuro. Apenas os turistas pagarão a taxa respetiva prevista no contrato da concessão, contrato esse que está no Tribunal de Contas para obter o respetivo visto. -----

Sede dos Dadores de Sangue – Já foi adjudicado pelo valor de 55.705,79€; já foram entregues os documentos habilitantes; e isto significa que, até ao final desta semana/princípios da próxima, podemos assinar o contrato respetivo. -----

Relativamente ao plano da Ribeira da Carpinteira e da De Goldra, como sabem, existem planos desde 2006 (muito antes de ter a honra de ser Presidente da Câmara da Covilhã) e o que posso dizer é que estamos neste momento em condições de adjudicar tudo quanto são estudos relativamente a estes planos (algumas verbas que têm a ver com a modificação orçamental que aqui hoje vamos apreciar têm exatamente a ver com este plano). É um desígnio transversal a todos.

Aproveito para lembrar que no Programa Polis já esse desígnio não se conseguiu concretizar. Já estava lá prevista parte substancial daquilo que todos pretendemos fazer. -----

O que neste momento está em cima da mesa, ao mesmo tempo que se discute e que se trabalha este Plano de Urbanização (enquadramento, ambiente, ripícolas, caminhos pedonais, pontes, ...), é um projeto que o chamaria de pluridisciplinar porque tem muitas atividades associadas a ele e tem a ver com privados (duas empresas privadas detentoras de dois edifícios que, no seu conjunto, têm 3 hectares de construção). É urgente agarrar naquele património, valorizá-lo com espaços de *cowork*, com zonas para incubadoras, para pré-incubadoras, para empresas de base tecnológica, para artesanato, para fins museológicos, para fins comerciais, ..., para uma panóplia de atividades que ali podem existir que dinamizem aquela zona e também a Covilhã, sendo certo que, nos termos do PRR, é fundamental a parceria da Câmara e sem a Câmara aquele projeto não tem pés para andar, ou melhor, teriam que ser só os próprios com capitais próprios a avançar com essa requalificação (não querendo dizer que os próprios os não tenham, mas bem o podem mobilizar para outras finalidades quando é certo que existem fundos comunitários disponíveis). -----

A Recomendação da Senhora Deputada Mónica Ramôa é virtuosa. Sei que o Senhor Vereador com o Pelouro das Freguesias tem acompanhado este dossier e, sempre que é solicitado, os serviços

dão a ajuda pertinente e necessária às Freguesias que têm este problema de desagregação. Estamos disponíveis para reforçar essa vertente se chegarmos à conclusão que são muitos e que há essa necessidade. -----

A questão do pedido de demissão do Prof. Francisco Paiva – É uma questão que me preocupa como Presidente da Câmara, estando nós numa fase tão importante desta nossa candidatura, mas não é uma questão dramática nem é fim de linha. São acidentes de percurso. Como sabem, é da história e é das instituições que, volta e meia, os responsáveis de um e do outro lado têm pontos de vista diferentes sobre as coisas e essas diferenças às vezes criam algumas entropias e algumas dificuldades. Foi o que existiu. Não dou ainda como irreversível este pedido de demissão. Já tive uma primeira conversa com o Prof. Francisco Paiva, uma pessoa que aprecio e que valorizo, a quem agradeço todo o trabalho que tem produzido naquela equipa vasta. -----

Vamos alargar a direção executiva de forma a potenciar esta nossa candidatura porque o que queremos, uma vez atingido esse patamar, é manter para depois vencer a final, como é desígnio de todas e de todos os Senhores Deputados Municipais, e que consigamos obter os melhores resultados. -----

Não quero desvalorizar porque não gosto de apoucar ninguém, a verdade é que há divergências, há diferenças e essas diferenças vamos ver se é possível esbatê-las. Se não for possível, paciência e seguimos em frente. -----

Falou-se aqui na saúde com um tom excessivamente dramático. Todos quanto falaram na saúde dramatizaram muito o assunto, colocando o acento tónico num aspeto em que devíamos ser todos mais cautelosos a trabalhar, a abordar e a fazê-lo com mais discricção e noutras sedes. -----

Obviamente que ninguém deixa de estar preocupado com a saúde em geral. Todos sabemos as dificuldades que todas as instituições de saúde têm no interior de Portugal, a começar por esta, que é fundamental pela mão-de-obra qualificada que é absolutamente necessária e indispensável para o funcionamento de instituições desta natureza. Temos é que nos unir nesse propósito, em vez de andarmos com estas coisas do passa-culpas ou com protagonismos. A melhor forma de resolver este assunto é exercer uma magistratura de influência para além de, obviamente, conseguirmos convencer o Governo da República a conceder condições mais atrativas para que os profissionais da saúde queiram vir e queiram permanecer e estar no interior de Portugal. -----

A Senhora Deputada Valéria Garcia falava que terá havido 7% de redução de despesa no que diz respeito aos investimentos no movimento associativo. Não. Houve até um aumento. -----

O que houve foi que, no período pandémico, não houve tantas atividades desportivas e, portanto, as despesas correntes, financeira e contabilisticamente falando, passaram a despesas de capital, ou seja, houve investimentos em sedes e em outras infraestruturas das associações e houve até um aumento para além dos 7%.” -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra):** “Temos que falar de coisas objetivas, da atividade que a Câmara desenvolveu nos últimos 3 meses. Estivemos a falar sobre tudo o que era subjetivo, de projetos que ainda não existem! Estivemos a falar sobre a cidade inimaginável! -----

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, acho que, às vezes, há uma tendência para, numa ocasião ou noutra, o número de intervenções proferidas nesta Assembleia serem motivo para se darem lições de moral. -----

Acho que a intervenção da Deputada Valéria - pode não ter conseguido - tinha espírito de humor e colocava questões centrais e acho que é importante valorizar e responder. -----

Há um apelo que faço ao Senhor Presidente da Assembleia que é responder, criticar, mas entrar para a questão da vertente profissional *“olhe que se for por aí você não vai ser boa profissional”* acho que não fica bem. -----

Relativamente ao embalo, o Senhor Presidente da Câmara disse os pontos todos que ainda não existem e eu coloquei-lhe três projetos que já existem e perguntei quando vão ser concretizados e o Senhor Presidente esqueceu-se da Boidobra na intervenção.” -----

- O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** respondeu que, “com todo o respeito que tenho por toda a gente, sejam velhos ou novos, todos têm o direito à opinião. O Senhor deu uma opinião a criticar outra opinião.” -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD)**: “Clarificar uma inverdade dita pelo Senhor Presidente da Câmara. Houve uma deliberação sim, no dia 17 de outubro de 2016, nesta sala. Nesse mesmo dia foi votada aqui uma moção pela melhoria da mobilidade urbana na Covilhã que dizia claramente a não cobrança de qualquer taxa pela utilização dos elevadores e funiculares da cidade da Covilhã.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, enquanto Presidente do órgão consultivo em exercício, votou favoravelmente essa moção. Isto é um facto. Houve uma deliberação aqui com a votação do Senhor Presidente de Câmara.” -----

- **Presidente da Câmara Municipal**: respondeu que “o Senhor Deputado Hugo está a falar do Conselho Municipal da Juventude. Não está a falar de nenhuma reunião de Câmara. Se vir a ata, eu não votei nem favorável ou desfavoravelmente, apenas fiz uma mera recomendação em dizer *«atenção que um dia há de haver uma concessão ou coisa que o valha e se decidirmos aqui...»* ----

Não me queiram colar a uma coisa que eu não defendo e nunca defendi. Eu disse que, ao haver um dia aqui uma concessão - e se houver uma concessão -, os turistas têm que pagar. Uma coisa são os autóctones, os residentes, e outra coisa são os turistas. Há limites em termos daquilo que é a utilização das infraestruturas públicas. -----

Mas não disse que os Covilhanenses tinham de pagar, nem nunca foi deliberado que os Covilhanenses pagassem o que quer que fosse. Nunca pagaram e estou convencido de que nunca pagarão (pelo menos enquanto for Presidente da Câmara). -----

Não há nenhuma deliberação do executivo a deliberar isso. Que fique bem claro.” -----

- **Lino Fernandes Torgal (PPD/PSD)**: “O Senhor Presidente da Câmara disse que havia projetos que vinham do seu antecessor. Só lembrá-lo que o seu antecessor é V. Exa. e o antecessor de V. Exa. continua a ser V. Exa. -----

Já está há 9 anos no cargo, portanto vir falar de projetos do seu antecessor já começa a ficar um pouco cinzento e aí, se calhar, já nos começa a lembrar os *cabelos brancos*. -----

Outra coisa também são as estradas de montanha. Realmente quem vai para a Suíça, para a França e para outros sítios vê estradas de montanha. Mas basta ir ali para o concelho de Manteigas e para o concelho de Seia e vemos as bermas todas niveladas e todas direitinhas. No concelho da Covilhã continuamos a não ver isso. -----

Já chamei a atenção a um dos Vereadores, há cerca de 3 ou 4 anos, de que chegamos a ter desníveis lá em cima, principalmente na zona das retas, que chegam a atingir 30 cm. Já vi, quando há neve e o limpa-neves passa a neve para o lado, o perigo que é aquilo porque se cruzarmos com o limpa-neves os carros entram na berma e o problema é que entram na berma e de lá não saem. Os carros ficam lá presos. Já vi isso acontecer com um carro dos bombeiros. -----

Não estamos a falar da França nem da Suíça. Manteigas e Seia têm as bermas todas niveladinhas. Por que é que a estrada, principal entrada para a Serra da Estrela, é a que está em pior estado? –

Terceira referência – continuamos a falar nas Penhas, no turismo, que somos a cidade com mais dormidas, como se a Câmara Municipal vendesse nas camas e contribuísse nalguma coisa para isso. Deixe-me só lembrá-lo de que as Penhas da Saúde têm um antepiano de ordenamento que está há 30 anos na gaveta. Está-se a falar no PDM e nem uma referência ao Plano do Ordenamento das Penhas! As Penhas estão presas pelo Parque Natural, pelos ordenamentos todos. Estão presas há décadas! Nada. Não se toca nas Penhas da Saúde!” -----

- **Presidente da Câmara Municipal:** “As referências que fiz aqui não foram desprimorosas relativamente ao meu antecessor. -----

Em 2000, começou o Plano de Urbanização das duas ribeiras. Ninguém me está aqui a ouvir censurar o meu antecessor por ele não ter conseguido levar isso a bom porto! Teve outras frentes de batalha e isso não está aqui em discussão. -----

Quando falamos sobre números é incontornável fazer paralelismos, e em obras também. -----

Fala em estradas e a estrada de que estive a falar é nacional, não é da Câmara Municipal da Covilhã. -----

Dizer que a Câmara da Covilhã não contribuiu em nada... temos uma série de miradouros que atraem pessoas que vêm de propósito para irem àqueles sítios e a Câmara não faz nada! A Câmara promove a Covilhã e a Câmara não faz nada! A Câmara tem iniciativas relativamente ao turismo e a Câmara não faz nada! -----

Poderia dizer: «*na minha opinião, acho que poderiam fazer muito mais, muito mais, muito mais.*» Agora dizer que não faz nada é falta de rigor, é deselegante e não corresponde à verdade. -----

O PDM vai resolver o problema das Penhas e resolver os assuntos todos, inclusive as casas ilegais e os pecados mortais que há lá para cima! -----

Relativamente aos passeios no Tortosendo, dizer que está na calha, mas um bocadinho recuada, a resolução dos passeios da rotunda até ao Parque Industrial. Mas não deixaremos de, a seu tempo,

quando conseguirmos, à semelhança do que acontece relativamente aos Montes Hermínios, ir ao encontro das pretensões legítimas de todos os senhores presidentes de junta. -----

Os Maiorais de Baixo, poderá vir a ser muito mais rápido. -----

As alterações de trânsito estão a ser tratadas separadamente, uma vez que são várias.” -----

Quanto à intervenção do Membro Municipal Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra), respondeu que “não quero dar lições de moral. Cada um fala por si. Não são questões de moral, é a abordagem que se faz relativamente ao problema da idade. Não desconsidero alguém porque é muito jovem, nem por ser muito idoso, nem faço referências deslegantes a esse propósito. Mas isso fica com quem o diz, faz ou profere. -----

Conselhos? A gente pode-os dar e aceita-os quem quiser. -----

Passagem de nível no caminho de ferro – 507 – acesso à Boidobra – está proposta para a abertura de concurso. -----

O projeto da rotunda no cruzamento da 507 com o TCT está a ser elaborado. -----

A alteração e requalificação do espaço nas traseiras dos lotes 5 e 6 – Largo Conde José Calheiros – depende da alteração do alvará de loteamento, mas ainda não foi emitida a alteração desse alvará. Pode estar tratada, mas ainda não foi emitida.” -----

## 2.2 – RELATÓRIO DE GESTÃO E ATIVIDADES 2021 DO MUNICÍPIO DA COVILHÃ

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 29 de abril de 2022, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea l), do n.º 2, do art.º 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 1, do artigo 76.º, do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, através do ofício n.º 2178 de 2022.04.29 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores: -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD):** fez a seguinte interpelação: “Quero apenas informar que posteriormente ao contacto da Mesa aos Grupos Municipais, recentemente recebemos a resposta ao Grupo Municipal do PSD de um parecer que pedimos que diz claramente que, segundo a Lei 75/2013 – Regime Jurídico das Autarquias locais, a única Assembleia Municipal com dois meses possíveis para se realizar é a do Orçamento, ou seja, em novembro ou dezembro. Todas as outras

têm meses específicos, ou seja, esta Assembleia com este ponto (Relatório de Gestão e Atividades) tem um espaço próprio na Lei que é na Assembleia ordinária, mas de abril e não em maio. -----

Esta poderia ser extraordinária para outros pontos; não poderia ser ordinária para votação deste ou outros pontos. -----

O que nos diz a resposta é que, na prática, todas as deliberações tomadas nesta Assembleia carecem de legalidade por vício de tempo porque a Lei obriga a que seja esta questão tratada ordinariamente em abril. Ou seja, deveria ter sido extraordinária para discussão dos outros pontos e votação, mas ordinariamente não o poderia ser. -----

O Grupo Municipal do PSD não irá obstruir de alguma forma a condução e a boa prossecução dos trabalhos, mas deixa esta nota para todos.” -----

- Usou da palavra o **Senhor Presidente da Câmara Municipal** para informar que “o único órgão com competências para aprovar as contas é a Câmara Municipal. Vêm aqui, só e apenas, para apreciação. As contas são aprovadas ou reprovadas pelo executivo e aqui são apreciadas.” -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD)**: referiu que, “e não entrando na questão das contas, o n.º 3 do artigo 25.º da Lei 75/2013 diz que há 5 reuniões ordinárias da assembleia municipal por ano: fevereiro, abril, junho, setembro e novembro ou dezembro. -----

A reunião de hoje, do dia 9 de maio – Dia da Europa, diz na ordem de trabalhos que é uma reunião ordinária. Não poderia ser uma reunião ordinária e não estou a entrar no argumento das contas.”

- **Dr. Nuno Flávio da Costa Reis (CDS-PP)**: “A propósito destas declarações do senhor Presidente da Câmara Municipal e face a que existe temas mais importantes onde a Assembleia Municipal votará, parece-me que fará sentido fazermos uma alteração da ordem de trabalhos e deixar estes dois pontos, que são meramente de apreciação, para o final da lista dos temas. Se não são para votação da Assembleia Municipal, apreciamos no final e votemos os temas mais importantes.” ---

- **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal**: respondeu que “dá mais trabalho estarmos a alterar do que a continuar.” -----

- **Eng.º Luís da Silva Rodrigues (PPD/PSD)**: *(doc.33)* “Ora, ao que respeita à aprovação dos documentos de prestação de contas, determina a alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais (RJAL) que compete à Câmara Municipal elaborar e aprovar os documentos de prestação de contas, a submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal. -----

*Por sua vez, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, aprecia e vota os documentos de prestação de contas, não podendo alterar a proposta apresentada pelo órgão executivo, sem prejuízo de este poder vir a acolher, em nova proposta, as recomendações ou sugestões feitas pela Assembleia Municipal (conforme alínea l) do n.º 2 e n.º 3 do artigo 25.º do RJAL).* -----

*Esta apreciação e votação, de acordo com o **caráter imperativo** do n.º 1 do artigo 27.º do RJAL, **terá obrigatoriamente que ocorrer na segunda sessão ordinária da assembleia municipal, a realizar em abril.** -----*

*No mesmo sentido, determina, ainda, o artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro – que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e as entidades intermunicipais (RFALEI) – que os documentos de prestação de contas individuais das autarquias locais são apreciados e votados pelos seus órgãos deliberativos, **reunidos em sessão ordinária do mês de abril do ano seguinte** a que respeitam. -----*

*E cá estamos nós em maio a realizar uma Assembleia Municipal ordinária de apreciação de contas, à margem da lei, ou seja, na prática todas as deliberações são ilegais. -----*

*Por outro lado, importa referir que estas contas anuais são relativas a um período de 9 meses onde este grupo de eleitos não estavam a desempenhar quaisquer funções, ou seja, apenas dizem respeito a 3 meses do período em que nos encontrávamos eleitos. -----*

*Em termos orçamentais somos a referir o seguinte: -----*

*O saldo corrente em 2021 reduziu mais de 3 milhões de euros comparativamente ao saldo corrente obtido em igual período de 2020, o que significa que a receita corrente em 2021 reduziu e/ou a despesa corrente aumentou. No caso em concreto, das contas de 2021 do Município da Covilhã, verificamos que aconteceram ambas as situações. -----*

*Do lado da despesa corrente, verificamos que o aumento foi essencialmente provocado pelas despesas com o pessoal e com a aquisição de bens e serviços. -----*

*Mas também podemos verificar que o saldo primário reduziu mais de 2 milhões de euros, ou seja, quando comparamos a receita total efetiva com a despesa total efetiva acrescida dos juros. -----*

*Em termos financeiros realçamos o seguinte: -----*

*O total do ativo aumentou em 2021 cerca de 10 milhões de euros e que na sua essência se encontra justificado pelo aumento dos ativos fixos tangíveis, que é indiscutivelmente a rubrica mais significativa do ativo de qualquer Município. -----*

*Quanto ao passivo verificamos que o mesmo reduziu cerca de 4,48 milhões de euros, dos quais 3,84 milhões de euros decorrem exclusivamente do cumprimento do plano de amortizações normal de empréstimos bancários e cerca de 635 mil euros de diferimentos (subsídios ao investimento que se encontram condicionados à execução de determinada obra ou atividade ou serviço e que poderão ser devolvidos). -----*

*Salientamos que as provisões aumentaram cerca de 624 mil euros e, exceto o referido pelo Revisor Oficial de Contas no seu Relatório e Parecer, não aparece qualquer menção ou justificação relativamente a tal aumento, o que demonstra a falta de transparência que já nos vêm habituado. -----*

*Assim, tal como já referido nos anos anteriores, o Revisor Oficial de Contas alerta no parágrafo 1.6 do documento “Relatório e Parecer do Revisor Oficial de Contas” para o seguinte: -----*

*«O saldo da rubrica de provisões é, essencialmente, explicado pela contabilização dos montantes referentes a indemnizações compensatórias a transferir para a empresa municipal ADC – Águas da -----*

Covilhã, E.M. relativas aos períodos de 2010 e de 2012 a 2021, previstos nos instrumentos previsionais desta empresa. O montante acumulado a 31 de dezembro de 2021 ascendia a 7.997.889 euros. De acordo com a Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, estes contratos terão que ser aprovados pelo órgão deliberativo do Município, situação que até à data não ocorreu.» -----

Este documento de Prestação de Contas que do Município da Covilhã não é realista, nem credível, pois **retira do perímetro da dívida total cerca de 8 milhões de euros** “arrumando-os” numa rubrica fora do passivo exigível, ou seja, em Provisões. -----

Isto é uma forma clara de não divulgar mais dívida municipal, ou seja, “**meter debaixo do tapete**”. Pois se tal valor fosse reconhecido no passivo exigível do Município, a dívida total ascenderia a cerca de 34,4 milhões de euros, representando 1,24 vezes a média da receita corrente cobrada dos últimos 3 exercícios. -----

Mais: -----

- **Por que razão estes contratos ainda não foram à aprovação do órgão deliberativo?** O Executivo do PS liderado por este Presidente é responsável por 8 exercícios em que este assunto se vai arrastando, criando uma “gigantesca responsabilidade” que alguém resolverá no futuro. Isto continua a ser uma verdadeira falta de Transparência! Tentam passar uma imagem que na realidade não é a real situação financeira do município. -----

Quanto aos Resultados Líquidos, verificamos que os Rendimentos se mantiveram num nível idêntico aos obtidos em 2020 e os Gastos reduziram cerca de 5,48 milhões de euros. -----

Contudo, tal redução de 5,48 milhões de euros encontra-se fortemente influenciada pela redução verificada nos Gastos de Depreciação de ativos que reduziu 9,96 milhões de euros. Assim, isto será o mesmo que dizer, que excluindo os gastos de depreciação, os restantes gastos aumentaram 4,48 milhões de euros – sendo 1,6 milhões de euros de Transferências e Subsídios Concedidos e 1,9 milhões de euros de Fornecimentos e Serviços Externos. -----

O que vêm corroborar o que já referimos anteriormente sobre a execução orçamental – Este executivo gastou muito mais em 2021 – o que indiscutivelmente estará relacionado com toda a atividade eleitoralista desenvolvida em ano de autárquicas. -----

Disse.” -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra): (doc.34)** “Estamos perante um documento complexo de mais de 800 páginas com a descrição exhaustiva das atividades desenvolvidas pelos departamentos, divisões e gabinetes existentes. -----

Para além das atividades são fornecidos números de utilizadores/atendimentos, número de processos e de procedimentos e de valores/receita cobrada no âmbito da atividade desenvolvida com a cobrança das taxas e emolumentos. -----

Também é de registar as lacunas e dificuldades registadas por cada serviço no desenvolvimento das funções que lhes estão atribuídas. Dificuldades ao nível de equipamento e recursos humanos. Referimos os serviços de expediente, de metrologia, operativos, de telefones que apresentam algumas carências que urge colmatar. -----

No Urbanismo regista-se que a maioria das operações urbanísticas destinam-se a ampliações, reconstruções e de legalização de edificações. Quanto a novos processos informam que não existe um acréscimo de grande relevância estatística. -----

De facto, 38 licenças de novos processos não têm grande significado, quando ainda se encontra abaixo do número de licenças passadas em 2020 (44) e em 2019 (45). Ainda não se chegou ao número do ano da pré pandemia (2019). Porém, ao nível da receita, neste departamento, ultrapassou-se o valor de 2019. Passámos de 634 para 678 mil Euros. -----

Existe um aumento de receita que resulta de um maior número de processos de reconstrução e de processos de legalização de processos anteriores. Contudo, verifica-se uma receita liquidada a empresas superior à cobrada a particulares. Esta receita de particulares tem vindo a reduzir-se desde 2019. -----

Receita de empresas ligadas a instalações residenciais de estudantes, operações urbanísticas e de Parques Industriais e à especulação imobiliária. A redução da despesa de particulares reflete a redução da capacidade financeira das famílias na construção de habitação própria. -----

Por outro lado, o aumento dos benefícios fiscais concedidos, de 72 mil para 139 mil, significa que são as empresas que estão a beneficiar dos incentivos fiscais na remodelação e reconstrução de habitações. -----

Não encontramos nos números expostos, nomeadamente no número de processos deferidos, quer de reconstruções e de novos processos, a ideia de que a Covilhã é “um estaleiro”, propagandeada por alguns eleitos municipais do PS. Nem sempre os números sustentam as afirmações. -----

Aliás, nem isso se verifica num olhar mais atento da cidade e do resto do concelho. -----

O exercício de exposição do trabalho desenvolvido em cada área da atividade do município é útil e deveria constar, de forma quantificada, como nos é agora exposto no relatório de atividades e contas anual. Deixamos a sugestão. -----

Que se faça o mesmo exercício em cada informação do Presidente da Câmara Municipal à Assembleia Municipal. -----

Quanto à análise das contas uma primeira consideração: O relatório é mais exaustivo, mais complexo e explícito ao nível contabilístico. É verdade. -----

Porém, não nos permite ao nível das ações concretas de intervenção uma comparação mais “fina” do que estava previsto e do que se realizou. A análise política fica prejudicada centrando-se a mesma naquilo que os números permitem deduzir/concluir. -----

A receita corrente evoluiu tendo por base, no essencial, a receita obtida com a transferência de competências na área da educação, no valor de 4.372.112,27 € e a manutenção de um valor ainda significativo dos impostos diretos. -----

A receita de capital tem uma redução constante desde 2018 (16.806.822,57€) para os 7.089.749,46 em 2021. Ou seja, a capacidade de realização de obra concreta vem a reduzir-se nos últimos 4 anos. -----

*Temos uma receita efetiva (sem o saldo do ano anterior) de 41.320.513,92€, o que corresponde a 86% de execução. -----*

*O aumento global da receita em relação a anos anteriores resulta da transferência de competências, nomeadamente na educação, da venda de bens e serviços, das transferências correntes e do saldo do ano anterior, cerca de 5 milhões de Euros. -----*

*Quanto à receita salientamos a evolução da receita obtida com os impostos diretos (IMI, IUC, IMT e Derrama) que em 2014 era de 7.468.882,00€ (17% da receita total), em 2018 foi de 7.983.892,00€ (16,7% da receita total) passando para 10.011.622,30€ em 2021, correspondendo a 24,21% da receita efetiva (sem o saldo do ano anterior). -----*

*Um grande aumento de impostos que, levando em conta a progressão da receita do IUC e IMT se poderia ir mais longe na redução do IMI. -----*

*Não foi essa a opção do Executivo do PS e a população do Concelho em ano de pandemia continuou a ser penalizada pela sua Câmara Municipal, sem sensibilidade para a sua função social, continuando no caminho do PSD de manter impostos diretos elevados e taxas nos níveis máximos.*

*Ao nível da despesa corrente e de capital um total de 40.923.467,52€, correspondente a 75,52% de taxa de execução. -----*

*Verifica-se um aumento da despesa corrente (16,38%) e uma redução da despesa de capital de - 5,04%. -----*

*Na despesa corrente é nos subsídios atribuídos e apoios a várias instituições que se verifica, no essencial, o aumento. O ano eleitoral obrigou a este reforço. É a gestão do ciclo eleitoral. Nos subsídios e apoios e nas obras concretas. Daí que alguns eleitores/municípios vão ironizando que deveríamos ter eleições todos os anos. -----*

*Por último, a Câmara Municipal apresenta-nos um saldo de 5.710.570,88€. O aumento dos saldos nos últimos 4 anos é significativo. -----*

*Se a Câmara chega ao final do ano sem dívidas a fornecedores, como temos sido informados. Se não faz abatimentos à dívida a médio e longo prazo, mantendo os valores contratualizados. Por que razão apresenta um saldo tão elevado? -----*

*Se tem um recurso financeiro à disposição, se existem problemas para resolver, desde logo na rede viária porque não se fazem as intervenções e obras necessárias? -----*

*Disse.” -----*

**- Dr. Vítor Manuel Ferrinho Pinho (PS): (doc.35)** *“Um dos documentos discutidos e votados nesta Assembleia que despertam sempre uma maior curiosidade e atenção será porventura o Relatório de Gestão de Atividades. Se na apresentação do Plano existe sempre a expectativa de que nele possam constar medidas que realmente visem melhorar a vida dos covilhanenses, conforme tem acontecido nestes últimos anos sob a liderança do PS, na pessoa do Senhor Presidente DR. Vítor Pereira, na sua apreciação é exetável que evidencie que o caminho efetivamente seguido tenha sido aquele que tinha inicialmente previsto. E, senhores deputados mais uma vez afirmamos que o resultado é prestigiante para os covilhanenses. Este executivo não só seguiu pelo caminho correto*

*e previsto, como valorizou ainda mais os aspetos positivos traçados. E a nós, socialistas, cabe-nos mais uma vez alertar para aquilo que realmente foi e está a ser feito, e não aquilo que outros por desfaçatez afirmam que não se está a fazer, porque há uma grande diferença, entre o discurso popularista da oposição, e a realidade, que tanto vem beneficiando os covilhanenses. -----*

*Este relatório pode ser visto e analisado de muitos prismas diferentes, mas em todos, honestamente, transparece que é francamente conseguido na sua grande maioria. -----*

*Analisando este relatório única e simplesmente com referência ao proposto para 2021, não nos podemos esquecer do que, então, a oposição referia: que o plano era irrealista, que não contemplava em recursos os milhões previstos para investimento ou que existiam rubricas que estavam totalmente suborçamentadas. A isto tudo o senhor Presidente da Câmara acusava a oposição de profetizar a desgraça, e garantia que os compromissos assumidos iriam ser concretizados e executados. Foi dito na altura e hoje a realidade o demonstra que afinal o PS não se enganou naquilo que era evidente e, ao contrário daquilo que alguns profetizaram, muito pouco ficou por realizar, face ao investimento previsto. Vê-se quem falou verdade. E já que estamos a falar de resultados e números, que reconhecamos mais uma vez, esta oposição não gosta muito, e por tal tenta desvalorizar até, porque as evidências lhe são incómodas, porque a realidade é só uma, não os consegue manipular. Mais, estes relatórios têm uma vantagem, eles transmitem a realidade, são objetivos e não são o alvo fácil de manipulação verbal de uma qualquer máquina populista. -----*

*Mas voltemos a este relatório, em ano ainda com marcas provocadas pela situação pandémica provocada pelo COVID-19, e pela lenta evolução de uma situação recessiva da economia nacional, também o Município da Covilhã vê a sua atividade e contas influenciadas. É natural, por isso, que alguns investimentos realizados tenham visto a sua conclusão prorrogada para lá do previsto bem como a aquisição de alguns bens e serviços tenham tido que ser direcionados de forma diferente relativamente ao inicialmente previsto. De facto, algumas obras emblemáticas que este executivo previa concluir mais cedo apenas foram concluídas em 2021, como é o caso do Teatro Municipal, do Centro de Inovação Social, do Centro de Inovação Empresarial, ou o Museu da Cidade entre outras, também de enorme importância para os nossos concidadãos. -----*

*Senhoras e senhores deputados, apesar das muitas contrariedades, o facto irrefutável aí está, a atividade do Município continua e irá continuar, inegavelmente viva e muito relevante para os covilhanenses, por mais que custe a alguns, uma vez que destrói pela evidência a habilidade de alegar imobilismo deste executivo, não percebendo que na realidade o que fazem é sistematicamente apoucar a nossa cidade e o orgulho de ser covilhanense. -----*

*Também numa análise mais atenta à Gestão do Município se comprova conjuntamente as preocupações deste executivo com a economia, com as empresas, com o investimento e com a preocupação de dotar o Concelho de infraestruturas que o preparem para o futuro cada vez mais exigente. Lembro que para uma análise à atividade devemos antes de mais olhar as despesas e as receitas o que nos permite perceber a atividade, mas também a forma como essa atividade é financiada. -----*

*Mas que nos diz mais este relatório: que as receitas correntes foram de 34,2 M de Eur e as despesas correntes de 26 M de Eur, verificando-se assim um Saldo corrente de 6,2 M de Eur. O argumento*

do despesismo, uma vez mais cai por terra. A despesa de capital teve uma diminuição de 5,04% em comparação com o ano de 2020 devido à diminuição dos passivos financeiros, ou seja, uma diminuição da dívida relativa a empréstimos obtidos, que patenteia a preocupação para com as gerações mais novas. -----

Também a receita total cobrada, a despesa total paga e o saldo de gerência ao longo dos últimos 4 anos demonstra um aumento do saldo de gerência ao longo do período em análise. No documento sobressai por tal um resultado orçamental positivo no valor de 5,7 M Eur. -----

Como é ainda demonstrado por vários indicadores, a existência de uma taxa de execução da receita de 86,06% e da despesa de 75,52 %, um saldo corrente positivo e um saldo de capital negativo, ou seja, receita corrente que, em resultado de uma gestão rigorosa e eficaz, é utilizada em despesa de capital. Que o resultado negativo da receita de capital é justificado pelo atraso nos recebimentos relativos a fundos comunitários. -----

Demonstra ainda uma taxa de recebimento da receita no valor de 97,86% e uma taxa de pagamento das despesas de 99,20%. -----

Comprova-se, pois, que tendo em conta os principais indicadores financeiros Município da Covilhã, este apresenta uma liquidez positiva, ou seja, tem disponibilidades para suportar as suas obrigações de curto prazo. -----

E os rácios o que dizem? Os de rentabilidade permitem analisar os rendimentos com o património. O rácio da rentabilidade operacional é negativo uma vez que nesse resultado estão refletidas as depreciações e amortizações do período em apreciação. -----

O rácio da autonomia financeira permite perceber o valor do ativo que está a ser financiado pelos capitais próprios. -----

O rácio da solvabilidade indica a capacidade que o Município tem em cumprir os seus compromissos a médio e longo prazo através dos capitais próprios. -----

Não menos importante, o rácio a realçar é do prazo médio de pagamento a fornecedores que continua a reduzir, isto porque o Município da Covilhã tem conseguido liquidar as suas obrigações num prazo bastante reduzido, de 4 dias, longe dos tempos em que o Município para pagar empréstimos tinha que se financiar junto dos seus fornecedores. Fazer e pagar! -----

Em tempos de recessão, com o PIB a diminuir drasticamente por impacto da pandemia e o atual conflito na Ucrânia, este facto assume ainda maior relevância para a nossa robustez financeira, mas sobretudo para o futuro dos agentes económicos que têm relações com o Município. -----

Verdadeiramente uma grande preocupação com a economia é “Fazer e Pagar”, cumprir as obrigações. -----

O documento agora apresentado consegue assim conjugar três fatores, que por si só, demonstram que o documento deve ser considerado distinto, ou seja, ele apresenta um grande volume de obra feita, ele apresenta um aumento da autonomia financeira e por último ele apresenta uma redução da dívida. -----

*O Município da Covilhã continua o seu percurso pujante e de progresso, assente em políticas de estabilidade e bem direcionadas com uma cuidadosa gestão dos recursos municipais. -----*

*Assim, pelo já elencado enviamos uma palavra de reconhecimento ao Executivo que, apesar da conjuntura financeira e pandémica atual, pela sua ação diária, conseguiu desenvolver políticas públicas de proximidade, visando a melhoria do bem-estar e da qualidade de vida dos nossos concidadãos, promovendo, de forma inequívoca, a coesão de todo o território do concelho, intervindo, e julgo ninguém ter dúvidas disso, nas áreas da saúde, da educação, da solidariedade social, da cultura, do desporto, da qualificação e modernização do espaço e equipamentos públicos, das infraestruturas escolares, da regeneração urbana e ainda na promoção do turismo. -*

*Não é só com grandes obras que se melhora a qualidade de vida e o bem-estar das populações. O dia-a-dia é feito de pequenas coisas. E estas pequenas coisas custam muitos recursos e o Executivo municipal tem colocado o seu trabalho ao serviço destes interesses. -----*

*Há, como também já foi dito, uma preocupação com os Recursos Humanos. Assim tal como o exemplo da aquisição de recursos materiais e técnicos que o Município fez, e bem, teve a sabedoria de dotar o Município dos meios Humanos que permitam a utilização desses equipamentos de forma integral e intensiva e eficaz de forma a ser ainda mais célere na resposta aos problemas que são colocados todos os dias e que, por definição, nunca estarão integralmente resolvidos. -----*

*Antes de finalizar dar aqui um registo indispensável de agradecimento a todo o corpo de funcionários e funcionárias municipais pelo seu empenho e entrega na execução das tarefas confiadas contribuindo assim para o resultado agora apresentado nesta Assembleia. -----*

*Por fim, e tendo em conta o apreciado neste relatório, é, nossa obrigação reconhecer o trabalho desenvolvido, o empenho, a dedicação e o esforço, deste Executivo e de todos os seus colaboradores pelo que, claramente, votaremos favoravelmente o Relatório de Gestão e Atividades 2021.” -----*

**- Dr. Nuno Flávio da Costa Reis (CDS-PP):** “Como é óbvio, e independentemente da nossa intenção de votação sobre este ponto ou qualquer outra Bancada aqui presente, nenhum de nós se atreveria a não felicitar os funcionários ou os técnicos da Câmara Municipal pelas atividades que desenvolveram. -----

Portanto, isso parece-me uma atitude política, não é retórica, que chama a atenção que foram dirigidos pelo Partido Socialista, mas isso estava a léguas de distância de qualquer Bancada aqui presente ou de qualquer Partido aqui presente. -----

Outra coisa completamente diferente é a liderança dessas pessoas. Aí sim, podemos estar em desacordo e iremos tentar colocar aqui algumas questões a esse propósito. -----

Senhor Presidente, atendendo à dimensão dos documentos em análise e às suas matérias pedia-lhe a sua anuência para que me refira aqui ao ponto 2.2 e ao ponto 2.3, numa mesma leva muito simples, muito rápido só com algumas questões para tentarmos obter aqui resposta do Senhor Presidente relativamente a algumas preocupações e afirmações que iremos fazer. E desde logo lhe pedia que deixássemos de lado os ditados populares e a confusão dos termos técnicos que em nada colaboram para esta discussão positiva do ponto. -----

Da leitura que fazemos do documento surgem-nos algumas questões e algumas afirmações e, por economia de tempo, iremos juntar aqui estas duas prestações: -----

- Em que plano estavam as estradas do Concelho e das Freguesias por arranjar e por realizar quando o saldo da conta de gerência a transitar é de aproximadamente 6 milhões de euros?  
Estradas rurais que o Regadio criou e que estão completamente sem manutenção há largos anos, nós sabemos por que razão. Não se prende consigo, nem com a sua atividade política nos seus Mandatos, mas sabemos por que razão. Resta, entretanto, arranjá-las a tempo e horas. -----
- Onde foram considerados os pedidos de coletividades, associações e instituições que compõem a nossa sociedade quando lhes foi comunicado que não podiam fazer mais, pese embora o saldo que agora transita? -----
- Qual é a estratégia de comunicação para a atração de novas empresas e novas instituições, por parte da Câmara Municipal, quando o investimento na melhoria dos Parques Industriais, na acessibilidade, não usou o saldo que agora transita? E também não tivemos sorte na candidatura, *embora tivéssemos lançado o barro à parede* como o Senhor Vereador disse, não tivemos sorte na Candidatura que fizemos relativamente à questão da modernização dos Parques Industriais no PRR. -----
- Porque não foram usadas as verbas disponíveis para recuperação dos pavilhões sob gestão do Município, ao que se soma agora o Inatel, quando havia valor para se poder investir? -----
- Onde esteve a resposta social da Câmara Municipal, no período especialmente difícil para as famílias portuguesas, sobretudo e referindo-me aqui a taxações, o caso do IMI é um bom exemplo dessa taxa que não soubemos reverter para as nossas populações? -----
- Onde esteve a estratégia que foi pensada e concretizada para alavancar o Turismo na nossa Cidade e Região, quando conheciam da existência deste valor que hoje transita? -----
- Que desenvolvimento na negociação com o Parceiro Privado da ADC foi intentado para a redução do valor das taxas de fornecimento de água e saneamento? -----
- Quais os valores dos orçamentos participativos ainda pendentes de pagamento, quando o valor disponível permitiria honrar esses compromissos? -----
- E, cito – o facto de existir um valor em disponibilidade, de mais de 7 milhões de euros, que permite ao Município da Covilhã uma liquidez financeira para honrar os seus compromissos atempadamente - fim de citação. Perguntamos se não seria preferível que esta confiança fosse conquistada por pagamento a tempo e horas, sem planos de pagamentos e contas certas? -----
- O esforço na redução do passivo só nos pode deixar ficar satisfeitos se maior de 9,63%. E sobre esta matéria questioná-lo se não seria possível reduzir ainda mais o passivo que é penoso e obviamente não nos deve deixar orgulhosos ano após ano? -----

Ainda relativamente a matérias sobre estes dois pontos e considerando o facto de nenhum dos casos ser decorrente com a justificação de que o seu objetivo não é o lucro e, no outro caso, ser o

segundo ano consecutivo de uma empresa pública que até então só tinha razões para apresentar resultados positivos, parece-nos relevante poder ter uma palavra sobre as empresas Municipais, a PARKURBIS e a ICOVI. -----

E aqui, Senhor Presidente da Assembleia, gostaria de lhe poder apresentar um requerimento para que na próxima reunião deste Órgão pudéssemos contar com a presença dos Senhores Administradores em funções destas Empresas Públicas para uma explicação cabal das diversas atividades, planos de atividades, estratégias, orçamentos e, objetivamente, justificação dos seus resultados negativos – PARKURBIS e ICOVI. -----

No PARKURBIS, assistimos *ad aeternum* ao pagamento, por parte do Município, do salário do seu Administrador. Nada contra. -----

No entanto, já não perdemos tempo em discutir estas questões relativas ao custo e produtividade dos resultados efetivos deste investimento. Mas, não seria o momento de encontrar uma forma de resolver este peso deste salário? -----

Além disto, não seria hora de promover uma discussão sobre a importância desta empresa municipal, uma vez que não promove já o empreendedorismo, não gere e não participa em projetos Europeus, não promove as empresas instaladas, não trabalha com a UBI no apoio dos projetos, não está ligada a fontes de capital de risco, não promove a ligação entre outros parques tecnológicos em Portugal. Transformou-se hoje num mero arrendatário de escritórios, sem que a mesma atividade pague o salário do seu Administrador. -----

Além disso, Senhor Presidente, queria colocar-lhe a questão e a nossa preocupação quanto à ICOVI. É o seu segundo ano de prejuízos. Pretende esta Câmara mudar a sua equipa de gestão em funções, ignorar por uns instantes a filiação política e indicar um novo gestor? Ou os patrocínios e serviços prestados pela ICOVI à atividade pública e política da Autarquia justificam esta ação? Até porque, nunca é demais lembrá-lo, se há empresas no âmbito da esfera pública que podem e devem dar lucro é aquela que é fornecedora de água em alta e detentora da maior parte do património municipal. -----

Disse. -----

Muito obrigado Senhor Presidente.” -----

- **Senhor Presidente da Câmara Municipal:** “Primeira nota distintiva desta Prestação de Contas – Estamos a falar de transferências e de subsídios para Juntas de Freguesia, para Associações, para as famílias, contrariamente ao que aqui foi dito. Foi feito um esforço enorme dentro, obviamente, daquilo que é razoável e não ultrapassando aquilo que era possível fazer, mantendo as contas certas. -----

Há uma certa direita que tem a pretensão de achar que só eles é que tratam bem as contas e que os Sociais-Democratas propriamente ditos (não os do nome), os Socialistas, o Socialismo Democrático..., enfim essa família política, que são uns despesistas. E, depois, quando são confrontados com a realidade dos factos, como é o caso concreto do Município da Covilhã, ficam um bocado baralhados. -----

Esta prestação de contas tem aquela marca – a marca da intervenção no território, nas Juntas de Freguesia, nas Associações, nas famílias e estamos a falar de 5,3 milhões de euros. Este facto resulta de uma clara e inequívoca aposta no apoio por parte do Município e só é possível em resultado de uma consolidação financeira e de uma atenção especial àqueles que mais necessitam. É para todos, mas em especial para estes, e esta é uma marca indelével, é uma marca nossa que está lá bem plasmada. -----

Oiço falar aqui sobre receitas. A conversa é a mesma do ano passado e do outro ano e ..., a receita de impostos: apesar do aumento do valor, houve um aumento na cobrança da receita de impostos. Mas observem este facto extraordinário: é que nós baixamos os impostos. Cumprimos até uma promessa, sucessivamente até chegarmos ao limite mínimo permitido por Lei. -----

Sabem a que é que se deve esta maior cobrança de receitas que foi aqui referida de forma abstrusa? -----

Porque existem mais transações imobiliárias. A Covilhã mexe, agita, está cheia de negócios, as pessoas transacionam, compram, vendem, constroem, investem, contrariamente àquilo que se quer dizer por aí. E é por isso que a receita aumentou mesmo com a baixa dos impostos, mesmo baixando impostos. Baixámos a DERRAMA. Baixámos o IMI. Está clarinho como água. Isto é só fazer as contas. -----

Dar aqui outra nota – o saldo do final do ano: estão sempre a carregar nesta tecla! Um esclarecimento muito simples. Isto é elementaríssimo, com o devido respeito e não me levem a mal, isto é um facto objetivo e é incontroverso. O saldo final do ano está relacionado com os projetos em curso e com os projetos que aguardam aprovação por parte do Portugal 2020. É tão simples quanto isto. Ninguém anda aqui aferrolhar dinheiro para depois agitar uma bandeira a dizer: *olhe que temos aqui esta quantia*. Não, ilustres Deputadas e Deputados. -----

Este dinheiro são fundos próprios, são nossos, que estão ali afetos, estão alocados a estes projetos comunitários que esperemos sejam aprovados e, portanto, só nessa altura é que se libertam. Desses 7 milhões, obviamente que só cerca de 15 a 20%, - porque há taxa diferentes -, é que lá vai ficar, o resto depois sai, mas agora tem que lá estar e não pode ser utilizado para outra finalidade. É tão difícil compreender isto? Isto é a coisa mais simples do mundo. Isto é o ABC da contabilidade orçamental. -----

Ao Senhor Deputado Nuno Reis: quanto às estradas, a resposta está no Plano Plurianual de Investimento 3.3.1. -----

O Município da Covilhã não tem plano de pagamentos. Que fique bem claro. À exceção da aquisição do Teatro Municipal, não temos mais compromissos de plano de pagamentos. Nós estamos a pagar no dia, na hora! A média de pagamento no Município da Covilhã é 4 dias! -----

Pedimos meças àqueles que partiram ao mesmo tempo que nós, com as dificuldades financeiras que tínhamos, e vejam quanto é que esses hoje têm em prazo de pagamento e quanto é que nós temos. -----

O Município da Covilhã não tem dívidas em atraso, a não ser aquelas obviamente que decorrem do passivo exigível e do passivo geral. -----

Já disse que, tal como prometi, baixei o IMI e a DERRAMA. -----

O passivo diminuiu 4,5 milhões de euros. Relembro que o passivo era de 140 milhões de euros (o passivo global). Agora são apenas 100 milhões de diferença. Claro que não fizemos nada que não fosse da nossa obrigação, mas esforçadamente e com a ajuda de quem sabiamente mexe todos os dias nesta matéria e também com a vossa ajuda porque, ao votarem favoravelmente muitas propostas aqui trazidas, também estão a ajudar. Para ser mais rigoroso, o passivo era de 140 milhões e hoje, decorridos 8 anos, é de 42 milhões... diminuímos praticamente em 100 milhões (98 milhões). E, portanto, contra factos não há argumentos. -----

Outro facto que não pode ser contrariado: o património do Município aumentou 15 milhões de euros relativamente ao ano passado. 15 milhões de euros, a diferença entre o ativo e o passivo. -

Aumentou também o valor dos capitais próprios. Em 2013 o capital próprio, grosso modo o nosso património, era 186 milhões de euros. Hoje é de 230 milhões de euros. -----

A nossa gestão é tão má, é tão desgraçada, é inexistente e a navegar à vista, sem planeamento e sem estratégia, depois conseguimos estes resultados. -----

O rácio de liquidez, que é extremamente importante para a vida do Município, para a credibilidade do Município: eu nunca mais me esqueço que, quando cheguei ao Município, ninguém nos dava de crédito uma garrafa de água e hoje estamos numa situação cujo rácio de liquidez é imediatamente superior a um. Isto é um facto, é um indicador. -----

E depois não me venham dizer que isto são contabilidades criativas ou coisa do género porque os analistas que fazem, que analisam os orçamentos, as despesas e as receitas dos Municípios, no anuário, não são pessoas intelectualmente desonestas, nem favorecem uns em detrimento de outros, são objetivos. Depois existe a DGAL, o Tribunal de Contas, um sem número de Instituições que olham para aqui. Nós não podemos estar aqui a vender banha da cobra. Isto são números. --

Eu sei que isto é incómodo para quem está na oposição, pois se a coisa corresse mal hoje era aqui uma espécie de fogo cruzado. E, portanto, temos pela primeira vez este rácio. -----

O prazo médio de pagamento já referi que é de 4 dias. -----

Não houve contração de mais empréstimos; não pedimos mais empréstimos e podemos pedir e, se calhar, vamos precisar no resgate... falou-se aqui no saneamento, se calhar vamos ter que pedir dinheiro para o resgate, no caso de ser necessário. -----

Depois o papão dos gastos com o pessoal – *eh pá estes tipos é um despesismo com o pessoal!*, fazendo um pouco de demagogia com o pessoal que vem das Escolas, que há de vir da Segurança Social, que já veio da Saúde no âmbito das transferências de competências. Obviamente que temos mais despesa com o pessoal. Se nós incorporamos no nosso perímetro de despesa as despesas daí provenientes, claro que sim. -----

E depois é fácil de justificar também aqui esta pequena *décalage* de meio milhão de euros – aumento dos salários por via do descongelamento na progressão das carreiras; aumento do salário da função pública decorrente da atualização das tabelas remuneratórias; o reforço nos rácios dos auxiliares nas escolas – é que dantes os Senhores Diretores das Escolas e de Agrupamentos, estavam lá longe; os responsáveis reclamavam, mandavam para lá uns mails, ... Mas não, hoje

batem à porta da Câmara, batem à porta da Senhora Vereadora que depois vem ter comigo porque precisamos de mais gente. Já precisavam há muito tempo! Mas a verdade é que agora estamos mais próximos e, portanto, temos que nos chegar à frente. -----

Apesar da conjuntura económica, apesar de todo o esforço que temos desenvolvido, conseguimos satisfazer, ir ao encontro das necessidades das associações, das famílias e das empresas e aumentar os capitais próprios e diminuir o passivo. É quase a quadratura do círculo, mas é uma verdade. -----

Temos investido muito em estradas. Hoje as estradas estiveram aqui muito na ordem do dia e, para que a memória não seja curta, só relembro: O TCT – Teixoso até ao Canhoso, um bom alcatroamento, uma boa camada como deve ser e como mandam as boas técnicas; a Alameda Europa entre o Continente e a Rotunda da Zona do Refúgio, do antigo Restaurante Cá te Espero; depois vamos do Tortosendo ao Dominguiço, do Dominguiço aos Vales do Rio, dos Vales do Rio ao Peso e do Peso à Coutada; claro que não nos esquecemos da ligação que vai da estrada do Paul para a Erada, que também não é curta e foi feita e está lá; depois temos a célebre entrada da Covilhã pelo lado de Peraboa que há trinta anos que estava ali uma miséria, essa muito larga, está lá e custou muito dinheiro; a Rotunda do Ferro; e havemos de requalificar entre Peraboa e a Ponte Pedrinha; e havemos de requalificar a estrada que vai do Ourondinho até Sobral de São Miguel, sendo que já se começou nas Pedras Lavradas e já chegou a Sobral de São Miguel. É irem lá! Convido-os a irem lá. -----

Mais: estamos a fazê-lo com fundos próprios, sem dinheiros da União Europeia e antigamente havia dinheiros para isso! -----

Fazemos miradouros; fazemos percursos pedestres; e fazemos um teatro que nos orgulha a todos aqui na Região; um Centro de Inovação Empresarial do melhor que há; um Centro de Inovação Social com a requalificação de edifícios emblemáticos da nossa Cidade para dar vida. Claro que isto não é num ápice! Não é chegar e reconstrói-se e no dia seguinte há bulício, não! -----

Não é por acaso que nos últimos 8 anos temos uma série de restaurantes, de hotéis, de unidades hoteleiras aqui no centro da Cidade, de grande qualidade. -----

A Câmara foi a primeira do País a criar uma área de reabilitação urbana. Não planeamos nada e até somos os primeiros, a nível nacional, a criar uma área de reabilitação urbana e nas aldeias! Fomos também os primeiros. -----

A estrada de Cantar Galo está lá! Vão lá ver, façam o favor. É um passeio bonito e vão ver que está a ser feita uma obra muito importante naquele sítio; no Teixoso há lá uns caminhos rurais; há muitos mais caminhos rurais no nosso Concelho que precisam de uma intervenção, pode ser que consigamos fazer não só, com dinheiros comunitários, mas também dos fundos próprios alocar dinheiro para esse mesmo efeito. -----

Já nem falo noutras obras; não falo na habitação social, o que estamos a fazer na eficiência energética; não falo já da Escola Secundária Frei Heitor Pinto, uma obra de grande impacto e de grande expressão. -----

As coisas estão aí e, apesar disso, aumentámos o património do Concelho e diminuámos a dívida.”

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Relatório de Gestão e Atividades 2021 do Município da Covilhã**, foi a mesma **apreciada e votada por maioria com 28 votos a favor (PS e os Presidentes de Junta/União de Freguesias de Peraboa, Tortosendo, Orjais, Barco e Coutada, Peso e Vales do Rio), 03 votos contra (PCP) e 08 abstenções (PSD, CDS-PP, Covilhã Tem Força e o Presidente da Junta de Freguesia do Ferro)**. -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes no Auditório, os Senhores: Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes (CDS-PP), Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PSD) e os Presidentes de Junta/União de Freguesia de Aldeia de S. Francisco e Covilhã e Canhoso. -----

### 2.3 – 5.ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA – RECEITAS/DESPESAS/GOP/PPI/PAM

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 29 de abril de 2022, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea a), do n.º 1, do art.º 25.º, conjugado com a alínea c), do n.º 1, do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 2177 de 2022.04.29 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores: -----

- **Eng.º Luís da Silva Rodrigues (PSD): (doc.36)** “Recordamos que em dezembro de 2021, chumbamos a Proposta de Orçamento para 2022, por este apresentar divergências, opções orçamentais erradas e adiamento de soluções importantes para o futuro do concelho. -----

Hoje é aqui apresentada uma proposta de alteração orçamental. -----

Esta alteração orçamental modificativa refere-se essencialmente à incorporação do saldo da gerência de operações orçamentais do ano de 2021 no valor de 5.710.570,88 €, adicionado ao aumento das transferências (correntes e de capital) provenientes dos Serviços e Fundos Autónomos, no valor global de 124.794,20 €. -----

Relativamente à Despesa, verificámos que a Despesa Corrente aumentou 5.310.365,08 € e a Despesa de Capital 525.000,00 €. -----

Destacamos os seguintes aumentos nas rubricas da despesa: -----

- «Matérias-primas e subsidiárias» no valor de 574.365,08 €; -----

- «Transportes» no valor global de 1.250.000 €, dos quais 1 milhão de euros são relativos a Serviços gerais da Administração Pública e 250 mil relativos aos transportes escolares; -----
- «Outros trabalhos especializados» no valor de 350.000 €; -----
- «Outros Serviços» no valor de 750.000 €; -----
- «Eventos Culturais» no valor de 250.000 €; e -----
- «Reparação de Pavimentos e Arruamentos Urbanos» no valor de 260.000 €. -----

Face aos documentos apresentados, lamentamos a falta de transparência deste executivo, pois não apresenta qualquer detalhe de ações ou nota explicativa da previsão de execução com os valores ora proposta para aumento da despesa. -----

Assim ficamos na dúvida sobre o que está perspetivado ser efetuado com tais aumentos, com especial enfoque com: -----

- Na rubrica dos transportes o que aconteceu que justifique este aumento? O contrato de transportes não estava já efetuado? Os transportes intermunicipais não estão ao abrigo do protocolo com a CIMBSE? -----
- As rubricas «Outros trabalhos especializados» e «Outros Serviços» são rubricas generalistas, onde tudo cabe e nada se explica. Assim, fica na dúvida o que é que o executivo pretende fazer com 1 milhão e 100 mil euros. -----
- Quais são os Eventos Culturais que se pretendem agora efetuar com mais de 250 mil euros e que não estavam já previstos nos anteriores 293 mil euros? Vai este executivo gastar 543 mil euros em 2022 em eventos culturais? -----
- Relativamente à reparação dos pavimentos urbanos, quais são as ruas que serão intervencionadas? Ou será estas reparações agora previstas para voltar a gastar mais uns milhares de euros na repintura das ciclovias? -----

Aproveitamos ainda para questionar sobre o cumprimento da Regra de Equilíbrio Orçamental, prevista na Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro.” -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra):** “Está presente a introdução do saldo do ano de 2021 e na despesa aumenta-se: 200 mil euros em Pessoal; 1.200.000 € na aquisição de bens; 300.000 € em encargos de instalações quando antes eram 740.000 €; nos transportes 1.250.000 € quando antes era de 1.700.000 €; ... -----

Portanto, há aqui diversas rubricas que aumentam 70, 80 ou 90% relativamente àquilo que era o valor inicial. Entendemos aquilo que é o saldo da gerência anterior para investimento que é necessário o Município realizar porque supostamente já estaria acautelado que as despesas correntes estavam previstas em Orçamento. A pergunta é exatamente a mesma que o Deputado Luís Rodrigues aqui colocou: não estavam já acauteladas as despesas relativamente a encargos com instalações, a serviços, a transportes, à aquisição de bens, ...? -----

Há aqui a questão da inflação e do aumento dos preços, mas há aqui um conjunto de situações que das duas uma: ou não estavam orçamentadas inicialmente ou então não se percebe exatamente para que é que vão servir. -----

Gostaríamos de ter essas explicações.” -----

- **Dr. Afonso Manuel Mousaco Gomes (PS):** “Por definição, o Orçamento é algo previsional, portanto este ponto da Ordem de Trabalhos acaba por ser uma imposição legal. -----

Gostava de salientar o desempenho do Executivo do Partido Socialista no plano da gestão financeira do município, algo que se vem traduzindo em sucessivas reduções do passivo municipal, provando que é possível investir na cidade sem comprometer o seu futuro. E esses investimentos estão à vista e muitos deles também já foram aqui mencionados hoje, como as intervenções recentemente inauguradas nas celebrações do 48.º Aniversário do 25 de Abril, as novas infraestruturas que a cidade dispõe como o Teatro Municipal, o Centro de Inovação Empresarial e muitas outras. -----

Algo que gosto sempre de enfatizar, porque é fundamental e tem melhorias significativas neste campo: o apoio dado a todas as coletividades através da criação de um regulamento que finalmente veio atribuir, de forma justa, apoios financeiros e estimular também essas coletividades a apresentar planos de atividades desafiantes e inovadores porque elas são também fundamentais no desenvolvimento da nossa cidade através das atividades que representam, assim como o investimento, candidaturas e aproveitamento de fundos comunitários que têm sido alvo o Município. -----

Por isso, a Bancada do Partido Socialista vota favoravelmente esta alteração orçamental modificativa que encara como um voto de confiança na gestão rigorosa, equilibrada e eficaz do nosso Município com consequências positivas na capacidade financeira da cidade e do concelho.”

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** iniciou dizendo que, “conforme tive a oportunidade nesta tribuna em dezembro passado de referir, aquando da aprovação do Orçamento Municipal para 2022 (como sabem, fortemente condicionado pelas candidaturas ao Portugal 2020), que por esta altura estaríamos a fazer uma modificação orçamental porque essas candidaturas ainda aguardam aprovação. Portanto, temos esse dinheiro *bloqueado* para esse efeito. -----

Nessa data foi divulgado, com a aprovação da Prestação de Contas de 2021, que faríamos exatamente o que estamos aqui a fazer que é reforçar atividades e investimentos para aquilo que falta do ano de 2022. O propósito é só e apenas esse. -----

Vimos apresentar a modificação orçamental no valor global de 5.835.000 € (números redondos), referente à integração do saldo de gerência anterior que é de 5.710.000 €, ao que acresce o valor do projeto das Portas do Sol que são mais 140.000 €. -----

Passava pela cabeça de alguém que não tivéssemos o orçamento equilibrado? Obviamente que está equilibrado! Não passaria em crivo nenhum se o princípio do equilíbrio orçamental não fosse cumprido! -----

É preciso ter em atenção que, relativamente à despesa, temos em vista sobretudo as seguintes atividades: -----

- Refeições escolares em resultado do aumento dos produtos agrícolas e da energia. É inevitável haver um reforço; -----
- Transportes públicos e transportes escolares em resultado do aumento dos combustíveis; -----
- Atividades culturais, festividades cíclicas, designadamente os eventos desportivos, mas também a Feira de São Tiago, as Marchas Populares, a Rampa da Serra da Estrela, o Dia Mundial da Criança, o Natal com Arte, a Passagem do Ano, a Volta a Portugal em Bicicleta e, claro, a programação do Teatro Municipal. -----

Isto para dizer que o reforço também do valor das despesas com o Pessoal devido ao regresso de funcionários da AdC à Câmara (é um direito que têm e estão muitos a regressar ao Município); a contratação do Comandante Operacional Municipal; as consolidações de carreiras. -----

O aumento com o valor das matérias-primas que, como todos sabemos, os preços subiram e estamos numa escalada inflacionária, portanto temos que levar isso em linha de conta para este mesmo efeito. -----

E, quando se falava aqui das matérias-primas, é para o tout-venant, alcatrão, material de construção, ... -----

Temos necessidade de manter as brigadas em funcionamento. Temos que elaborar os tais projetos que há pouco aqui falava. -----

O reforço com o valor da reparação dos arruamentos é porque reconhecemos que é uma necessidade absolutamente indispensável. -----

Dar uma nota final: aquando da aprovação ainda em 2021, referi que existiriam rubricas que iriam ser reforçadas quando incorporássemos o saldo de gerência.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **5.ª Alteração Orçamental Modificativa – Receitas/Despesas/GOP/PPI/PAM**, foi a mesma **aprovada por maioria com 27 votos a favor (PS, Covilhã Tem Força e os Presidentes de Junta/União de Freguesias de: Ferro, Peraboa, Orjais, Peso e Vales do Rio, Barco e Coutada), 3 votos contra (PCP) e 7 abstenções (PPD/PSD e CDS-PP).**

**Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os Senhores: Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes (CDS-PP), Dr. Vítor Manuel Ferrinho Pinho (PS) e os Presidentes de Junta/União de Freguesias de Tortosendo, Aldeia de S. Francisco de Assis, Unhais da Serra, Covilhã e Canhoso).** -----

Foi feita a seguinte **Declaração de Voto:** -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra):** “O que nos foi dito na proposta de Orçamento em dezembro e o que nos tem sido dito, por exemplo à Freguesia da Boidobra, é que não era possível incorporar até agora novas rubricas e novas obras porque estávamos à espera do saldo. -

Aquilo que constatamos nesta modificação é que existe um aumento de 110 mil euros para as transferências correntes que dizem respeito a duas freguesias (Ferro e São Jorge da Beira que, no ano passado, não assinaram o auto de transferência de competências) e receitas de capital não vimos lá nenhuma para as freguesias. -----

Aquilo que assistimos é rubricas a aumentarem 96%. Assistimos a aumentos de rubricas, por exemplo, de trabalhos especializados, rubrica genérica no valor de 1 milhão de euros. -----

O Senhor Presidente falou de coisas mais residuais, mas o que está aqui colocado é: não há, em 5.700.000 €, uma fatia para incorporação de projetos de despesas de capital para as freguesias? Onde é que está? Não está nesta revisão.” -----

#### 2.4 – SUSPENSÃO DA TOS – TAXA DE OCUPAÇÃO DO SUBSOLO

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 22 de abril de 2022, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea c), do n.º 1, do art.º 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 2086 de 2022.04.22 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores: -----

- **Doutor Pedro Alexandre Rodrigues Manquinho (PCP): (doc.37)** “Na Assembleia Municipal de 29 de Dezembro de 2021, a propósito das Grandes Opções do Plano e da Tabela de Taxas, Compensações e Outras Receitas. -----

Afirmámos que -----

*Na ocupação do subsolo somos confrontados com a TOS, processo complicado, mas onde a Câmara arrecadou a receita que está a ser cobrada aos utilizadores da Beira Gás. -----*

*Esta empresa cobra, até 2023, aos consumidores de gás, taxas relativas a mais de 10 anos. -----*

*A Câmara propõe uma taxa de 3 € para 2022. Sim, uma redução em relação aos 4,90 anteriores ..., mas...mantém-se...de forma obscena...a cobrança de duas taxas. -----*

*Uma coerciva, retroactiva para compensar a empresa dos valores pagos ao município em anos anteriores na gestão PSD e outra, aplicada, pela Câmara Municipal com gestão PS. -----*

*Um assalto aos bolsos dos covilhanenses utentes do gás natural. -----*

*Uma insensibilidade que penaliza os utentes do gás natural, que penaliza os Covilhanenses, por razões que lhes não são imputáveis. -----*

*O que significa que um novo inquilino de domicílio, na Covilhã, com contracto com a Beira Gás paga duas taxas. -----*

*A actual e aquela que o domicílio não pagou em anos anteriores...mas que o inquilino actual ... não utilizou. -----*

*Não nos parece justo. -----*

*O que defendemos? É simples. -----*

*Enquanto a Beira Gás não concluir em 2023 a cobrança da taxa, que não recebeu, mas que pagou antecipadamente ao Município, a Câmara Municipal não deveria sobrecarregar a população com mais taxa de ocupação de subsolo. -----*

*Basta definir taxa zero. -----*

*Pelas razões atrás referidas e porque corresponde ao que defendemos em 29 de Dezembro de 2021, votamos a favor.” -----*

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD):** “No seguimento de várias intervenções que tivemos aqui no passado sobre esta taxa, obviamente que votaremos a favor da suspensão e elogiamos publicamente a Câmara Municipal por isso. -----

No entanto, aquilo que deveríamos ter não era uma suspensão, mas uma abolição completa da cobrança desta taxa pelas razões expostas aqui pelo colega Pedro Manquinho. A Câmara Municipal anda, há mais de 10 anos, a cobrar uma taxa ilegalmente aos utilizadores da Beira Gás conforme consta de todo o processo legal e dos vários debates que já tivemos sobre isso. -----

Este é obviamente um passo de incentivo às famílias, ainda que tardio, que vem dar resposta ao contexto pandémico, e bem, mas que ainda assim é insuficiente. -----

Se dá resposta às famílias por um lado, continuamos a não a ter por outro e ao nível doutras taxas nomeadamente água, saneamento e resíduos. -----

Para lá das famílias, temos ainda também a necessidade de incentivos que sejam aplicados às empresas e não apenas aos indivíduos, mas agora passar do nível individual para o nível agregado.” -----

- **Dr. Afonso Manuel Mousaco Gomes (PS):** “Importa aqui contextualizar que, como todos sabemos, este imposto é cobrado pela utilização de bens do domínio público e privado pelas redes de distribuição de gás natural, sendo uma taxa aplicada pelos municípios. -----

Em 2008, este valor passou a ser aplicado aos consumidores e não às concessionárias. -----

O ano passado, o Município reduziu a Taxa de Ocupação do Subsolo em 30% com o intuito de minimizar os possíveis prejuízos causados pela pandemia. -----

Esta suspensão da Taxa de Ocupação do Subsolo antecipa problemas gerados pela guerra que vivemos no leste europeu com o conseqüente aumento conhecido dos recursos energéticos. -----

É importante esclarecer e reforçar, porque já foi aqui dito, que na Taxa que os municípios têm que pagar há uma componente do valor que vem para a autarquia, mas grande parte dessa verba serve para pagar uma dívida que uma decisão jurídica fez com que fosse possível cobrar aos consumidores o valor avultado já pago ao Município e que este pode utilizar. -----

Com esta decisão, o Município está a abdicar de uma receita municipal, passo a redundância, que poderá ajudar a fomentar a economia local e trazer benefícios às pessoas e empresas num sinal de proximidade, apoio e entreatajuda que a bancada do Partido Socialista naturalmente votará favoravelmente, a favor desta suspensão.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Proposta de Suspensão da TOS- Taxa de Ocupação de Subsolo**, foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

**Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os Senhores: Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes (CDS-PP), Eng.º Pedro Miguel Melo Bernardo (PS) e os Presidentes de Junta/União de Freguesias de Aldeia de São Francisco de Assis, Dominguizo, São Jorge da Beira, Covilhã e Canhoso.** -----

Foi feita a seguinte **Declaração de Voto**: -----

- **Dra. Joana Petrucci Dias Rocha (CDS-PP)**: “Os Membros da Assembleia Municipal eleitos pelo CDS e PSD votaram a favor neste ponto da Ordem de Trabalhos e fizeram-no, não convencidos de que é a medida certa, mas apenas porque ainda assim a mesma sempre configura um alívio financeiro para os munícipes e empresas covilhanenses. -----

Todavia, não podemos deixar de manifestar que o que se deveria estar a aprovar não era a suspensão temporária da aplicação da TOS, mas sim a sua eliminação, como aliás decorre da Lei. -

Há já muitos anos que a Câmara da Covilhã cobra ilegalmente este valor aos seus munícipes. A Câmara tem tardado em resolver este assunto e o que hoje se aprova peca por tardio e, ainda assim, por defeito em conta a eliminação desta taxa e não a sua mera suspensão. -----

Por estas razões e porque esta medida, ainda que tardia e demasiada aquém do que se impõe, significa uma redução de custos para os munícipes votámos favoravelmente.” -----

**2.5 – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL E O ESTADO E ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL E A ENTIDADE INTERMUNICIPAL – ALÍNEA K) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013**

**a. VALORES SERVIÇOS ESSENCIAIS – TRANSPORTES; OUTROS PROJETOS EM PARCERIA - CIMBSE - COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS BEIRAS E SERRA DA ESTRELA**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 03 de dezembro de 2021, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 1537 de 2022.03.18 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes: -----

- **Senhor Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD):** “Tendo em conta que se aguarda o visto do Tribunal de Contas: -----

1º De que forma isto interfere ou não com os encargos com a Comunidade Intermunicipal? –

2º Qual o valor estimado, até ao final do ano, teremos que pagar mais ou não?” -----

- **Senhor Presidente da Câmara Municipal:** “Esta verba aqui é para os transportes intermunicipais. Não têm nada a ver com a concessão. A concessão não visa transportes intermunicipais, só no perímetro do município.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Valores Serviços Essenciais – Transportes; outros projetos em parceria - CIMBSE – Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela**, foi a mesma **aprovada por maioria com 28 votos a favor (PS, Covilhã Tem Força e os Presidentes de Junta/ União de Freguesias de Ferro, Peraboa, Tortosendo, Orjais, Barco e Coutada, Peso e Vales do Rio), 03 votos contra (PCP) e 07 abstenções (PSD e CDS-PP).** -----

**Não votaram, por não se encontrarem presentes no Auditório, os Senhores: Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes (CDS-PP) e os Presidentes de Junta/ União de Freguesias de Aldeia de São Francisco de Assis, Dominguizo, São Jorge da Beira, Covilhã e Canhoso.** -----

Foi feita a seguinte **Declaração de Voto:** -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra):** “Votámos contra esta compensação para a obrigação de um serviço público de transporte no valor de 275 mil euros porque sempre discordámos da transferência de competências dos transportes públicos da Administração Central para a Administração Local e desta para as CIM’s. -----

As despesas com esta transferência de competências são, no fundo, assumidas pelos municípios

das suas receitas próprias, o que comprova, à semelhança de outras coisas nesta questão da transferência de competências, que é uma desresponsabilização da Administração Central para a Administração Local. -----

Por outro lado, os transportes, tanto dentro do Concelho como para fora do Concelho, continuam a não cumprir aquilo que são as necessidades das pessoas e mais uma vez colocamos a necessidade de a Câmara Municipal equacionar a efetivação de um serviço público de transporte autárquico/camarário que dê resposta às necessidades de mobilidade das pessoas, no nosso e para outros concelhos.” -----

**b. CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS COM OS AGRUPAMENTOS DE ESCOLA E ESCOLAS NÃO AGRUPADAS – 2022**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 17 de dezembro de 2021, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 1541 de 2022.03.18 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Contratos Interadministrativos com os Agrupamentos de Escola e Escolas não Agrupadas – 2022***, foi a mesma ***aprovada por unanimidade***. -----

**Não votaram, por não se encontrarem presentes no Auditório, os Senhores Presidentes de Junta/ União de Freguesias de Aldeia de São Francisco de Assis, Dominguizo, Covilhã e Canhoso.**

**2.6 – FORMAS DE APOIO ÀS FREGUESIAS –  
ALÍNEA J) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013**

--- Submetido todos os assuntos na globalidade à apreciação foi interveniente: -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra):** “Atento a toda a informação que veio nos documentos, aquilo que se percebe nestas formas de apoio às freguesias é que não me parece que tenha havido uma alteração da legislação, mas pelo o que percebi as formas de apoio às freguesias previstas no artigo 25.º, n.º 1, alínea j) têm que ser deliberadas em Assembleia Municipal. Acontece que não vinham cá; iam à Câmara Municipal tudo o que fosse protocolos e só vinham aqui as delegações de competências e contratos de execução. -----

Acho que traz aqui alguma transparência porque este órgão fica também com mais essa informação, embora tenha também acesso às deliberações da Câmara Municipal. -----

Há aqui uma ou duas questões concretas dos protocolos. O nosso sentido na votação vai ser o sentido positivo, mas não queria deixar de passar esta questão: -----

Vamos aqui deliberar hoje um protocolo em espécie de uma carga de *tout-venant* para a Freguesia do Dominguizo; são 16 etapas e 10 pessoas envolvidas e depois mais de 42 pessoas a deliberar. --

Transmitir ao Senhor Vereador das Freguesias que se tem que encontrar uma forma de apoio corrente, anual de execução, em continuidade, de poder apoiar as freguesias nestas situações porque isto não é operacional. -----

A outra questão é que, relativamente a alguns contratos, na minuta diz a cláusula 2.ª, n.º 1 que *os pagamentos seguintes serão efetuados mediante a apresentação de requerimento próprio*. Não falam no pagamento inicial. Portanto, há aqui uma questão de texto que não está correto. -----

O que se nos coloca aqui é a questão de haver um protocolo para pagamento de IVA. Não se percebe exatamente o quê. Se puder ser esclarecido seria melhor. -----

Na mesma informação é-nos colocada (e já foi para as freguesias) a questão do Regulamento Municipal de Apoio às Freguesias. Já tive a oportunidade de me constituir como interessado, segundo o procedimento, e de enviar os meus elementos enquanto Presidente da Junta de Freguesia em que referi o seguinte: -----

Os apoios para as freguesias acho que deveriam ser tendo em vista uma candidatura anual que a junta de freguesia podia fazer à Câmara Municipal, como há no Regulamento de Apoio às Associações, e que devia: diferenciar aquilo que são infraestruturas do domínio público; diferenciando obras de raiz, requalificações, reconstruções ou emergência; diferenciando aquilo que são competências próprias das juntas de freguesia e que as juntas de freguesia, pelos seus meios, não conseguem realizar; uma tipologia de aquisição de equipamentos, de ações e materiais; outra para modernização dos serviços, apoio logístico, apoio técnico, etc. -----

Acho que era importante também este Regulamento prever ações de formação do Município para com as Juntas de Freguesia para podermos também melhorar aquilo que são as competências, até relativamente à legislação. -----

Deveria dar-se a oportunidade de candidaturas a apoios pontuais, a apoios anuais e aos tais apoios continuados de fornecimento de material, de contratos em espécie, salvaguardando que não estejamos aqui a decidir uma carrada de *tout-venant* ou coisas mais pequenas. -----

Em cada aviso de abertura devia identificar-se aquilo que são as áreas prioritárias do Município para o próximo ano. Aquilo que vemos às vezes em alguns protocolos são investimentos que devem ser investimentos municipais nas freguesias que não devem substituir aquilo que é o valor que é transferido para as freguesias, tanto no auto de transferência de competências como depois na execução de competências próprias, porque nestes protocolos que hoje aqui temos, do a) ao j), aquilo que vemos é: uns são de competência própria e outros são de competência do Município e que, no fundo, está na forma de protocolo, mas quase que reveste uma delegação de competências. -----

Espero e esperamos que este Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios às Freguesias venha também clarificar aquilo que veio clarificar o Regulamento de Apoio às Associações e que permita também este planeamento e as freguesias saberem, no próximo ano, com que é que efetivamente contam porque o que assistimos muitas vezes e assistimos há pouco um saldo de 5.700.000€ e na Freguesia da Boidobra havia investimentos municipais por fazer. -----

Já agora aumentar também aquilo que é destinado aos investimentos municipais da Câmara Municipal nas freguesias.” -----

**a. PROTOCOLO DE APOIO EM ESPÉCIE ENTRE O MUNICÍPIO DA COVILHÃ E A FREGUESIA DO DOMINGUIZO - CEDÊNCIA DE TOUT-VENANT**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 05 de novembro de 2021, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 1589 de 2022.03.21 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Protocolo de Apoio em espécie entre o Município da Covilhã e a Freguesia do Dominguiço - cedência de Tout-Venant***, foi a mesma ***aprovada por unanimidade***. -----

**Não votaram, por não se encontrarem presentes no Auditório, os Senhores Presidentes de Junta/ União de Freguesias de Aldeia de São Francisco de Assis, Dominguiço, Covilhã e Canhoso.**

**b. PROTOCOLO DE APOIO ENTRE O MUNICÍPIO DA COVILHÃ E A UNIÃO DE FREGUESIAS DE TEIXOSO E SARZEDO - REQUALIFICAÇÃO DA CALÇADA DA RUA NOVA, NO SARZEDO**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 03 de dezembro de 2021, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 1616 de 2022.03.23 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Protocolo de Apoio entre o Município da Covilhã e a União de Freguesias de Teixoso e Sarzedo - Requalificação da Calçada da Rua Nova, no Sarzedo***, foi a mesma ***aprovada por unanimidade***. -----

**Não votaram, por não se encontrarem presentes no Auditório, os Senhores Presidentes de Junta/ União de Freguesias de Aldeia de São Francisco de Assis, Dominguiço, Covilhã e Canhoso.**

**c. PROTOCOLO DE APOIO ENTRE O MUNICÍPIO DA COVILHÃ E A UNIÃO DE FREGUESIAS DE TEIXOSO E SARZEDO - OBRAS NO PARQUE FITNESS**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 04 de fevereiro de 2022, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 1606 de 2022.03.22 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Protocolo de Apoio entre o Município da Covilhã e a União de Freguesias de Teixoso e Sarzedo - Obras no Parque Fitness***, foi a mesma ***aprovada por unanimidade***. -----

**Não votaram, por não se encontrarem presentes no Auditório, os Senhores Presidentes de Junta/ União de Freguesias de Aldeia de São Francisco de Assis, Dominguiço, Covilhã e Canhoso.**

**d. PROTOCOLO DE APOIO ENTRE O MUNICÍPIO DA COVILHÃ E A FREGUESIA DE S. JORGE DA BEIRA PARA AQUISIÇÃO DE TINTAS PARA PINTURA INTERIOR E EXTERIOR DO PAVILHÃO JUNTO À CAPELA DE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA E PARA ARRANJO DO TELHADO DA JUNTA DE FREGUESIA**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 04 de fevereiro de 2022, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 1604 de 2022.03.22 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Protocolo de Apoio entre o Município da Covilhã e a Freguesia de S. Jorge da Beira para aquisição de tintas para pintura interior e***

*exterior do pavilhão junto à Capela de Nossa Senhora de Fátima e para arranjo do telhado da Junta de Freguesia, foi a mesma aprovada por unanimidade.* -----

**Não votaram, por não se encontrarem presentes no Auditório, os Senhores Presidentes de Junta/ União de Freguesias de Aldeia de São Francisco de Assis, Dominguizo, Covilhã e Canhoso.**

**e. PROTOCOLO DE APOIO ENTRE O MUNICÍPIO DA COVILHÃ E A UNIÃO DE FREGUESIAS DE CASEGAS E OURONDO - PARA A REALIZAÇÃO DE OBRAS DE INTERVENÇÃO NO CRUZAMENTO DA EM511 COM A RUA DO ANJO DA GUARDA – CASEGAS**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 04 de fevereiro de 2022, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 1602 de 2022.03.22 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes: -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD):** “O valor que estamos a aprovar nesta Assembleia para este financiamento é para uma obra que já está executada. O contrato não só já está publicado, como já está executado. -----

Portanto, para se fazer esta obra teve a Junta que adiantar o dinheiro? -----

Quero aproveitar para dar os parabéns ao Presidente da Junta da União de Freguesias por adiantar 41.200€ com o orçamento da Freguesia, o que é uma proeza e uma verdadeira governação! -----

Quantos destes protocolos que estamos a votar hoje são para obras já realizadas? -----

Obviamente votamos a favor, como sempre votámos, em todos estes pontos para o apoio e não prejudicar as juntas de freguesia. -----

Quando governamos, neste caso o Governo Local, quando está a escolher as juntas de freguesia, as associações e a distribuição do financiamento pelas diferentes partes submunicipais ou locais do Concelho, não estamos a decidir com base nas nossas preferências ou simpatias, sejam elas pessoais, coletivas, partidárias, entre outras; estamos a escolher com base nas pessoas. E os presidentes das juntas de freguesia, como os dirigentes associativos, representam pessoas, população, cidadãos, covilhanenses e, portanto, não deve haver qualquer tipo de barreira ou entrave ou preferências deste tipo.” -----

- **César Araújo Craveiro (Casegas e Ourondo):** “Esclarecer o Senhor Deputado que houve a necessidade de fazer a obra com urgência: colapsou o muro que suporta o acesso a uma vasta área da Freguesia que ficou sem acessos. Tivemos que utilizar uma exceção do Código dos

Contratos Públicos para fazer o procedimento dada a urgência. Publicámos tudo certinho no *Basegov* e adiantámos dinheiro que, posteriormente, a Câmara depois nos fez lá chegar. Era uma emergência.” -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra):** “Relativamente a este protocolo, a dúvida que nos coloca é que o protocolo diz “*Cruzamento da EM 511*” e o Senhor Presidente diz que é o acesso ao Santuário. Pergunto: afinal em que é que ficamos? Se for uma estrada municipal a obra poderia e deveria ser assumida pela Câmara Municipal.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Protocolo de Apoio entre o Município da Covilhã e a União de Freguesias de Casegas e Ourondo - para a realização de obras de intervenção no Cruzamento da EM511 com a Rua do Anjo da Guarda – Casegas***, foi a mesma ***aprovada por unanimidade***. -----

**Não votaram, por não se encontrarem presentes no Auditório, os Senhores Presidentes de Junta/ União de Freguesias de Aldeia de São Francisco de Assis, Dominguizo, Covilhã e Canhoso.**

#### **f. PROTOCOLO DE APOIO ENTRE O MUNICÍPIO DA COVILHÃ E A FREGUESIA DA ERADA**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 11 de março de 2022, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 1405 de 2022.03.14 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Protocolo de Apoio entre o Município da Covilhã e a Freguesia da Erada***, foi a mesma ***aprovada por unanimidade***. -----

**Não votaram, por não se encontrarem presentes no Auditório, os Senhores Presidentes de Junta/ União de Freguesias de Aldeia de São Francisco de Assis, Dominguizo, Covilhã e Canhoso.**

#### **g. PROTOCOLO DE APOIO ENTRE O MUNICÍPIO DA COVILHÃ E A FREGUESIA DE PERABOIA - EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REPARAÇÃO DO PONTÃO DA PONTINHA**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 21 de março de 2022, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 1582 de 2022.03.21 e seus

anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes: -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD):** “Ao que parece o contrato já foi executado em dezembro e queria perguntar também se a Junta de Freguesia teve que adiantar algum dinheiro ou não. ---

Quantos destes protocolos que estamos a votar hoje são para obras já realizadas? -----

Obviamente votamos a favor, como sempre votámos, em todos estes pontos para o apoio e não prejudicar as juntas de freguesia. -----

Quando governamos, neste caso o Governo Local, quando está a escolher as juntas de freguesia, as associações e a distribuição do financiamento pelas diferentes partes submunicipais ou locais do Concelho, não estamos a decidir com base nas nossas preferências ou simpatias, sejam elas pessoais, coletivas, partidárias, entre outras; estamos a escolher com base nas pessoas. E os presidentes das juntas de freguesia, como os dirigentes associativos, representam pessoas, população, cidadãos, covilhanenses e, portanto, não deve haver qualquer tipo de barreira ou entrave ou preferências deste tipo.” -----

- **Cristina Maria Conde de Campos Barata (Peraboa):** “Informar a todos que o pontão foi reparado no mês de dezembro. Contudo, o empreiteiro nem sequer recebeu a obra. -----

Foi feita a obra. O empreiteiro nem sequer ainda nos está a pressionar para receber e, visto que era uma obra que era necessária (já há 8 anos que o pontão tinha caído), era uma obra muitíssima necessária principalmente para as pessoas que residem naquela zona.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara:** “Não há juntas nem presidentes de junta e uniões de freguesias de primeira e de segunda. Comigo isso nunca existiu, nem nunca existirá. Acho que tenho dado provas disso ao longo destes anos em que presido o Município da Covilhã. Não discrimino, não relego para segundo plano uns em relação a outros. -----

Obviamente que há prioridades e que têm a ver com múltiplas razões, mas nunca por questões de simpatia ou antipatia, de acrimónias, do que quer que seja e muito menos por razões partidárias.

Tanto assim é que o Regulamento de Atribuição de Apoios às Freguesias vai estar em discussão pública para tornarmos ainda mais transparente aquilo que já o é e para que dúvidas nunca possam nem devam estar relativamente a esses apoios. -----

Aguardo contributos de todos para enriquecermos e densificarmos esse Regulamento para que ele seja o mais eficaz, justo e equilibrado na atribuição desses mesmos apoios. -----

Agradecer à Senhora e Senhor Presidente de Junta o facto de terem feito esse esforço que louvo e que quero por em evidência.” -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD):** “Agradecer os esclarecimentos dos Senhores dois Presidentes de Junta de Freguesia. -----

Fiquei sem a resposta à questão sobre se haveria aqui outro tipo de apoios para obras já executadas. Em todo o caso, deixar aqui o nosso apelo à Câmara Municipal e ao Executivo e também a nossa disponibilidade para, sempre que for necessário, virmos aqui em qualquer reunião extraordinária para não haver a necessidade de se repetirem situações do género e para que se possa acelerar e termos o pagamento e aprovação deste tipo de apoios com a maior celeridade possível.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Protocolo de Apoio entre o Município da Covilhã e a Freguesia de Peraboa - execução das obras de reparação do Pontão da Pontinha**, foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

**Não votaram, por não se encontrarem presentes no Auditório, os Senhores Presidentes de Junta/ União de Freguesias de Aldeia de São Francisco de Assis, Dominguizo, Covilhã e Canhoso.**

**h. PROTOCOLO DE APOIO ENTRE O MUNICÍPIO DA COVILHÃ E A FREGUESIA DA ERADA – AQUISIÇÃO DE PARCELA DE TERRENO, PARA REQUALIFICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE RECOLHA DE RESÍDUOS**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 21 de março de 2022, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 1573 de 2022.03.21 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Protocolo de Apoio entre o Município da Covilhã e a Freguesia da Erada – Aquisição de parcela de terreno, para requalificação de equipamentos de recolha de resíduos**, foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

**Não votaram, por não se encontrarem presentes no Auditório, os Senhores Presidentes de Junta/ União de Freguesias de Aldeia de São Francisco de Assis, Dominguizo, Covilhã e Canhoso.**

**i. PROTOCOLO DE APOIO ENTRE O MUNICÍPIO DA COVILHÃ E A FREGUESIA DE S. JORGE DA BEIRA, PARA EFEITOS DE AQUISIÇÃO DO ANTIGO LAGAR DE AZEITE E ELABORAÇÃO DO RESPECTIVO PROJETO DE REABILITAÇÃO**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 21 de março de 2022,

foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 1572 de 2022.03.21 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Protocolo de Apoio entre o Município da Covilhã e a Freguesia de S. Jorge da Beira, para efeitos de aquisição do antigo Lagar de Azeite e elaboração do respetivo projeto de reabilitação***, foi a mesma ***aprovada por unanimidade***. ----

**Não votaram, por não se encontrarem presentes no Auditório, os Senhores Presidentes de Junta/ União de Freguesias de Aldeia de São Francisco de Assis, Dominguizo, Covilhã e Canhoso.**

**j. PROTOCOLO DE APOIO ENTRE O MUNICÍPIO DA COVILHÃ E A UNIÃO DE FREGUESIAS DE PESO E VALES DO RIO - EXECUÇÃO DE OBRAS NO EDIFÍCIO DA ESCOLA EB1 DE VALES DO RIO**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 29 de abril de 2022, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 2182 de 2022.04.29 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Protocolo de Apoio entre o Município da Covilhã e a União de Freguesias de Peso e Vales do Rio - Execução de obras no edifício da Escola EB1 de Vales do Rio***, foi a mesma ***aprovada por unanimidade***. -----

**Não votaram, por não se encontrarem presentes no Auditório, os Senhores Presidentes de Junta/ União de Freguesias de Aldeia de São Francisco de Assis, Dominguizo, Covilhã e Canhoso.**

**2.7 – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS**

**a. CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE PERABOIA - DESPESAS DE GESTÃO E FUNCIONAMENTO DO REFEITÓRIO DA EB/JI PERABOIA – ANO LETIVO 2021/2022**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 11 de março de 2022,

foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 1406 de 2022.03.14 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes: -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra):** perguntou, porque no protocolo não é referido com clareza, se os 300 euros das despesas do refeitório são mensais ou anuais. -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** informou que os 300 euros mencionados no protocolo são mensais. -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD):** “Só para clarificar. Ok, são 300 euros mensais!” -----

- **Cristina Maria Conde de Campos Barata (Peraboa):** “Queria só clarificar, são 300 euros mensais, certo? É que no mapa aparece 300 euros para o corrente ano.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** confirmou que a quantia de 300 euros é mensal. ----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Contrato de Delegação de Competências na Freguesia de Peraboa - Despesas de gestão e funcionamento do refeitório da EB/JI Peraboa – Ano Letivo 2021/2022**, foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

**Não votaram, por não se encontrarem presentes no Auditório, os Senhores Presidentes de Junta/ União de Freguesias de Aldeia de São Francisco de Assis, Dominguizo, Covilhã e Canhoso.**

**b. CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA JUNTA DE FREGUESIA PERABOA – ASSISTENTE OPERACIONAL A TEMPO INTEIRO – ANO LETIVO 2021/2022**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 29 de abril de 2022, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 2184 de 2022.04.29 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores: -----

- **Doutor Pedro Alexandre Rodrigues Manquinho (CDU - PCP/PEV)** perguntou se o contrato a realizar com o assistente operacional era um contrato efetivo de trabalho ou a recibo verde porque o sentido de voto da sua Bancada estava dependente desse esclarecimento. -----

- **Dra. Vanda Cláudia Raposo Cid Ferreira (PPD/PSD)** referiu que iriam “votar favoravelmente este ponto, uma vez que são verbas necessárias às Freguesias”. -----

Questionou “por que só agora este reforço? Já no ano anterior esta situação se verificou, não havendo uma previsão dos custos como deve ser.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** informou que se tratava de um contrato normal e que “não há recibos verdes! -----

O reforço de pessoal tem a ver com a vontade da própria Junta. A Junta quis um reforço de pessoal nesse domínio. Não foi uma questão de previsão ou ausência dela por parte da Câmara. É a constatação, por parte da Junta, do que é necessário.” -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra)**: “Vamos votar favoravelmente nesta premissa que o Camarada Manquinho já aqui colocou. Mas aquilo que nós já aqui assistimos nesta Assembleia, foi exatamente a mesma resposta e depois o pedido das Juntas de Freguesia para pagamento dos 5% da Segurança Social. E o pagamento dos 5% da Segurança Social é quando se emite um recibo verde, a mais de 95% do rendimento, a uma só entidade. -----

Nós tomamos como boa a resposta.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Contrato de Delegação de Competências na Junta de Freguesia Peraboa – Assistente Operacional a Tempo Inteiro – Ano Letivo 2021/2022***, foi a mesma ***aprovada por unanimidade***. -----

**Não votaram, por não se encontrarem presentes no Auditório, os Senhores Presidentes de Junta/ União de Freguesias de Aldeia de São Francisco de Assis, Dominguizo, Covilhã e Canhoso.**

**c. CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA JUNTA DE FREGUESIA BARCO E COUTADA – ASSISTENTE OPERACIONAL A TEMPO INTEIRO – ANO LETIVO 2021/2022**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 29 de abril de 2022, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 2188 de 2022.04.29 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores: -----

- **Doutor Pedro Alexandre Rodrigues Manquinho (CDU - PCP/PEV)** perguntou se o contrato a realizar com o assistente operacional era um contrato efetivo de trabalho ou a recibo verde porque o sentido de voto da sua Bancada estava dependente desse esclarecimento. -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** informou que se tratava de um contrato normal e que “não há recibos verdes!” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Contrato de Delegação de Competências na Junta de Freguesia Barco e Coutada – Assistente Operacional a Tempo Inteiro – Ano Letivo 2021/2022**, foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

**Não votaram, por não se encontrarem presentes no Auditório, os Senhores Presidentes de Junta/ União de Freguesias de Aldeia de São Francisco de Assis, Dominguiço, Covilhã e Canhoso.**

## 2.8 – ACORDOS DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS

### a. ACORDO DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS E DE RECURSOS DA CÂMARA MUNICIPAL DA COVILHÃ PARA A FREGUESIA DE S. JORGE DA BEIRA

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 21 de março de 2022, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 1576 de 2022.03.21 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores: -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra)**: relativamente aos pontos **a** e **b**, referiu que “é no sentido de resolver a questão com as duas Freguesias que, na altura, não tinham assinado o Auto de Transferências de Competências. -----

Aquilo que eu pergunto é se os critérios que presidiram às restantes Freguesias foram aqui acautelados (os valores, quilómetro, etc.) para estarmos todos em pé de igualdade (o que não tinha sido salvaguardado nas delegações de competências que nós aprovámos para o restante do ano 2021, ou até este mês de 2022)? -----

Eu penso que as outras deliberações tinham os anexos todos, que fazem parte deste acordo, e eles não vieram na documentação. Era dar nota dessa situação, sendo que, se foram cumpridos os critérios que presidiram a todos os outros acordos de execução, naturalmente a nossa votação vai ser favorável.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal**: “Oh Senhor Deputado Marco, ao Senhor passa-lhe pela cabeça que a gente ia passar a perna às pessoas? Isso é uma pergunta de má fé! Acho a pergunta quase ofensiva.” -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra)**: respondeu que não lhe admitia essa resposta. “É uma pergunta legítima que lhe coloquei. A interpretação é sua, não é minha.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Acordo de Transferência de Competências e de Recursos da Câmara Municipal da Covilhã para a Freguesia de S. Jorge da Beira**, foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

**Não votaram, por não se encontrarem presentes no Auditório, os Senhores Presidentes de Junta/ União de Freguesias de Aldeia de São Francisco de Assis, Dominguizo, Covilhã e Canhoso.**

Foi feita a seguinte **Declaração de Voto**: -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD)**: “Admitindo que houve aqui uma natural negociação com as Juntas de Freguesias em questão e que os valores estão ajustados às suas reais necessidades, aplaudimos e elogiamos esta transferência de competências, que contempla agora mais duas Freguesias, passando de 18 para 21. Fica a faltar a Aldeia de S. Francisco de Assis, Boidobra e Cortes do Meio.” -----

**b. ACORDO DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS E DE RECURSOS DA CÂMARA MUNICIPAL DA COVILHÃ PARA A FREGUESIA DO FERRO**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 21 de março de 2022, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 1577 de 2022.03.21 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Acordo de Transferência de Competências e de Recursos da Câmara Municipal da Covilhã para a Freguesia do Ferro**, foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

**Não votaram, por não se encontrarem presentes no Auditório, os Senhores Presidentes de Junta/ União de Freguesias de Aldeia de São Francisco de Assis, Dominguizo, Covilhã e Canhoso.**

Foi feita a seguinte **Declaração de Voto**: -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD)**: “Admitindo que houve aqui uma natural negociação com as Juntas de Freguesias em questão e que os valores estão ajustados às suas reais necessidades, aplaudimos e elogiamos esta transferência de competências, que contempla agora mais duas Freguesias, passando de 18 para 21. Fica a faltar a Aldeia de S. Francisco de Assis, Boidobra e Cortes do Meio.” -----

**c. TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS NO DOMÍNIO DA AÇÃO SOCIAL – PRORROGAÇÃO DO PRAZO**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 11 de março de 2022, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k), do n.º 2, do artigo 25.º, do Anexo I do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e para os efeitos previstos n.º 5.º, do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 17 de agosto, através do ofício n.º 1408 de 2022.03.14 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores: -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD)**: “Esta Assembleia em algum momento da sua história votou sobre a delegação de competências na ação social?” -----

- O **Senhor Presidente da Câmara** respondeu estar convencido que sim, mas sem certezas. -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD)**: “Esta questão prende-se com um facto muito simples: não consta das Ordens de Trabalho e das Atas das Reuniões de Câmara, mas tal como o Senhor Presidente da Câmara não tenho 100% de certeza, daí começar com uma pergunta e não com uma afirmação. Da minha pesquisa e da minha participação neste Órgão (nem sempre presente, como sabem não era Membro efetivo no Mandato anterior), não me lembro e não encontrei quaisquer

informações sobre a votação desta competência na Assembleia Municipal e pesquisei as Ordens de Trabalhos e as atas das Reuniões de Câmara.” -----

- **O Senhor Presidente da Câmara** informou que a Senhora Diretora, Dra. Graça Robbins, o estava a lembrar que só a não aceitação é que teria que vir à Assembleia. -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD)**: “Muito bem, Senhor Presidente acabou de me responder à questão porque, para votarmos hoje (como o Senhor Presidente disse não aprovámos nesta Assembleia a aceitação) tinha que vir aqui a não aceitação. -----

Então a minha questão prende-se com o que está no Portal Autárquico da Direção Geral das Autarquias Locais do nosso Governo, na página da descentralização sobre a ação social e a prorrogação do prazo deste exercício. -----

Ora, diz-nos a informação dos órgãos competentes que este prazo pode ser prorrogado até 1 de janeiro de 2023, que é o que se propõe aqui para votação, para os Municípios que no devido tempo terão deliberado sobre a não aceitação. -----

Tal como vimos agora, este Órgão nunca deliberou sobre a não aceitação ou prorrogação. O que quer dizer que, não tendo havido deliberação na Assembleia Municipal sobre esta matéria - a não aceitação ou a prorrogação - nós estamos impedidos de prorrogar este prazo. -----

Portanto, a Câmara Municipal enquanto Órgão Executivo estava impedida de ter feito aquilo que está na ata da reunião de Câmara, que é comunicar à DGAL, ainda que antes da Assembleia Municipal, a prorrogação deste prazo porque estamos em incompetência de funções. -----

O Órgão que tinha o poder para prorrogar esse prazo não deliberou sobre isso, tal como foi aqui agora esclarecido.” -----

- **O Senhor Presidente da Câmara**: “Há aí uma contradição no que está a referir, Senhor Deputado, porque, repare, a não aceitação, ou melhor, ao não termos deliberado a não aceitação, na prática estamos a aceitá-la. Significa que já a temos e podemos prorrogá-la. -----

Vou-lhe dar um exemplo: -----

Há um auto de transferência aí num domínio, que não vem agora ao caso, que ainda não foi assinado e já aqui deliberámos porque há lá exigências que vou fazer à Administração Central, que acho inadmissível o que lá estão a colocar. Já vos vou levantar o véu porque não há... estamos todos à vontade e em nome da transparência, que é no domínio da saúde. Até aqui, por exemplo, só para terem uma ideia, os Senhores Enfermeiros e os Senhores Médicos conduziam o veículo do Centro de Saúde e, a partir de agora, tem que ser um motorista da Câmara que vai lá e nós temos que pagar e isso não está previsto lá naquela coisa e *alto aí travão a fundo*. -----

Isto para dizer que, não nos tendo pronunciado, aceitámos a competência da Ação Social. Logo, temo-la; se a temos, podemos prorrogar ou não prorrogar.” -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD)**: “O Senhor Presidente acabou de me responder e não me percebeu. O Senhor Presidente acabou por dizer que *nós, ao não termos votado, aceitámos a* -----

*competência*. Diz-nos a DGAL claramente que este prazo só pode ser prorrogado no caso em que a Assembleia Municipal deliberou, em tempo, sobre a não aceitação. Ou seja, não tendo nós deliberado a não aceitação, não podemos agora prorrogar. Eu não estou a dizer isto com maldade, estou a cingir-me à factualidade.” -----

- O **Senhor Presidente da Câmara**: “Está a suscitar uma questão, mas está-me a Senhora Vereadora a dizer que - ela acompanha o Pelouro dela e tem acompanhado a par e passo essa matéria - o Governo concedeu essa possibilidade mesmo com esse pressuposto. É que não estava preparada a transferência e, por isso, é que é uma exceção. Foi-nos concedida e, aliás, a nós e a centenas de Municípios.” -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD)**: “A informação transmitida agora não consta da informação que o Estado Central disponibilizou – que diz claramente que só os Municípios que deliberaram a não aceitação desta competência é que agora podem prorrogar o prazo. -----

Portanto, de acordo com a informação prestada pelo Governo da República, como gosta de dizer o PCP, nós não estamos aptos a, neste momento, votar este ponto. Por esta razão, obviamente não queremos obstruir, alertar, vamo-nos abster para a Bancada do PSD não entrar em qualquer conflito.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Transferência de Competências no domínio da Ação Social - Prorrogação do Prazo**, foi a mesma **aprovada por maioria, com 28 votos a favor (PS e os Presidentes de Junta/ União de Freguesias de Ferro, Peraboa, Tortosendo, Orjais, Barco e Coutada, Peso e Vales do Rio), 03 votos contra (PCP) e 09 abstenções (PSD, CDS-PP e Covilhã Tem Força)**. -----

**Não votaram, por não se encontrarem presentes no Auditório, os Senhores Presidentes de Junta/ União de Freguesias de Aldeia de São Francisco de Assis, Dominguiço, Covilhã e Canhoso.**

Foram feitas as seguintes **Declarações de Voto**: -----

- **Doutor Pedro Alexandre Rodrigues Manquinho (CDU - PCP/PEV)**: “A Bancada do PCP votou contra esta prorrogação do prazo, não pela prorrogação do prazo em si, mas pelo assunto que é. A Ação Social, na nossa opinião, como a Educação e a Saúde são competências do Estado Central e não competências das Câmaras, e que, na nossa opinião, nunca deverão ser alvo de transferência de competências.” -----

- **Dra. Joana Petrucci Dias Rocha (CDS-PP)**: “Em nome das Bancadas do CDS e do PSD, que se abstiveram e que pedem que fique reproduzido em ata, como **Declaração de Voto** a intervenção do Senhor Deputado Hugo Lopes, ficando também a constar em ata que foi aqui informado pelo Senhor Presidente da Câmara que existe uma exceção aplicável ao caso da Covilhã e a outros Municípios que desconhecemos. A informação que conhecemos e que está disponibilizada pelo Governo não é nesse sentido e, portanto, queremos que fique a constar isto em ata, por favor. Obrigada.” -----

## 2.9 – REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA DA COVILHÃ

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 11 de março de 2022, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º e ao abrigo da última parte da alínea k) do artigo 33.º do Anexo I do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º, Capítulo II do Regulamento Municipal de Cultura da Covilhã, através do ofício n.º 1407 de 2022.03.14 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal**, antes de submeter o assunto à apreciação, informou que a denominação do ponto é: **Regulamento do Conselho Municipal de Cultura da Covilhã e eleição de um representante**. -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD)** fez uma interpelação à Mesa: “Senhor Presidente, acabou de me responder a uma das dúvidas que eu tinha. -----

A 1.ª dúvida que eu coloco é: o esclarecimento sobre o que é que vimos aqui fazer porque não diz na Ordem de Trabalhos se é apreciação, deliberação ou eleição e já foi dito aqui agora eleição...”

- O **Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** informou que “houve um lapso e está esclarecido. No documento estava lá escrito.” -----

- O **Senhor Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD)**: “Não e, com a sua sensatez, deixem-me clarificar o documento, com a complacência da Mesa, se me deixarem terminar vão todos perceber o que eu estou a dizer. -----

Não dizia no documento e eu passo a explicar porquê. No documento diz isto: *ao abrigo da alínea k), do n.º 2, do artigo 25.º do Anexo à Lei 75/2013 ... passo o resto .... remeter à Assembleia Municipal para os efeitos previstas (presumo que seja previstos) na alínea c), do n.º 1, do artigo 5.º, do Capítulo II do citado Regulamento*. -----

Presumo que seja com base nisto que dizem que há uma eleição. Não pode ser. Além de não estar na Ordem de Trabalhos como eleição, o artigo 5.º, aqui invocado que consta no documento, não tem o n.º 1, nem uma alínea c). O que tem e prevê a eleição de um representante é o artigo 6.º, n.º 1, alínea c). -----

Portanto, no limite, há aqui dois erros: na Ordem de Trabalhos e no documento enviado à Assembleia Municipal que não cita, refere ou invoca o artigo correto sobre a eleição do representante. -----

Em primeiro lugar, eu queria saber, visto que não pode haver aqui eleição porque não consta em qualquer momento na Ordem de Trabalhos ou dos documentos anexos da Câmara e teria que

haver aqui uma alteração à Ordem de Trabalhos e uma previsibilidade para os elementos da Assembleia Municipal, como eu que... -----

Senhor Presidente desculpe lá, fizeram uma Ordem de Trabalhos gigante, há quem tenha trabalhado a Ordem de Trabalhos e os documentos e que quer intervir..." -----

- O **Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal**: "Oh Senhor Deputado, sou eu que tenho letra de médico e a assistente não percebeu. Vá siga!" -----

- O **Senhor Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD)**: "Como estava a dizer, uma eleição não pode aqui acontecer porque não consta nem dos documentos, nem da Ordem de Trabalhos e não dá previsibilidade aos Membros do Órgão, como eu que poderia querer candidatar-me e não tenho qualquer informação sobre essa eleição neste momento. -----

Em segundo, temos que saber se o Regulamento é para votar, apreciar ou para conhecimento. E, portanto, sugerimos a alteração, em primeiro lugar, do Regulamento se é para votar, de nada, para deliberação e a eleição que tenha que vir na próxima Assembleia, temos uma extraordinária este mês, portanto, não há nada que impeça que a eleição não possa ocorrer dentro de duas semanas ou coisa do género." -----

- O **Senhor Presidente da Mesa da Assembleia** colocou à consideração de todos os presentes retirar este ponto da Ordem de Trabalhos. Não havendo objeções, por parte da Câmara nem dos Senhores Membros da Assembleia, **o assunto foi retirado da Ordem de Trabalhos.** -----

## 2.10 – REGULAMENTO DE FUNCIONAMENTO DO MUSEU DA COVILHÃ

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 22 de abril de 2022, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea g), n.º 1, do artigo 25.º, conjugado com a alínea k), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 2085 de 2022.04.22 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores: -----

- **Doutora Mónica Cristina Cerqueira Ramôa (CDU - PCP/PEV) (doc.38)**: "A existência de museus, tal como os conhecemos atualmente, tem origem na Revolução francesa. Foi sob a égide da "Liberdade, Igualdade, Fraternidade", que museus como o Louvre ou o do Prado se estabeleceram. A grande diferença em relação à museologia do Renascimento foi e é, continua a ser, esperamos,

*colocar a arte, a cultura, acessível a todos. Enquanto que no Renascimento a museologia era privada (mesmo quando da Igreja), depois do final do século XVIII, início do século XIX, os museus organizaram-se, cientificamente, e tornaram-se visitáveis por todos. Mais tarde, no século XX, os museus e toda a ciência a eles associada, expandiram a definição de museu. Deixou de ser apenas o lugar onde se guardavam, inventariavam e organizavam obras de arte, para visionamento. Alargaram o seu âmbito, tornando-o incontornável no desenvolvimento de políticas democráticas de fruição cultural, salvaguarda e valorização de património (histórico, artístico, científico, ecológico, tecnológico, entre outros). -----*

*É, pois, como já tivemos ocasião de dizer na altura da sua inauguração, com grande regozijo que saudamos esta iniciativa da Câmara Municipal da Covilhã de estabelecer o Museu da Cidade. É também com satisfação que verificamos que o Museu terá um Regulamento que o tornará apto a parcerias, no âmbito da Rede Nacional de Museus. -----*

*No entanto, gostaríamos de salientar algumas preocupações em relação ao Regulamento ora apresentado. Concretamente, no que diz respeito ao artigo 21.º (Recursos humanos), tendo em vista ao plasmado no artigo 20.º (Competências). No ponto um do Art.º 21.º do Regulamento, em aprovação, é referido, e passo a citar, "O Museu da Covilhã deve dispor de direção técnica assegurada por um(a) técnico(a) superior qualificado(a), a quem compete dirigir e coordenar os serviços, assegurar o cumprimento das funções museológicas e o bom funcionamento do Museu". Enfim, até agora tudo bem, desde que esta coordenação técnica seja de facto especialista e independente do Município, ou seja, e perguntamos, a Câmara Municipal da Covilhã vai abrir processo concursal para o lugar? ... E eis que somos levados a ler o ponto 2 do mesmo artigo e que diz, cito: "A Direção do Museu pode ficar a cargo do(a) correspondente Chefe de Divisão da unidade orgânica, se não houver diretor(a)/coordenador(a) nomeado(a)"... Mas então pergunto: sendo a direção de um museu um trabalho exigente, meticoloso, de estratégia, ou seja, a tempo inteiro, como poderá um ou uma Chefe de Divisão (já com tantas responsabilidades e trabalho), promover o que o Museu deverá promover? Ou apenas se pretende ter "portas abertas"? É esta a intenção da Câmara Municipal da Covilhã? O museu estar apenas de portas abertas? Espero que não! -----*

*Ainda neste artigo 21.º, não conseguimos entender o que um possível "Grupo de Amigos do Museu da Covilhã" tem a ver com os Recursos Humanos. É certo que em muitos Museus de Portugal e da Europa, os "Amigos" dos museus, ajudam nas visitas guiadas, durante o verão e períodos de férias escolares, para dar resposta à maior afluência de visitantes. Mas constituem apenas uma ajuda, em carácter de voluntariado, ao funcionamento dos museus. Aqui, no nosso, o da Covilhã, serão "Recursos humanos" a contar? Este ponto nunca deveria estar neste Artigo 21.º. Perguntamos ainda, e se não se conseguir constituir o tal Grupo dos Amigos do Museu da Covilhã? Quem vai executar todas as competências do Artigo 20.º? -----*

*É também incontornável que para o desenvolvimento de um trabalho sério neste âmbito será necessário, além da coordenação especializada do museu, um(a) técnico(a) especialista nestas matérias. Estará a CMC na disposição da contratação de um(a) técnico(a) especialista para dar apoio à coordenação? -----*

*Julgamos que o “calcanhar de Aquiles” deste regulamento está no seu Artigo 21.º. É fácil perceber que o postulado neste artigo determinará que tipo de Museu teremos na nossa cidade. Um Museu ou uma espécie de espaço de exposição permanente aberta? -----*

*Disse.” -----*

*- Dra. Vânia Sofia Saraiva Neves (PS) (doc.39): “Nos dias que decorrem, os museus, qualquer que seja o tipo de tutela, de modelos, coleções e vocações, assumem um papel importantíssimo a nível cultural na sociedade contemporânea. -----*

*É de facto importante salvaguardar a nossa história e o nosso património, para que possamos sempre recordar, conhecer e dar a conhecer aos nossos descendentes, aos visitantes e turistas, aos que chegam a nós com intuito de saber mais sobre a nossa cidade. É urgente criar memórias, conservar o nosso património móvel e imóvel para que todos os que por cá passem fiquem mais ricos culturalmente e tenham sede de voltar. -----*

*E, a nível autárquico, a realidade museológica tem vindo a comprovar a relevância estratégica deste tipo de equipamentos para a definição de políticas culturais. -----*

*A missão do Museu da Covilhã passa por assegurar a salvaguarda, valorização, estudo, divulgação e fruição do espólio confiado à sua guarda e administração. -----*

*Este regulamento mostra-nos a diversidade de áreas que o museu engloba: na arte (desenho, espólio documental, fotografia, gravura); na arqueologia (arquitetura, cerâmica, epigrafia, ...); na etnologia (tecnologia têxtil, traje) e na história natural (minérios). É deste modo considerado um promotor de educação não formal, sensibilizando os mais jovens para a arte e cultura. -----*

*O Museu da Covilhã é um instrumento divulgativo e lúdico que, utiliza recursos variados, acessíveis e inclusivos, que desvenda e comunique a história do concelho, onde estão incluídos locais, turistas, pessoas com limitações físicas e cognitivas, ou indivíduos de diferentes idades e literacias. -----*

*Ponto este deveras importante: sabemos que a maioria dos museus faz a inclusão através da disponibilização de um audioguia, em várias línguas (para que todos os turistas possam conhecer a nossa história), e neste caso o nosso museu está equipado com todas as condições necessárias para as mais diversas situações de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e/ou portadoras de necessidades especiais (nomeadamente para pessoas com visão reduzida ou nula, com o braille ou com o acompanhamento de um técnico do museu durante toda a visita). -----*

*Este museu procura zelar pelo estudo e divulgação do território e do património (material e imaterial), o seu percurso expositivo vai muito para além do espaço físico e das barreiras sociais, procurando criar um impacto positivo na comunidade. -----*

*Com tudo isto, temos números que falam por si. O número de visitas já registadas, a afluência do público escolar proveniente do concelho e da região, demonstrando assim que se trata de um Museu de Território. -----*

*A CMC tem como objetivo tornar este espaço cultural uma referência a nível regional e até nacional, privilegiando sempre valores cruciais, como a acessibilidade nos diferentes campos, a*

*inclusão e democratização no acesso à arte e à Cultura, com grande destaque neste regulamento o apoio a pessoas com deficiência ou mobilidade condicionada. -----*

*Estão bem claros os Objetivos do Museu da Covilhã no seu regulamento e é através deles que confirmamos a atuação da Câmara Municipal da Covilhã no cumprimento da legislação do Património Cultural, não só no que toca à política de regime de proteção e valorização do Património Cultural, bem como a Lei Quadro dos Museus Portugueses. -----*

*A recolha, a conservação, o inventário e documentação, a investigação e a divulgação da história e património do território concelhio, fazem parte dessa importante missão e é bem visível na ação do Museu da Covilhã, bem como do Serviço de Cultura, em que este se integra. -----*

*Assim concluo que estamos no bom caminho, mais para os nossos covilhanenses, um acesso facilitado ao conhecimento, à Arte e à Cultura. Queremos cativar os nossos e os que por cá passam, queremos que venham e tenham vontade de voltar. Sei que assim será mais fácil de mantermos uma cidade com movimento, com cultura e com turismo. -----*

*Obrigada.” -----*

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** respondeu “ainda genericamente às questões suscitadas pela Senhora Deputada Mónica Ramôa e depois agradecer a boa caracterização e as notas que deu a Senhora Deputada Vânia. -----

Dar nota de que a Direção Regional de Cultura do Centro deu as necessárias orientações para a elaboração deste Regulamento, digamos, harmonizando-o com aqueles que existem noutras paragens e validou-o posteriormente, reconhecendo que estava em conformidade e, portanto, é basicamente isso que eu queria transmitir. -----

A coordenação obviamente ficará com a técnica que tem acompanhado esta tarefa hercúlea e fica bem entregue. Depois há voluntários, há amigos, há filantropos, mecenas e todos eles podem contribuir para esse conceito amplo em torno da Direção. -----

Muito obrigado.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Regulamento de Funcionamento do Museu da Covilhã**, foi a mesma **apreciada e votada por maioria com 26 votos a favor (PS e os Presidentes de Junta/União de Freguesias de Ferro, Peraboa, Tortosendo, Orjais, Barco e Coutada, Peso e Vales do Rio) e 11 abstenções (PSD, CDS-PP, PCP e Covilhã Tem Força)**. -----

**Não votaram, por não se encontrarem presentes no Auditório, os Senhores: Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes (CDS-PP) e os Presidentes de Junta/União de Freguesias de Aldeia de S. Francisco de Assis, Dominguiço, Casegas e Ourondo, Covilhã e Canhoso, Teixoso e Sarzedo. --**

**2.11 – CONCESSÃO DO DIREITO DE USO PRIVATIVO EM ESPAÇO PÚBLICO PARA A INSTALAÇÃO DE 43 PONTOS DE CARREGAMENTO DE BATERIAS DE VEÍCULOS ELÉTRICOS, EM LOCAIS PÚBLICOS DE ACESSO PÚBLICO NO CONCELHO DA COVILHÃ**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 29 de abril de 2022, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea p), n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 2179 de 2022.04.29 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores: -----

- **Eng.º Luís da Silva Rodrigues (PPD/PSD) (doc.40):** “O PSD congratula a iniciativa da Câmara Municipal da Covilhã em dotar as Freguesias do Concelho, em espaço público e de acesso público com postos de carregadores de baterias de veículos elétricos, uma iniciativa pertinente perante o aumento da mobilidade elétrica nos tempos atuais. -----

**Sempre fomos defensores da transição energética, mobilidade e desenvolvimento sustentável, bem como da criação de uma política e sociedade cada vez mais verde.** -----

*Em primeiro lugar, esta proposta só peca por tardia. A Covilhã é atualmente o SEGUNDO município que gasta MENOS em ambiente relativamente ao total das suas despesas: o ambiente representa 0.5% do investimento municipal, ou seja, quase nada. Em 1993 a Câmara gastava 1.638 mil euros em gestão e proteção ambiental, como ar e clima, águas residuais, resíduos, solos e águas, ruído e vibrações ou biodiversidade e paisagem. Em 2020, pelo contrário, só gastava 117 mil euros. Uma redução de 93%, portanto! -----*

*Um concelho parado no combate às alterações climáticas, na transição verde e que, como é isto possível, não tem postos de carregamento de carros elétricos. -----*

*Em segundo lugar, o documento aqui apresentado padece de falta de informação para que possamos ser minimamente rigorosos e responsáveis na sua apreciação e votação, pelo que nos aprez fazer uma extensa quantidade de perguntas: -----*

*Foi realizado um estudo prévio da quantidade de veículos elétricos no Concelho, com o fim de avaliar as necessidades e perspetivas de evolução? -----*

*Que tipo de carregadores de baterias de veículos elétricos vão ser instalados? Semirrápidos de 22 kW, rápidos de 90 kW ou 120 kW, ultrarrápidos de 160 kW, ou uma mistura de todos tendo em atenção a localização da sua instalação? Vai haver algum posto de carregamento de baterias para autocarros elétricos? -----*

*Que critério foi adotado para a sua localização? Tem em atenção a densidade demográfica? Os espaços de lazer, proximidade dos espaços comerciais, interface de transportes públicos assim como a central de camionagem ou a estação dos comboios? -----*

*A zona do Hospital, a Universidade e os parques Industriais do Canhoso e Tortosendo vão ser contemplados? -----*

*Todas as Freguesias vão ter pelo menos um posto de carregadores de baterias de veículos elétricos? À exceção da União de Freguesias Covilhã Canhoso as restantes Freguesias de maior densidade populacional, assim como o Tortosendo, Boidobra, Teixoso entre outras vão ter mais que um posto de carregador de baterias de veículos elétricos? -----*

*Estamos em crer que todas estas dúvidas e outras que aqui não mencionei, não faziam sentido se o caderno de encargos do concurso tivesse sido disponibilizado aos Membros desta Assembleia, pelo que é fácil deduzir que neste contexto o nosso voto tem de ser no sentido da abstenção. -----*

*No Relatório Final da Análise de propostas, é mencionado a adjudicação da conceção dos dois primeiros lotes que são os de maior interesse, assim considerado pelo único concorrente, que lotes são estes? Como foram definidos? Com que critérios? Qual a sua localização? Onde estão as plantas de localização? -----*

*Porque existe uma discrepância tão grande no tempo para a instalação dos primeiros 50% de cada lote, 365 dias, e de 910 dias para a instalação dos restantes 50%? -----*

*Para terminar quero fazer uma última pergunta, mas, não menos importante, está a Câmara Municipal disposta a dar o exemplo da mobilidade elétrica adquirindo veículos elétricos? -----*

*Disse.” -----*

**- Eng.º Pedro Miguel de Melo Bernardo (PS):** iniciou dizendo que “o nosso colega Deputado Luís anda um pouco distraído das assembleias em que temos estado. Penso que recentemente levámos uma retificação orçamental para a aquisição de um veículo elétrico por parte do Município. -----

Tanto quanto sei, o concurso público para esta concessão, para estes 43 postos de carregamento, é público e veio à Assembleia Municipal, onde é discriminado que tipo de carregadores, se é ultrarrápido, se é rápido, ... -----

Já referi isto aqui numa Assembleia, na Faculdade de Ciências da Saúde, que a idade não é tudo e a experiência também não é tudo. Mas, a verdade é que a preparação que temos que ter tem que ter algum cuidado e virmos para aqui capacitados para dar algumas respostas e não nos fundamentarmos sobre essa incapacidade num sentido de voto de abstenção que não faz qualquer tipo de sentido naquilo que foi agora referido.” -----

Seguidamente, fez a seguinte intervenção **(doc.41):** “É colocada a esta Assembleia a discussão e votação a concessão para uso privado de dois de três lotes de espaços públicos para a instalação de postos de carregamento para veículos elétricos. -----

*Esta votação é decorrente da vontade que o executivo municipal teve na criação de um concurso público revelador da determinação de dotar todas as freguesias, desde a Aldeia de São Francisco de Assis a Vale Formoso, de equipamentos cada vez mais essenciais para a mobilidade, procurando assim oferecer um serviço não só às suas populações, mas também dar resposta a quem procura as nossas freguesias e a serra da estrela como destino turístico, com recurso a veículos elétricos. –*

*Esta concessão irá permitir nos próximos 350 dias, dotar o concelho da Covilhã de 16 postos, para além de nos próximos 3 anos termos um total de 32 postos de carregamento rápido e ultra-rápido, disponíveis por um período de 15 anos. É garantido assim, não só um serviço amigo do ambiente, como ainda uma fonte de receita para o município da Covilhã sem investimento financeiro, dado que é responsabilidade da entidade vencedora do concurso a instalação não só dos carregadores, bem como dos demais trabalhos e sinaléticas necessárias. -----*

*A ambição de termos um concelho amigo do ambiente conciliando uma oferta melhorada das condições de turismo para todo o território, é executada com projetos e decisões tal como agora é proposto a esta assembleia. -----*

*Assim e pelos argumentos agora expostos, a bancada do Partido Socialista irá votar favoravelmente à proposta de concessão apresentada, louvando mais uma vez esta iniciativa do executivo camarário.” -----*

**- Doutora Mónica Cristina Cerqueira Ramôa (CDU - PCP/PEV):** “Não estava cá na altura em que este assunto veio e, como não estava cá e mais pessoas não estavam, é uma legislatura diferente e, portanto, os documentos têm que vir na mesma. Acho que todos nós temos o direito e o dever de estar informados para podermos votar em conformidade. -----

Sobre a questão de passar de um património que é público para que os privados o utilizem em seu proveito, ponho sempre algumas questões e algumas reservas. -----

Destes 43 pontos diz-se que pelo menos um será em cada freguesia. A minha questão é: estes pontos em cada freguesia fazem parte da primeira fase ou da segunda? -----

Esta distribuição nas freguesias tem a ver com a população das freguesias, com a percentagem de carros elétricos, ...? Há um estudo ou uma projeção de quanto há de haver? A empresa há de ter esse estudo ou senão não vinha para cá! -----

É dito aí que a empresa vai pagar 5% do preço arrecadado pelo operador nos pontos de carregamento junto ao comercializador da energia. Quanto é que está previsto arrecadar a empresa? Quanto é que é os 5%, mais ou menos? É que estamos a ceder por 15 anos numa área que é uma área que vai ser extremamente competitiva porque a transição energética está aí e vamos ter que a fazer. A que preço é que estamos a emprestar o nosso espaço público? Ou seja, que troco é que temos? -----

A empresa, para vir para aqui, tem estudos e isso está no caderno de encargos que não nos chegou e acho que deveria ser uma coisa que poderíamos ter, já que os negócios públicos não deviam ter nada a esconder, para podermos melhor analisar. -----

Com certeza que não há de ser um valor que já esteja determinado a 100%, mas há de haver uma estimativa ou um intervalo de valores. -----

Sobre a questão dos 15 anos, compreendo que, para a empresa, é um tempo para recuperar o investimento, mas não sei se é um bom negócio para o Município, uma vez que 15 anos nesta área que está agora a efervescer parece-me um prazo muito dilatado. Não é que seja muito os 15 anos, mas para o tipo de uso do espaço público parece-me demasiado. Até porque quando falávamos, por exemplo, da utilização do espaço público para privado para pequenos quiosques e para pequenos negócios, fazia-se ano a ano ou pelo menos (que me lembre) de 2 em 2 anos. -----

Se calhar daqui a 5 anos tínhamos uma proposta muito melhor que esta e estamos agarrados a esta! -----

Senhor Presidente, sabe que as questões que o PCP faz, e eu pessoalmente também, são perguntas com respeito sempre na tentativa de contribuirmos de modo positivo para o Município e para as pessoas do Município e, neste caso, com o património do Município. -----

Concluía dizendo que nos falta informação para podermos ajuizar com responsabilidade esta questão. -----

Atenção: a transição energética – defendemo-la como é lógico. A questão também dos veículos elétricos, temos que ter esta noção de que ainda não sabemos se é esta a solução realmente e, portanto, já estarmos aqui a hipotecar o nosso espaço público a uma solução que não temos a certeza de ser exatamente esta a solução que vai vigorar e lá está a questão dos 15 anos.” -----

- **Eng.º Luís da Silva Rodrigues (PPD/PSD):** “para responder ao Senhor Deputado do PS, não compreendi a agressividade com que iniciou a intervenção porque as questões que pus foram todas questões meramente técnicas e, de facto, se tivéssemos acesso ao caderno de encargos não as tinha colocado, até porque elogiei no início a atitude da Câmara em fazer este tipo de concurso e em implementar este serviço. -----

Em segundo lugar, sou membro desta Assembleia desde as últimas eleições. Não estive noutros mandatos em que o assunto foi discutido e até andei no site da Câmara à procura de informação e não encontrei. Mas digo-vos que na Câmara de Oeiras há muita informação sobre carregadores de carros elétricos, mas aqui não há. -----

Foi só nesse sentido que fiz aquelas perguntas todas. Estou a votar uma coisa e não sei em que é que estou a votar. Não sei quantos carregadores são, as potências deles, ..., nem sequer questionei os 15 anos e nem questiono os 5%! Só questionei a parte técnica. -----

Informe-me com a Efacec e a Efacec disse-me que normalmente essas empresas, quando vão instalar para as câmaras e são eles que têm que fazer o investimento inicial, põem do pior que há. Foi o que a Efacec me disse. Se é assim ou não, não sei porque como não tenho o caderno de encargos para ver o que é que lá está.” -----

- **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS):** “Senhor Deputado, só dar-lhe a nota de que na ata da Assembleia Municipal de 12 de março de 2021, foi definido por esta Assembleia com toda a legitimidade, como temos hoje, as condições do caderno de encargos da concessão. -----

Aquilo que hoje aqui temos é uma outra coisa. A concessão decorreu; houve as alterações que foram também aprovadas por esta Assembleia; houve os concorrentes que apresentaram propostas; e, portanto, tudo isso está de forma pública e transparente. -----

Aquilo que hoje aqui temos é a adjudicação do resultado dessa concessão. -----

Não sei se será, porventura, possível ou desejável que, a cada decisão que tomemos num novo mandato, tenhamos ou nos sintamos impedidos no novo mandato de decidir coisas com base naquilo que foi decidido no passado porque acabámos de aprovar hoje aqui um relatório de gestão e contas de 2021 e esta Assembleia Municipal de 2021 apenas esteve 3 meses. Portanto, votámos esse documento onde  $\frac{3}{4}$  desse documento foi da responsabilidade do outro mandato. -----

Parece-me que são legítimas as suas questões. Recomendo-lhe que consulte as condições do caderno de encargos que estão nesta ata e nestas peças processuais, onde encontrará certamente os esclarecimentos para as dúvidas que coloca.” -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD):** “Agradecer os esclarecimentos prestados, mas continuamos sem saber quantos kW têm, que tipo de carregadores vão ser e se vai haver algum posto de carregamento de baterias para autocarros elétricos ou não. -----

Estas questões foram feitas diretamente e não obtiveram aqui resposta.” -----

- **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS):** “De acordo com o que está no caderno de encargos, temos carregadores rápidos e ultrarrápidos. Os rápidos são carregadores de 50 kW que preveem uma capacidade de carregamento de veículos elétricos em 45 minutos; os ultrarrápidos são carregadores com uma potência elétrica de 160 kW que preveem uma capacidade de carregamento em 20 minutos. -----

Não consigo dizer de cabeça qual é a localização de cada um desses carregadores, mas também neste documento que lhe falei está um mapa onde tem dividido o Concelho da Covilhã em três lotes (onde estão exatamente sinalizados individualmente cada um desses carregadores e qual a potência desses carregadores). -----

Aquilo que lhe posso dizer, enquanto curioso na matéria e atento naquilo que vai acontecendo a nível nacional, é que não conheço hoje nenhum concelho que tenha uma rede de carregadores de carros elétricos com esta capacidade e com esta dimensão. -----

Depois da bancada do PSD ter, nesta Assembleia e nas anteriores, vindo dizer que estamos parados e completamente desertos, muito honra o Partido Socialista comparar-nos a Oeiras que é uma cidade da área metropolitana de Lisboa e com a dimensão que tem. Mas, com esta dimensão (com 43 carregadores elétricos), não tenho a certeza, mas tenho dúvidas de que Oeiras tenha. -----

Esta Câmara Municipal e o Executivo Municipal do Partido Socialista teve a capacidade e o engenho de construir uma solução para uma concessão de veículos elétricos que vai permitir à Covilhã, sem investimento e com remuneração em função daquilo que sejam as vendas da empresa, vir a ter uma rede de carregadores elétricos ao nível do melhor que existe no país. -----

Acho que nos devia orgulhar a todos.” -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD):** “Vou reiterar as palavras do meu colega de bancada que começou a sua intervenção por elogiar e, às vezes, parece-me que nos esquecemos disso, mas tantas vezes aqui ouvimos que só vimos criticar, criticar, criticar, que não apresentamos propostas e nesta Assembleia, pela sétima vez, elogiámos, votámos a favor, apresentámos uma moção com propostas e, portanto, fizemos questões perfeitamente legítimas que devem ser entendidas e levadas como tal – são construtivas. -----

Uma correção: carregadores de 50 kW não são considerados rápidos; os rápidos são carregadores de 90 kW. -----

Uma resposta: a comparação que foi feita com a Câmara Municipal de Oeiras foi relativamente à transparência no site do município e não quanto à dimensão evidente dos municípios. -----

Uma terceira e última nota: e as zonas industriais, terão ou não? -----

Termino da forma como começámos para não se esquecerem: elogiamos esta medida.” -----

- **Lino Fernandes Torgal (PPD/PSD):** “Nem 8 nem 80. Há 4 anos que uso, para trabalho, uma viatura elétrica. A minha pena é que, durante 4 anos, o Concelho da Covilhã não tivesse postos de carregamento. Agora vai estar na senda do desenvolvimento..., mas claro que isso é de aplaudir. Por que é que não haveríamos de estar contentes?! Fico triste é de, durante 4 anos, ter que ir carregar o carro ao Fundão por exemplo! Isso é que fico triste! -----

Agora não vale a pena vir dizer que agora sim é um dos mais desenvolvidos porque também não estivemos cá a dizer durante 4 anos. Somos dos últimos concelhos a ter um posto de carregamento elétrico e realmente fomos dos últimos!” -----

- **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS):** “Convidar o Senhor Deputado Lino Torgal, porventura, para descer à cidade e vai encontrar aqui ao lado do Centro de Inovação Empresarial da Covilhã dois carregadores elétricos onde pode carregar o seu carro já instalado há não sei quanto tempo, mas seguramente há mais de 1 ano!” -----

- **Doutora Mónica Cristina Cerqueira Ramôa (CDU - PCP/PEV):** “Tecnicamente não percebo nada disto, a minha área é de biologia. Não era eleita no último mandato, mas fui buscar os documentos e constato uma coisa boa que é algumas freguesias estão na primeira fase e também constato que em todas as freguesias, excetuando na Covilhã, a potência é baixa, ou seja, a 50 kW o que dá uma média de 45 minutos de carregamento, enquanto que em todos os outros lados é de 20 minutos. Não digo que esteja mal, mas só acho mal com a tal discriminação: o tempo de quem vive nas freguesias vale menos do tempo de quem vive na Covilhã.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, “sobre a localização, todos eles têm coordenadas geográficas e nome da rua. Começa em Vale Formoso o primeiro lote, Aldeia do Souto, Verdelhos, Sarzedo, Orjais, Teixoso, Vila do Carvalho, Canhoso, Ferro e Peraboa. -----

A seguir vêm quatro sítios da Covilhã: Avenida Frei Heitor Pinto, Rua Cidade do Fundão, Rua Professor António Esteves Lopes e Rua Mahatma Gandhi. -----

É verdade o que disse a Senhora Deputada Mónica: as freguesias mais pequenas no sentido populacional do termo têm potência mais baixa, mas por exemplo o Teixoso, Vila do Carvalho e Canhoso já têm média/alta. -----

Lote 2: Covilhã – Quinta do Pinheiro, Sete Capotes, Alameda Pêro da Covilhã, Rua Centro de Artes, Avenida Infante D. Henrique; depois temos o Tortosendo – Rua Dr. Boavida Castelo Branco; Boidobra – Rua da Escola; Dominguizo – Avenida 1.º de Maio; Vales do Rio – Rua das Escolas; Peso – Rua de Santa Maria Madalena; Coutada – Largo Infante D. Henrique; Barco – Rua Direita; Ourondo – Rua da Escola; Casegas – Rua da Eira; Sobral de São Miguel – Rua do Fundo do Lugar; São Jorge da Beira – Rua das Escolas; Aldeia de São Francisco de Assis – Largo da Sobreira; e voltamos à Covilhã e termina o lote 2. -----

Lote 3: Covilhã – Penedos Altos na Rua do Pinho Manso, José Caetano Júnior, Rua Comandante dos Bombeiros Sebastião Santos Júlio e Avenida da Universidade; Cantar Galo – Rua da Indústria; Corte do Meio – Avenida Viriato; Unhais da Serra – Rua das Moutas; Erada – Rua Junta de Freguesia; Paul – Largo do Mercado; e dois nas Penhas da Saúde. -----

As zonas industriais terão a sua vez a seguir. Não se pode fazer tudo de uma vez. -----

No mapa tem as potências e, para além do nome das ruas, tem as coordenadas geográficas.” -----

- **Eng.º Luís da Silva Rodrigues (PPD/PSD)**: “Com essa informação junto da documentação, tínhamos evitado esta discussão toda. Bastava ter essa documentação.” -----

Sugeriu que, em casos idênticos, haja informação da data da sessão da Assembleia Municipal em que o assunto foi alvo de discussão e votação, no sentido de ser mais fácil o acesso a toda a documentação sobre a matéria. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Concessão do Direito de Uso Privativo em Espaço Público para a Instalação de 43 Pontos de Carregamento de Baterias de Veículos Elétricos, em locais públicos de acesso público no Concelho da Covilhã – Adjudicação**, foi a mesma apreciada e votada por maioria com 22 votos a favor (PS, Covilhã Tem Força e os Presidentes de Junta/União de Freguesias de Ferro, Orjais, Barco e Coutada, Peso e Vales do Rio) e 8 abstenções (PSD, CDS-PP, PCP). -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes no Auditório, os Senhores: Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes (CDS-PP), Dr. Nuno Flávio Costa Reis (CDS-PP), Dra. Valéria Alexandra Mendes Garcia (PSD) e os Presidentes de Junta/União de Freguesias de Aldeia de S. Francisco de

**Assis, Dominguzo, Paul, Peraboa, Tortosendo, Unhais da Serra, Casegas e Ourondo, Covilhã e Canhoso, Teixoso e Sarzedo.** -----

Foi feita **Declaração de Voto:** -----

- **Eng.º Luís da Silva Rodrigues (PPD/PSD) (doc.42):** “Os membros da Assembleia Municipal da Covilhã eleitos pela Coligação Juntos fazemos melhor – CDS-PP/PPD-PSD abstiveram-se neste ponto da ordem de trabalhos e fizeram-no pelo fato de concordarem e até congratularam a iniciativa da Câmara Municipal da Covilhã em dotar as Freguesias do Concelho, em espaço público e de acesso público com postos de carregadores de baterias de veículos elétricos. -----

*No entanto, o documento aqui apresentado padece de falta de informação para que possamos ser minimamente rigorosos e responsáveis na sua apreciação e aprovação pelo voto, não tendo sido facultado o acesso ao caderno de encargos e as restantes peças do procedimento a concurso, que determinam à adjudicação em apreço.” -----*

## 2.12 AUMENTO DE VALOR DAS PARTICIPAÇÕES SOCIAIS

### 1. ADERES – ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL ESTRELA SUL – QUOTIZAÇÃO - 2022

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 08 de abril de 2022, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para conhecimento, através do ofício n.º 1885 de 2022.04.11 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores: -----

- **Dra. Vanda Cláudia Raposo Cid Ferreira (PPD/PSD):** “Começo por fazer uma declaração de interesses antes de questionar este ponto. -----

As questões que vou apresentar não põem em causa o reconhecimento da importância da ADERES no território e do seu trabalho meritório na ajuda ao desenvolvimento e crescimento da sua área geográfica de intervenção. -----

Dito isto, digo: estamos aqui neste ponto a analisar um aumento brutal, não de impostos, mas de uma quota em mais de 240 vezes o valor inicial e, para além disso, verificamos um conflito de interesses nesta tomada de decisão. -----

Ora vejamos: -----

- O órgão executivo da ADERES, presidido pelo cidadão Serra dos Reis, fez a proposta de aumento da quota, votada em assembleia. O cidadão Serra dos Reis, Presidente da ADERES, propõe um aumento exorbitante da quota da Câmara Municipal da Covilhã do Vereador Serra dos Reis. Se é um facto que a incompatibilidade foi salvaguardada na votação da reunião da Câmara, como se comprova na ata, não é certo que a mesma incompatibilidade tenha sido salvaguardada na ADERES. Como se justifica este aumento escandaloso de 50 € para 12.000 €? O Senhor Presidente da Câmara que sempre criticou a quotização da RUDE não vê problemas neste financiamento?
- O conflito de interesses não é grave por si só, mas porque a associação aprova projetos ligados ao turismo ... significa que esses projetos têm que ir à Câmara Municipal para aprovação. Um agricultor na zona da ADERES quer fazer um pavilhão agrícola. Candidata-se à ADERES, que aprova. Mas quem aprova o projeto de licenciamento é... o Senhor Vereador do Urbanismo, que é... o Presidente da ADERES. -----
- Ou seja, além da Presidência/Vereação, há a Presidência *versus* Urbanismo.” -----

- **Lino Fernandes Torgal (PPD/PSD):** “Andamos mais ou menos à volta das mesmas questões – dos possíveis conflitos de interesse que aqui possam existir – exatamente porque um Vereador da Câmara da Covilhã também é Presidente do Conselho Fiscal da Beira Serra; de acordo com a ata da Beira Serra, à Câmara Municipal não vai ser aplicada a taxa aplicada aos restantes municípios (em vez de ser 12.012,09 € serão os 7.500,00€). -----

Toda a documentação que nos chega é bastante confusa, não está transparente. Penso que carece de transparência de documentação. Estamos a falar de três associações e por que é que entre elas também não compararão verbas atribuídas?” -----

Relativamente aos conflitos de interesse, referiu estarem no local certo para esclarecer a questão.”

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD)** fez uma interpelação à Mesa: -----

“Diz no documento da reunião de Câmara sobre a quotização da Beira Serra que se propõe “os seguintes procedimentos/formalidades” e, portanto, estamos a falar da 4.ª situação de ou de vício, ou de dúvidas de legalidade, ou neste caso de erros na remessa de documentos de reunião de Câmara para aqui, se é que são há erros neste caso e peço essa clarificação. -----

“*Deliberação da Assembleia Municipal (sob proposta da Câmara Municipal)*” – Não está para deliberação, está para conhecimento, mas diz-nos a Câmara que é para deliberação e que esta deliberação “*deve ser antecedida dos necessários estudos técnicos para aferição da viabilidade económico-financeira e racionalidade económica*” nos termos dos números e artigos do RJAELPL. Ou seja, não temos aqui o ponto para deliberação, mas o documento da reunião diz-nos que é e a Ordem de Trabalhos diz-nos que é para conhecimento. -----

Depois diz-nos ainda que esta deliberação, isto é, o extrato da ata da Assembleia Municipal onde votamos este ponto deve ser remetido ao Tribunal de Contas e comunicada à IGF e à DGAL. -----

O que venho aqui propor, para chegarmos a uma boa condução dos trabalhos, é: ou a alteração da Ordem de Trabalhos (e não estamos preparados para votar) ou retirar o ponto e votar na Assembleia que vamos ter em breve (extraordinária), aprovando isto.” -----

- O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** informou que o ponto era para conhecimento. -----

## 2. BEIRA SERRA – ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 29 de abril de 2022, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para conhecimento, através do ofício n.º 2181 de 2022.04.29 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foi interveniente o Senhor: -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra):** “Uma declaração de interesses – A Junta de Freguesia da Boidobra faz parte da Direção da Beira Serra e, tendo mais conhecimento a propósito disso, informo a Câmara Municipal e a Assembleia que, relativamente a algumas questões que aqui me parecem não estarem muito bem explicadas/clarificadas: -----

Pelo o que percebo estamos perante um documento para conhecimento. Está de acordo com aquilo que nos é enviado pela Câmara Municipal. -----

Na informação técnica que nos é adicionada ao ponto, a Jurista Municipal, “*Atento todo o exposto, e em conclusão, propõem-se os seguintes procedimentos/formalidades:* -----

*8.1. Deliberação da Assembleia Municipal (sob proposta da Câmara Municipal) ...” -----*

Fico aqui um bocadinho confuso: se é para deliberar ou se é para tomar conhecimento porque a Jurista propõe que seja para deliberar. -----

O ponto que aqui está é relativamente ao aumento da quota anual para a Beira Serra para o ano de 2021 e a deliberação diz “... *aprovar o aumento da quotização anual no montante de 2.012,09 € (dois mil e doze euros e nove cêntimos) à Beira Serra – Associação de Desenvolvimento.*” -----

Como está o texto da deliberação parece que estamos, em relação à quota que estava, a aumentar mais 2.012,09 € porque não diz aprovar o aumento da quotização anual para o montante de 2.012,09 €. Só que a quota paga pelo Município da Covilhã à Beira Serra em 2020 foi de 7.500,00 €. Portanto, não há qualquer aumento da quota. -----

A outra questão que se me coloca é que, de todas as entidades de outra natureza que aparecem na caracterização da entidade (já excluindo as entidades associativas municipais, as empresas

locais e as participadas), temos aqui um conjunto de associações (umas 15 associações) e vêm cá 2 e estão referenciadas 3 na informação. -----

Nessa mesma informação técnica é dito que a quota da RUDE é de 42.000 €. Ora, recordo que em Câmara Municipal de 18 de dezembro de 2017 se discutiu essa questão e foi retirado o ponto para estudo dos procedimentos a adotar. E, em 30 de junho de 2020, o Senhor Presidente da Câmara Municipal informou esta Assembleia Municipal que a quota era de 3.500 € X 12 (42.000 €) e, através de uma negociação, passou a ser de 2.000 € X 12 (24.000 €) e fala na redução nos anos de 2016, 2017, 2018 e 2019. -----

A informação técnica vem a dizer que o pagamento à RUDE no ano de 2019 foi de 42.000 €. Em que é que ficamos? -----

Relativamente à questão no concreto da Beira Serra, há um pressuposto a determinada altura das várias etapas que são aqui feitas de que há um aumento e, a partir daí, faz-se toda a deliberação. Era para informar esta Assembleia de que não existe nenhum aumento (tenho conhecimento disso). -----

Outra questão: não se pode igualar aquilo que é uma quota paga anualmente com aquilo que são as participações de capital naquilo que é o tal Regime Jurídico das Empresas Locais e acho que há aqui uma confusão com isto. Ou seja, penso que, nestas associações sem fins lucrativos, o Município da Covilhã tem um voto como têm todos os outros associados. Não estamos a falar de partes de capital, estamos a falar de participações sociais. Acho que há aqui um errado entendimento relativamente a esta matéria, mas salvaguardo a minha impreparação jurídica para isto.” -----

### **3. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

--- Chegado ao período de Intervenção do Público e havendo inscrições, o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** deu a palavra à munícipe: -----

- Senhora **Sílvia Cardona**, veio em nome de moradores, falar sobre o ruído “interno e externo do Bar Fora D’Horas”. Referiu que ninguém consegue descansar nem dormir, havendo inclusive atos de vandalismo e que tinha tido conhecimento que teria havido uma tentativa de violação pelos frequentadores do bar em questão. -----

Da autorização do funcionamento das 06:00 horas às 24:00 horas, informou que esse horário não está a resultar, uma vez que o bar se encontra aberto desde a 01:00 até ao horário “que lhes apetece” e que, caso chamem a atenção para o ruído, são insultados. ---

Solicitou que houvesse uma atenção para o assunto, lembrando a existência de moradores doentes, com alzheimer e demência, crianças e idosos que não conseguem dormir e descansar. -----

--- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** informou que, “infelizmente, estou a par daquilo que a trouxe cá e desse assunto muito desagradável. -----

Costumo dizer que a melhor forma de entendermos os outros é colocarmo-nos no lugar deles; se lá vivêssemos, se gostaríamos de ter esse ruído tão desagradável, às horas mais inesperadas e quando as pessoas querem dormir e repousar. -----

A Polícia de Segurança Pública já me reportou um conjunto de autos de notícia relativamente a diversas (e são muitas) situações, bem como de outras queixas e denúncias feitas acerca do mesmo assunto. -----

Dar-lhe nota que, infelizmente, à luz da Lei não é automática a cassação da licença. Têm que se verificar determinados pressupostos, mas os serviços jurídicos da Câmara Municipal da Covilhã estão a trabalhar no sentido de apurar toda a factualidade, todos os autos, ... de maneira a prosseguirmos esse assunto até ao final com um resultado que esperamos que seja o de evitar que tenham esses incómodos e essas perturbações.” -----

### ENCERRAMENTO DA SESSÃO

--- O Senhor Presidente da Mesa, por se ter chegado ao fim dos trabalhos, deu por encerrada a Sessão eram vinte e uma horas e trinta e cinco minutos, da qual se lavrou a presente ata que, para sua inteira validade e fé, no fim, vai ser assinada: -----

O Presidente,

O 1.º Secretário,

O 2.º Secretário,



(doc.01)

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS  
Assembleia Municipal da Covilhã  
Sessão Ordinária de 09-05-2022

*[Handwritten signatures in blue ink]*

## 1. PAOD

### 1.3. Intervenção política.

Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,  
Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal,  
Exma(s). Senhoras e Senhores Vereadores,  
Exma(s). Senhoras e Senhores Presidentes de Junta,  
Exma(s). Senhoras e Senhores Deputados Municipais,  
Minhas Senhoras e meus Senhores,

Imaginemos ... que em vez de estarmos numa sessão de Assembleia Municipal da Covilhã, no Distrito de Castelo Branco, com aproximadamente 177 mil habitantes, em maio de 2022, em pleno século XXI, ... imaginemos, então, que estávamos num órgão deliberativo da cidade de Khost, na província afegã com o mesmo nome, com cerca de 180 mil habitantes (mais ou menos como o distrito de Castelo Branco) ... Se estivéssemos em Khost, eu não estaria aqui, muito menos sem estar aprisionada numa burka. Como mulher, não teria acesso à atividade política nem a qualquer outra atividade cidadã, nem tão pouco direito à liberdade e à igualdade... Mas o interessante é que esta guerra aos direitos das mulheres, esta guerra aos direitos humanos, no Afeganistão, não merece o cuidado ... o cuidado verdadeiro... das nações europeias, ou americana, ou outras. Claro, esta guerra às mulheres afegãs (eu diria a todas as mulheres) não ataca os interesses económicos de quem manda na Europa. O petróleo afegão e seus derivados continuará a correr para o primeiro mundo, quer as mulheres sejam obrigadas a usar burka quer não... talvez até corram mais se as mulheres continuarem a ser consideradas “uma espécie de humanas”, impedidas de estudar e de se emanciparem...

Mas, na verdade, estamos na Covilhã. E a circunstância das mulheres não é usar uma burka que as aprisione. No entanto, a

Covilhã, é uma cidade que continua a discriminar as pessoas, a maior parte delas, mulheres. Esta afirmação poderá parecer pesada, para alguns e outros pensarão que é desadequada. Ora então, vejamos...

A maior parte dos habitantes que utilizam os transportes públicos no concelho da Covilhã são mulheres, crianças e jovens. Os horários e percursos delineados, continuam, no essencial, os mesmos de há muitos anos, e com provas, mais do que dadas, que não são os ajustados aos interesses da população. Se uma mulher ou jovem ou criança que resida, por exemplo, em S. Jorge da Beira, e tiver que regressar a casa, por qualquer motivo, depois do almoço, não tem nenhum autocarro... a não ser ao final da tarde, depois das 18h30... chegará sempre depois das 19h30 a casa... Isto não é discriminação? Por que é que o tempo destas pessoas vale menos do que o dos que vivem na cidade? Por outro lado, estes percursos, fora da "Grande Covilhã" (seja lá o que isso quer dizer), não tiveram redução de tarifa... e se calhar, ou mesmo de certeza, as condições em que viajam são muito piores do que os que, e bem, tiveram direito a redução de tarifa. Para não falar em transporte aos fins de semana...

Os autocarros continuam "*vintage*", isto é, à moda do século XX. E depois ... ouvimos a narrativa da construção de sociedades de baixo carbono! As bicicletas, não as vemos... pelo menos com a frequência que seria de esperar e que até permitiu a esta empresa ganhar o concurso... para não falar das trotinetes... que, a bem da verdade, não as encontramos, de todo.

É do conhecimento científico e geral de que a mobilidade, melhor dizendo, a qualidade da mobilidade numa cidade e suas freguesias, é condição determinante de desenvolvimento económico, atratividade e aumento da qualidade de vida das populações. Está mais do que estudado e tipificado de que os transportes públicos, os pedonais e os cicláveis são o futuro. São aqueles que garantem o desenvolvimento sustentável e a diminuição do tempo gasto entre o domicílio e as atividades laborais, sociais, culturais e recreativas.

Dois anos passados sobre a promessa de mudança, nesta matéria, ainda não foram criadas condições para que os transportes públicos, pedonais e cicláveis se tornassem, de facto, uma alternativa! Para nem falar dos elevadores... os sempre fora de serviço...

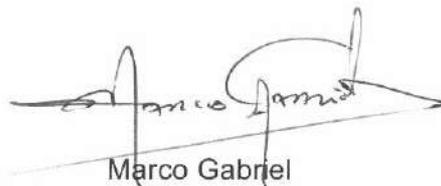
E, ... voltando à burka, são as mulheres, os jovens e as crianças que mais sofrem os efeitos de uma mobilidade anacrónica. É verdade, as mulheres na Covilhã não têm de usar burka, mas sendo as mulheres as que mais utilizam transportes públicos, gostaria de perguntar como é que uma mulher ou um jovem, por exemplo, da Barroca, poderia usufruir da agenda do Teatro Municipal da Covilhã? Teria de andar à boleia? Ou teria de comprar veículo próprio para se deslocar e usufruir de um direito que tem e que é o direito à cultura? Mas como não tem essa capacidade económica, idade para conduzir ou, quiçá, tem preocupações ambientais, deixa de poder usufruir desse direito?

A burka, além de todos os direitos humanos que nega, dificulta a visão, o pensamento, já que provoca enormes cefaleias devido à pressão que faz sobre o perímetro craniano, compromete a ventilação na respiração, impede a liberdade de movimentos. A mobilidade na Covilhã condiciona os movimentos de todos, principalmente os das mulheres. Faz com que a sua qualidade de vida seja pior. Condiciona as suas vidas e o futuro de todos.

Disse.

Os eleitos do PCP:

Pedro Manquinho



Marco Gabriel



Mónica Ramôa



## Intervenção no Período de Antes da Ordem do Dia

08 de Maio de 2022

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal;

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, senhoras e senhores vereadores;

Exmas. e Exmos. Membros da Assembleia Municipal e digníssimos presidentes das juntas de freguesia;

Exmos. Técnicos e funcionários da autarquia;

Exmos. Senhores Jornalistas;

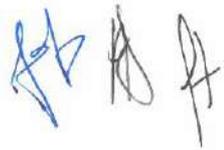
Caras e caros concidadãos,

Julgo poder afirmar que todos concordamos com a importância e o enorme sinal de comunidade, em criar formas de poder partilhar e ampliar a nossa acção, as nossas intervenções e, mais importante ainda, receber os comentários, questões e sugestões dos nossos munícipes. Quero a este propósito, recordando uma das nossas últimas reuniões, questionar se foram desenvolvidos esforços para encontrar resposta à possibilidade da transmissão online das reuniões de Câmara e da Assembleia Municipal?

Gostaríamos que o aliviar das regras de restrição relativas ao COVID não fosse agora o motivo que justificasse a não importância desta medida, que julgamos simples de poder implementar, contribuirá para a democracia e maior transparência da nossa actividade.

Foi igualmente na sequência dos impactos da pandemia, que o Conselho Europeu criou o Next Generation EU, um instrumento de recuperação, a partir do qual se desenvolve o Mecanismo de Recuperação e Resiliência, onde se enquadra o Plano de Recuperação e Resiliência, o tão aclamado PRR.

O PRR prevê a implementação de um conjunto de reformas e investimentos que visam a retoma do crescimento económico sustentado do país, organizados em



20 Componentes, agrupadas em torno de três dimensões estruturantes: a Resiliência, a Transição Climática e a Transição Digital.

Face ao impacto brutal da pandemia na nossa economia, no tecido empresarial, sobretudo em alguns sectores de maior fragilidade, e na sociedade em geral, agravado agora com o impacto da agressão russa contra a Ucrânia, mais do que expectativas elevadas de que este conjunto de medidas e financiamento reformista possam, efetivamente, alavancar a economia, são ao momento uma oportunidade única que não podemos e não devemos desperdiçar.

Contudo, não podemos deixar de o referir com alguma preocupação, olhando aos relatórios de monitorização do PRR o cenário que encontramos é o da canalização destes fundos na sua maioria para entidades e empresas públicas, ou seja, o estado.

**Repare-se nos seguintes factos:**

- Famílias, disponíveis mais de 1.300 M€, com 26 245 candidaturas aprovadas, foram pagos apenas 34M€;
- Instituições da Economia Solidária e Social, 515 M€ disponíveis, com 1515 candidaturas aprovadas, foram pagos 0€;
- Empresas, 2.728 M€ disponíveis, 1370 candidaturas aprovadas, foram pagos 0,1 M€

**Em contrapartida:**

- Entidades Públicas. disponíveis 1.119 M€, 22 candidaturas aprovadas, pagos 168M€;
- Empresas Públicas, disponíveis 1.436M€, 8 candidaturas aprovadas, pagos 210M€.

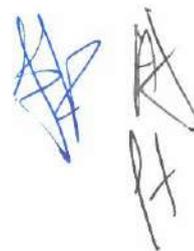


Já no último mês de Março, a Comissão Nacional de Acompanhamento do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), liderada até então por António Costa e Silva, actual Ministro da Economia e do Mar, salientava a importância de verificar se os investimentos estão a produzir os resultados pretendidos e ambicionados no Plano. Referindo-se ainda aos riscos de algumas candidaturas ficarem desertas se as regras forem muito rígidas e não se atender à volatilidade sazonal dos mercados e ao risco na transparência dos processos e na prestação de contas. Além da falta de comunicação, dos recursos humanos, falta uma estratégia mobilizadora da economia, dos projectos e dos cidadãos para este importante e estruturante momento.

A somar a tudo isto, face à importância estratégica das medidas deste programa e tendo sido convidado para funções governativas o Dr. António Costa e Silva, era oportunidade de poder atribuir a gestão e acompanhamento ao relator do documento. Ao invés disso, foi confiado à Sra. Ministra Mariana Vieira da Silva, de quem se desconhece uma única passagem profissional por uma empresa privada ou entidade de iniciativa privada.

A este propósito, ignorando a questão relativa à candidatura chumbada dos parques industriais, gostaríamos de poder questionar o Sr. Presidente se:

1. Lembrando as declarações públicas de um dos vereadores do seu executivo, e não querendo mais apenas “atirar o barro à parede” nestes assuntos tão sérios, considera poder reformular a sua equipa para dotar a CMC de maior resposta para análise e submissão de candidaturas ao PRR e PT2030?
2. Está a CMC em condições de promover o desenvolvimento de candidaturas estruturantes ao PRR e, futuramente do PT2030, junto das empresas e famílias covilhanenses?



3. O tão proclamado balcão do investidor funciona e que dados é possível consultar sobre este?
4. Ainda sobre o tema deste financiamento, pode informar-nos do estado actual e evolução e das candidaturas submetidas pela CMC?

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal e distintos membros desta Assembleia.

Porque falamos de candidaturas, percebendo o avultado investimento que implica, mas da enorme importância estratégica para o nosso município, entendemos fulcral conhecer do estado e iniciativas tomadas relativas ao alargamento do regadio e, conseqüentemente, da área agrícola com esta possibilidade.

Este foi mais um ano, com sinais evidentes da necessidade de acautelar as reservas, de melhorar a gestão dos recursos hídricos e criar mecanismos eficientes de distribuição pelos agricultores. O sector agrícola está cada vez mais exposto a esta exigência da gestão eficiente da água. Precisa cada vez mais do apoio e das iniciativas do poder local por forma a garantir a sustentabilidade das actividades que, no caso do nosso concelho, representam ainda uma importante fatia da nossa economia.

E por isso, Senhor Presidente, relevante que possamos conhecer das iniciativas que a CMC promoveu junto dos diversos ministérios, mas sobretudo junto do Ministério da Agricultura, que nos permitam obter resposta às seguintes questões:

1. Lemos e ouvimos os municípios vizinhos, nomeadamente Castelo Branco e Fundão, empenhados numa resposta conjunta e na construção deste



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'A' and 'H'.

- importante projecto. A CMC tem reunido com os seus vizinhos para a discussão do projecto de alargamento do regadio?
2. Qual o estado do projecto de aumento/ criação de capacidade de regadio, nomeadamente nos territórios que actualmente não beneficiam do regadio da Cova da Beira?
  3. Quais as garantias que pode prestar aos agricultores covilhanenses se, no caso do aumento da disponibilidade a sul da gardunha acontecer, como ficará o abastecimento dos territórios das freguesias da nossa cidade. Recordo que já este ano a Associação de Beneficiários da Cova da Beira, da qual alguns agricultores da nossa cidade fazem parte, informou sobre medidas restritivas no fornecimento de água.
  4. Pode a intenção de prospeção de lítio em algumas das áreas previstas afectar esta distribuição e projecto de aumento de capacidade?

Falando ainda sobre os investimentos associados ao regadio da Cova da Beira, gostaríamos de mais uma vez, sinalizar o estado em que as estradas de acesso rural se encontram. Tem sido um tema recorrente nas nossas intervenções. São precisas acções concretas. Em que fase se encontra o plano de intervenção que apresentou no anterior mandato? Parece-nos importante que fosse apresentado à Assembleia Municipal, plano e cronograma de repavimentação da cidade e freguesias, sem que isto acontecesse em vésperas de actos eleitorais ou por qualquer outra resposta menos técnica, que impediria que qualquer cidade da Europa não intervisse nas suas estradas pela temperatura do seu país.

Por fim, Sr. Presidente, e atendendo que a resposta a esta nossa preocupação, que sabemos ser comum a todos os presentes não constar da informação escrita, gostaríamos que nos pudesse clarificar e informar sobre actual ponto de



*[Handwritten signatures in blue ink]*

Situação relativo aos postos de GNR do Paul e de Unhais da Serra? Em que ponto estamos quanto às obras necessárias?

Covilhã. 9 de Maio de 2022

O Grupo Municipal do CDS-PP

Adolfo Mesquita Nunes, Joana Petrucci Rocha e Nuno Reis



Quero saudar, por ocasião da celebração das suas efemérides, o 36º Aniversário da UBI e o denominado “dia da Europa” que por coincidência também celebra hoje o 36º Aniversário da sua primeira celebração.

À UBI, instituição fundamental e indispensável da nossa cidade e da nossa região, desejamos que para além do prestígio que já alcançou, se projecte para um invejável crescimento sustentado, que cremos crer conseguirá, ainda que com resiliência, atento o seu corpo discente, docente e de funcionários.

Ao dia da Europa, que se inspirou na “declaração Schuman”, baseada numa ideia originalmente lançada por Jean Monnet, que consagra valores como o desenvolvimento económico e social, paz ou solidariedade, desejamos o festejo da paz e da unidade do continente europeu, continente do qual também a Ucrânia faz parte e é parte integrante.

Ucrânia que fustigada pela guerra vê os seus nacionais refugiarem-se onde os possam acolher, como é o caso do nosso Concelho nomeadamente, nas instalações do Seminário do Verbo Divino em Tortosendo.

Que sejam bem-vindos e que se sintam em casa, mas urge perguntar, qual a estratégia do Município para os mesmos???

A protecção temporária de que beneficiam e embora a Covilhã tenha uma missão de acompanhamento, parece-nos importante disponibilizar às várias instituições de como fazer para recrutar estas pessoas, através quer do IEFP ou através da recomendação da UE 2022/554 da Comissão, de 05 de Abril de 2022.

O Município estará a pretender integra-los no nosso concelho, aproveitando nomeadamente incentivos á sua fixação, para contrariar o despovoamento galopante que temos sofrido???

Deixo duas notas finais sobre dois temas a que voltaremos com a insistência devida

Primeiro tema PORTAGENS,

As abolições desejadas e tenuamente prometidas, são sempre transformadas em ultrajantes reduções e mais uma vez esquecidas no



Orçamento do Estado, pelo que se impõe mais ambição e mais insistente exigência, para que se atinja a justíssima abolição.

Segundo tema LÍTIO,

Urge uma abordagem seríssima e sóbria acerca do tema, para não se cometerem os mesmos erros do passado nomeadamente das Minas da Panasqueira.

Ficar á espera do resultado das regras ambientais, de nada valerá ás enormes boas vontades e ao voluntarismo das populações, pois não será a vontade popular a definir as linhas vermelhas, nem a impor as contrapartidas.

Quer num tema quer em outro, as exigências terão que ter sempre participação activa dos órgãos camarários, porque é deles a capacidade de influência no poder central, a que acresce nomeadamente, a melhor estratégia a definir.

Muito Obrigado.



---

Senhor Presidente da Assembleia Municipal  
Senhor Presidente da Camara Municipal  
Senhoras e Senhores Deputados Municipais  
Senhoras e Senhores Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia  
Caros colaboradores do Município  
Minhas Senhoras e Meus Senhores

Na ultima assembleia municipal, tive o privilegio de ser eleito como representante desta Assembleia para o Conselho Municipal do Desporto. Pouco mais de 2 meses depois, apresento-me perante vós na experiencia e realidade que hoje a Covilhã vive.

Contraopondo com a ausência de dialogo vivida em outros tempos que a nossa oposição permanentemente aparenta não ser nada com ela, mas que na verdade continua a ser, a Covilhã é hoje uma cidade que quer ouvir os seus agentes, que promove a sua participação, que integra opiniões através de um contributo plural, instruído pelo conhecimento técnico, mas também de anos de experiencia, para uma gestão municipal cada vez mais participada e próxima dos seus cidadãos e coletividades.

Nestas poucas semanas de atividade do Conselho Municipal do Desporto, o balanço é francamente positivo. Uma afirmação que faço não só pela experiencia pessoal, mas também pelos importantes contributos e participação dos conselheiros presentes.

A pluralidade de realidades que este órgão de conselho à gestão municipal agrega, permite que hoje se debata o desenvolvimento desportivo para a Covilhã de modo a que todas as realidades desportivas, estejam a ser trabalhadas de uma forma integrada, eficiente e eficaz para que num futuro próximo sejam os factos a falar por si e a fazerem da Covilhã uma cidade mais moderna e inclusiva, em que tem o desporto como um dos seus pilares centrais de desenvolvimento de sociedade.

O Conselho Municipal do Desporto deu em poucas semanas conselhos e contributos de indiscutível valor. Do desporto adaptado, ao desporto federado, passando pelo desporto escolar e universitário, a realidade é uma. Na Covilhã, hoje todos contam.

Exemplo disso mesmo foi a proposta de Regulamento Desporto Solidário que muito em breve será discutido e votado por esta Assembleia. Um Regulamento que visa definir regras de acesso a apoio a clubes e jovens para que a condição financeira das famílias covilhanenses, não seja condicionante ao acesso da pratica desportiva das nossas crianças e jovens.

Seja para ricos ou para pobres, tal como na saúde ou na educação, o desporto deve e tem de ser de acesso a todos, em que o Município mais uma vez, não foge à sua responsabilidade e mantém o seu princípio de transparência onde antes de cumprir com as normais regras de consulta pública, submeteu à discussão do Conselho Municipal do Desporto este Regulamento que define as regras de acesso a um importante apoio municipal para as famílias covilhanenses.

Não há que esconder, a versão final da proposta aprovada pelo CMD é um documento melhorado com os contributos dos seus conselheiros, provando em facto, que na Covilhã, hoje todos contam.

E perante a realidade dos factos e rapidez que os mesmos se revelam, aproveito a oportunidade para perguntar à bancada do CDS/PSD se continua a ter hoje como opinião que este órgão da forma como está constituído irá servir para “criar cisões entre coletividades” como vaticinado, ou irá finalmente de forma célere e plural, dar um contributo para que um sustentável desenvolvimento desportivo na Covilhã seja uma realidade?

Sr. Presidente

Senhoras e Senhores Deputados,

Não poderia deixar de aproveitar esta intervenção, e num dia de especial para a Europa mas também de destaque na guerra promovida pela Rússia contra a Ucrânia, sem uma referencia ao trabalho de apoio e solidariedade ao povo Ucraniano desenvolvido na Covilhã.

Se para uns, este conflito que a todos nos atinge de forma direta ou indiretamente serve para afirmações ideológicas, a Covilhã e os Covilhanenses afirmam mais uma vez o seu carácter solidário e humanista nas mais diversas formas. Das manifestações públicas, passando pelo contributo de bens humanitários até ao acolhimento de refugiados, a Covilhã mais uma vez revela do que as suas gentes são feitas, sem grandes alaridos nem aproveitamento da crise humanitária que o mundo vive, sendo o maior exemplo disso a “Missão de Acolhimento Covilhã-Ucrânia”.

Esta missão, para além de nos deixar profundamente orgulhosos das nossas instituições, revela mais uma vez a capacidade que hoje o município tem para desenvolver respostas integradas, com Freguesias, Empresas, Centro Hospitalar, Universidade da Beira Interior e demais instituições públicas e privadas, para os mais difíceis e imprevisíveis cenários, tal como durante a recente crise pandémica vivida.

Esta resposta integrada, apenas é possível quando o ambiente vivido entre todos é um ambiente de positivas e profundas relações institucionais de grande



---

competência e trabalho conjunto em outras experiências. Um trabalho que hoje não só tem a capacidade de receber refugiados tal como acontece, mas acima de tudo oferece a oportunidade de uma nova vida para aqueles que sofrem com a desgraça de uma injustificável guerra em plena Europa.

Um trabalho que hoje acontece, porque na Covilhã, hoje todos contam.



- Sr. Presidente da Assembleia Municipal da Covilhã,
- Sr. Presidente da Câmara,
- Sras. e Srs. Vereadores,
- Sras. e Srs. Membros da Assembleia Municipal,
- Presidentes de Junta de Freguesia,
- Minhas senhoras e meus senhores,

Senhor deputado  
Professor Henrique  
passou por o lto  
pela equestre vedes  
devidores  
abandou a questão  
da mobilidade

Boa tarde.

Gostaria de iniciar esta minha intervenção, convidando-vos a recuar no tempo. Corria o ano de 2016 quando a Câmara Municipal da Covilhã anunciou a pretensão de cobrar um valor pela utilização dos elevadores e funiculares que servem os milhares de pessoas da cidade.

Após este anúncio a população foi auscultada, concluindo-se que os elevadores e funiculares são considerados um bom investimento para a cidade, sendo grandes facilitadores da mobilidade e, manifestando ainda que a sua utilização não deve, seja sob que pretexto, ser cobrada.

Como consequência, os representantes dos movimentos associativo, estudantil, cultural e partidário juvenil de todo o concelho aprovaram, por unanimidade, e sob proposta da JSD, uma moção que recomendava ao executivo que mantivesse a gratuidade destes serviços. O próprio Presidente da Câmara Municipal votou a favor desta gratuidade.

Avançando um pouco no tempo, em 2018 a discussão sobre a introdução da cobrança continuava em cima da mesa, indo contra as deliberações do órgão

consultivo do município e que representa as expressões da juventude covilhanense, e indo até contra o decidido pela Juventude Socialista e aprovado pelo Sr. Presidente da Câmara. De uma Câmara que, ao que parece, tem dois pesos e duas medidas, uma vez que defende reiteradamente a abolição das portagens na A23, mas quer ao mesmo tempo aplicar o princípio do utilizador-pagador nos elevadores, penalizando as novas gerações e os mais idosos ao obrigá-los a pagar a utilização de equipamentos que têm como propósito melhorar a sua qualidade de vida.

Mas o passado já lá vai! Agora, 6 anos depois do início desta discussão, não pagamos pela utilização dos elevadores, mas também não os usamos, já que não estão operacionais. Além disso, aguardamos há meio ano pelo resultado do Concurso público para a concessão do sistema de mobilidade, ao qual concorreram 8 entidades, mas cujos resultados desconhecemos.

Depois de o Sr. Presidente da Câmara reconhecer que os serviços públicos não devem ser pagos, votando favoravelmente a moção apresentada em 2016, devemos ser tolerantes com as falhas de memória características do avançar da idade, porque, afinal, já passaram 6 anos. O que a idade também nos traz é paciência, serenidade e pacatez para aguardar indefinidamente por contratos de mobilidade que farão os grupos mais carenciados e, curiosamente, maiores utilizadores destes equipamentos, pagar para se poderem mobilizar na cidade onde vivem, estudam e trabalham.

Enquanto isso, os jovens com boa condição física podem deslocar-se de bicicleta nas ciclovias que também não existem, apesar da ambígua

sinalização nalgumas estradas da cidade, ou, em alternativa, subir e descer as mais de 100 escadas construídas junto a alguns elevadores, certamente para apoiar cidadãos com mobilidade reduzida.

Quanto à população idosa, questiono qual é o argumento que este executivo defende. Vamos incentivar o exercício físico que é também saudável nesta faixa etária ou vamos resguardá-los, incentivando-os deste modo a ficar em casa, já que são grupo de risco e devem precaver-se da exposição a vírus e outros elementos patogénicos?

Previendo as várias possibilidades de desfecho desta longa história, questiono:

- O pagamento é apenas para turistas, como já foi dito? Para tal, teremos um cartão de identificação de turista ou residente? E quem fiscaliza? Os funcionários que contratarão para cada elevador e funicular?
- Mesmo que tal seja possível, num cenário de Alice nas Maravilhas da Covilhã, será essa uma forma de potenciar o turismo e dinamizar a economia local?
- Por último, e quanto aos estudantes, percentagem muito significativa da população que circula na Covilhã? Como comprovam que são residentes, tendo em mente as condições precárias de muitos que são forçados a estar em situações sem comprovativo de residência na Covilhã?

Ficamos a aguardar pelo epílogo, afinal a paciência é uma virtude.



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS  
Assembleia Municipal da Covilhã  
Sessão Ordinária de 09-05-2022

(doc. 06)

A

## 1. PAOD

### 1.3. Recomendação.

Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,  
Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal,  
Exma(s). Senhoras e Senhores Vereadores,  
Exma(s). Senhoras e Senhores Presidentes de Junta,  
Exma(s). Senhoras e Senhores Deputados Municipais,  
Minhas Senhoras e meus Senhores,

Em virtude do processo de criação de Freguesias, enquadrado pela Lei n.º 39/2021, de 24 de junho, exigir das Assembleias de Freguesia, um conjunto de informações técnicas que não estão na posse das mesmas, nomeadamente, as de acordo com a Eficácia e eficiência da gestão pública (Artigo 6.º da Lei n.º 39/2021, de 24 de Junho):

- a) O relatório financeiro resultante da aplicação prospetiva da Lei nº 73/2013, de 3 de Setembro (Lei das Finanças Locais) que demonstre a viabilidade financeira da Freguesia a criar;
- b) Mapa à escala 1:25000 da área da nova freguesia (a obter na respetiva Câmara Municipal);
- c) Mapa à escala 1:25000 das freguesias de origem, indicando as alterações a introduzir no respetivo território (a obter na Câmara Municipal).

Vimos recomendar à Câmara Municipal da Covilhã que crie um gabinete ou alocue quadros dos seus serviços para dar apoio técnico aos elementos das Assembleias de Freguesia para poderem traduzir e dar seguimento à vontade das populações.

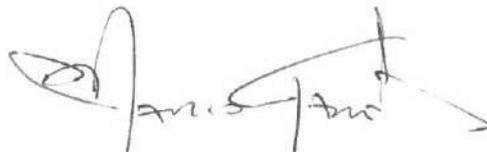
Nestas condições estão as Assembleias de freguesia de:

União de Freguesias de Teixoso e Sarzedo;  
União de Freguesias da Covilhã e Canhoso;  
União de Freguesias de Peso e Vales do Rio;  
União de Freguesias de Casegas e Ourondo;  
União de Freguesias de Cantar Galo e Vila do Carvalho.

Os eleitos do PCP:



Pedro Manquinho



Marco Gabriel



Mónica Ramôa

09/05/2022

Turismo - PS

Senhor Presidente da AM Covilhã,  
Senhor Presidente da CM Covilhã,  
Senhoras e Senhores Vereadores,  
Estimados colegas Deputados Municipais, *E PRESIDENTES DE JUNTA*  
Minhas Senhoras e meus Senhores,

Neste século XXI, o turismo tem sido um dos principais motores de desenvolvimento de Portugal e, após as contínuas tormentas que nos têm assolado desde 2020, espera-se que, ao longo deste ano, continue a sua recuperação gradual. Sendo o 3º município com maior número de dormidas da zona Centro, o 2º do Interior do país e, de muito longe, o 1º da Beira Interior, a Covilhã tem logicamente no turismo uma atividade económica essencial para a sua evolução.

Claro que estes resultados estatísticos advêm em ~~boa~~ parte da neve que, escasseando no resto do continente, a Serra da Estrela ~~nos~~ *Por vezes* fornece ~~com~~ *Nos* ~~relativa~~ abundância de Dezembro até Março. Porém, e como bem notou o executivo, seria um desperdício não usufruir do melhor que o nosso Parque Natural tem para oferecer nos restantes 8 meses do ano. Os planaltos nevados e a Estância de Ski que temos ao nosso dispor continuarão a atrair turistas todos os Invernos, mas o potencial da nossa montanha vai muito para lá dessa sazonalidade, assim nós tenhamos a arte e o engenho para o aproveitar.

E nem arte nem engenho nos tem faltado. Reflexo disso mesmo são os recém-requalificados miradouros da Varanda dos Carqueijais e dos Piornos, cujo inquestionável sucesso nos deixa ansiosos pela conclusão dos outros dois miradouros planeados, o do Covão e o do Alto dos Livros, este último já em construção. Estes miradouros, que nos brindam com paisagens deslumbrantes do nosso território, tornaram-se imagem de marca da Serra da Estrela e contribuem ativamente para que a Covilhã seja um local a visitar em qualquer época do ano.

Handwritten initials in blue ink: "FB", "A", and "R".

Os quilómetros de percursos, qualificados e homologados, que nos levam ao encontro de fascinantes lugares do nosso concelho, aumentam de dia para dia. Em 7 anos passámos de 0 para 200km, espalhados desde a cidade, às nossas vilas, aldeias, encostas e planaltos. Desde caminhos interpretativos de carácter religioso aos que nos levam pela história da Indústria Têxtil. Trilhos que nos guiam à Varanda dos Pastores, ao Curral do Vento, ao Covão do Ferro e apenas nos fazem perder na sensacional vista para o Vale Glaciar da Alforfa.

Hoje, quem vem e atravessa o Zêzere, tem toda uma serra para desfrutar, 365 dias por ano.

De salientar também o papel do Estrela Geopark na dinamização de todo este território. São já vários lugares do nosso concelho classificados como Geosítios, desde a Nascente Termal de Unhais da Serra, ao Aguilhão em Verdelhos, às Minas da Recheira no Barco, às Ardósias de Sobral de S. Miguel, etc.

Não menos importante são os grandes espetáculos, nomeadamente desportivos, que conseguimos manter ou trazer para a Covilhã. Do Lés-a-Lés, ao EstrelaAçor, da Rampa à Volta a Portugal em Bicicleta, são vários os eventos que temos recebido, alguns deles após décadas de ausência, e que permitem uma eficiente divulgação das nossas atrações turísticas e inclusive das nossas freguesias.

Senhor Presidente, Dr. Vitor Pereira.

Por fim não podia deixar de dizer que foi com especial entusiasmo que tomei conhecimento da assinatura do protocolo de cedência dos 2 edifícios da Torre aos 3 municípios que partilham o ponto mais alto de Portugal Continental. Como sabe, sou da opinião que à semelhança do que já acontece com Fundão e Belmonte, a Covilhã deve procurar cultivar uma relação cada vez mais estreita com os concelhos limítrofes da Serra da Estrela, nomeadamente Seia e Manteigas, tendo em vista a criação de sinergias que levem ao desenvolvimento dos nossos *TERRITÓRIOS*



~~territórios~~. Vejo neste protocolo, e no potencial turístico destas duas torres icónicas, um excelente primeiro passo nesse sentido.

Para um amante da serra como eu, é bom ver que a Covilhã aprendeu com os erros do passado, e percebeu que estar de frente para a Cova da Beira não significa que tenhamos de estar de costas para a Serra da Estrela.



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS  
Assembleia Municipal da Covilhã  
Sessão Ordinária de 09-05-2022

(doc. 08)

Handwritten initials and marks in blue ink.

29  
12  
3

## 1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

*Moedas*

**Senhor Presidente da Assembleia Municipal,  
Senhoras e Senhores Deputados Municipais,  
Senhor Presidente da Câmara Municipal,  
Senhoras e Senhores Vereadores,  
Senhoras e Senhores Presidentes de Junta,  
Minhas Senhoras e meus Senhores,**

Para a imensa maioria do povo português, a vida está mais cara, mais difícil e injusta: a cada dia que passa, o salário e a pensão de reforma ficam mais curtos para despesas cada vez maiores, com o fim do mês cada vez mais longe.

Esta é a realidade com que se confronta quem vai às compras para levar comida para casa, quando paga as contas da luz, água, gás, renda e prestações, telecomunicações, combustíveis, seguros, portagens, medicamentos e todo o conjunto de despesas com que cada um se confronta.

Os dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística apontam aumentos de preços ("variação homóloga do Índice de Preços no Consumidor de 5,3%") como o valor mais elevado desde junho de 1994, quase três décadas atrás!

Enquanto os preços dos combustíveis batiam todos os recordes, a GALP distribuiu em dividendos entre os seus acionistas a módica quantia de mil milhões de euros! E o mesmo exemplo pode-se estender aos lucros da EDP, das grandes empresas de distribuição ou na banca.

O Governo não pode fechar os olhos a esta realidade nem à especulação que está em curso. O que se exige é a defesa e proteção das famílias face ao aumento geral dos preços e não a



complacência com a especulação.

A subida imparável dos preços, associada a lucros fabulosos por parte dos grandes grupos económicos, não é uma fatalidade inevitável.

A inflação é, em alguns casos, consequência direta da guerra e das sanções – mas é, em muito mais situações, resultado do seu aproveitamento como pretexto para subidas especulativas de preços.

**A Assembleia Municipal da Covilhã, reunida em Sessão Ordinária, a 9 de Maio de 2022, delibera Propor ao Governo e à Assembleia da República que decretem:**

1. Que seja criado um novo preço de referência dos combustíveis, baseado nos custos reais de compra e refinação do barril de petróleo;
2. A possibilidade de fixação de margens máximas, definindo uma margem não-especulativa;
3. A fixação de uma contribuição extraordinária sobre os lucros das petrolíferas que resultam da apropriação de margens especulativas;
4. O fim do chamado "adicional ao ISP";
5. O fim da dupla tributação dos combustíveis, acabando com a situação em que o ISP paga IVA;
6. A redução da incorporação obrigatória de biocombustíveis para os 5%, em vez dos atuais 11%, que terá impacto direto na redução do preço pago pelos consumidores;
7. A reposição do IVA a 6% para a energia elétrica, gás natural, gás butano ou propano engarrafado e canalizado, assim como a extensão das tarifas reguladas, permitindo a celebração de novos contratos iniciais neste regime;
8. O aumento da capacidade produtiva por forma a assegurar o fornecimento dos bens alimentares, reduzindo a dependência externa, evitar a escassez de alimentos e travar o aumento especulativo de preços;
9. O aumento geral dos salários por forma a acompanhar a inflação;
10. O aumento das pensões.

**Os Eleitos do PCP**

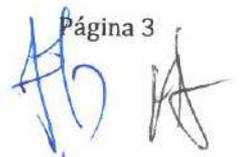
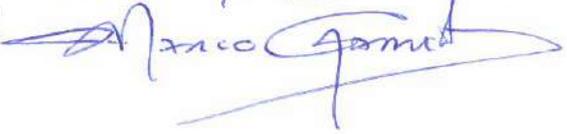
Mónica Ramôa



Pedro Manquinho



Marco Gabriel



Voto de Pesar - PCP

Foi com profundo pesar que recebemos a notícia do falecimento de Manuel Carrola Nascimento.

Manuel Carrola Nascimento foi um cidadão ativo na vida e luta dos trabalhadores e do povo do concelho da Covilhã e do Distrito de Castelo Branco, profundamente ligado ao Movimento Sindical Unitário, à União dos Sindicatos de Castelo Branco e ao Sindicato dos Têxteis, mas também ao Movimento Associativo da Covilhã.

Manuel Carrola Nascimento foi membro da Direção da Organização Regional de Castelo Branco do PCP, da Comissão Concelhia da Covilhã e foi eleito na Assembleia Municipal da Covilhã e na Assembleia de Freguesia da Conceição.

Ao longo de toda a sua vida, Manuel Carrola Nascimento empenhou-se na luta, pela liberdade e a democracia, por uma sociedade nova liberta da exploração.

A Assembleia Municipal da Covilhã, reunida em 9 de Maio de 2022, lamenta profundamente o falecimento do Manuel Carrola Nascimento e apresenta as mais sentidas condolências à sua família e amigos.

Assembleia Municipal de 9 de Maio de 2022



## União das Freguesias de Covilhã e Canhoso

(doc. 10)

Handwritten signatures in blue ink.

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA COVILHÃ

#### Voto de Pesar pelo falecimento de Manuel Carrola Nascimento

Cidadão com excelentes virtudes humanas, mas também com grande contributo dado à sociedade, através da sua participação cívica, nomeadamente como membro da Assembleia de Freguesia da Conceição e também nesta própria Assembleia Municipal da Covilhã;

Enquanto dirigente associativo desempenhou várias funções (sendo Presidente CCD do Rodrigo);

Foi ainda como dirigente sindical, onde ocupou funções diretivas na União de Sindicatos de Castelo Branco.

Venho, em nome da União de Freguesias de Covilhã e Canhoso, propor que a Assembleia Municipal da Covilhã, na sua reunião ordinária de 8 de Maio de 2022, aprove um voto de pesar pela morte do Sr. Manuel Carrola Nascimento.

Covilhã, 8 de Maio de 2022

A União das Freguesias de Covilhã e Canhoso

## Proposta

Voto de pesar pelo falecimento de **Manuel Carrola do Nascimento**, de 77 anos.

Dedicou muito da sua vida ao sindicalismo, ao poder local democrático, e ao associativismo, tendo exercido com competência e retidão essas funções.

Foi dirigente da União de Sindicatos de Castelo Branco da CGTP-IN, atual Coordenador distrital da Inter-reformados e foi também dirigente e Presidente do CCD do Rodrigo. Foi ainda dirigente do Partido Comunista Português e autarca na Assembleia Municipal da Covilhã e na Assembleia de Freguesia da Conceição

A título de reconhecimento do valioso contributo que deu à causa pública na defesa dos direitos dos trabalhadores, apresentamos este voto de pesar.

Do teor deste voto de pesar, será dado conhecimento aos familiares.

O Grupo da Bancada do Partido Socialista

*[Handwritten signatures in blue ink]*  
Manuel Carrola do Nascimento  
Vitor  
José  
Afonso Gomes  
Vânia Neves  
Vitor



*[Handwritten signature]*

## Voto de Pesar

**Covilhã, 9 de maio de 2022**

Em 3 de maio de 2022 faleceu o Maestro Manuel Macedo Campos Costa, figura ímpar no panorama cultural da nossa cidade e região.

O Maestro Campos Costa esteve envolvido em várias instituições do concelho, tendo sido fundador do Conservatório Regional de Música da Covilhã, e do Coro Misto da Academia Sénior da Covilhã. Foi o principal impulsionador dos concursos internacionais de instrumentos enquanto delegado na Covilhã da Juventude Musical Portuguesa.

Uma das figuras maiores da cultura na Covilhã, será sempre lembrado pelo seu determinante papel no desenvolvimento e promoção cultural do concelho.

A título de reconhecimento do contributo que deu na promoção da cultura do concelho, apresentamos este Voto de Pesar lamentando a perda de uma das mais importantes personalidades da Covilhã, devendo do seu teor ser dado conhecimento à família.

Os membros dos grupos do CDS e do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã,

Adolfo Mesquita Nunes,

Vanda Ferreira,

Joana Petrucci Rocha,

Valéria Garcia,

Hugo Ferrinho Lopes,

Lino Torgal,

Luís Rodrigues

Nuno Costa Reis.



## União das Freguesias de Covilhã e Canhoso

(doc. 13)

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA COVILHÃ

#### **Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Maestro Manuel Macedo Campos Costa**

A sua forte participação na vida cultural e artística da Covilhã, fizeram dele uma personagem marcante e inesquecível da nossa cultura.

Entre tantas outras ações, realçamos a criação do Conservatório Regional de Música da Covilhã, a Direção do Coro Misto, o impulso que deu para a 1.ª edição do Concurso de Piano “Cidade da Covilhã” ou ainda o contributo vital no aparecimento do Concurso de Piano “Júlio Cardona”.

Foi ainda professor de Canto Coral no Liceu Heitor Pinto e em mais tarde criou o Coro Misto da Academia Sénior da Covilhã.

Venho, em nome da União de Freguesia de Covilhã e Canhoso, propor que a Assembleia Municipal da Covilhã, na sua reunião ordinária de 8 de Maio de 2022, aprove um voto de pesar pela morte do Maestro Manuel Macedo Campos Costa.

Covilhã, 8 de Maio de 2022

A União das Freguesias de Covilhã e Canhoso



## Proposta

Voto de pesar pelo falecimento de **Manuel Macedo Campos Costa**, de 93 anos. Foi fundador do Conservatório Regional de Música da Covilhã, tendo-se dedicado à arte da música, com conhecimento, saber e sensibilidade.

Detentor de uma personalidade incomparável, o Maestro Campos Costa era reconhecido pelo seu humanismo, profissionalismo e marcante sentido de justiça.

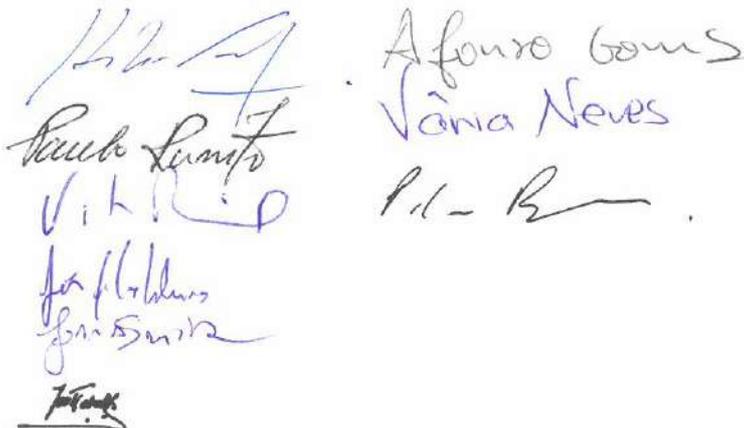
Foi delegado na Covilhã da Juventude Musical Portuguesa, tendo participado, empenhadamente, na organização de diversas edições do Concurso Internacional de Instrumentos de Arco "Júlio Cardona".

Promoveu o ensino da música e divulgou as obras de vários compositores, enriquecendo o panorama cultural e artístico covilhanense, motivos que levaram a Câmara Municipal da Covilhã a prestar-lhe uma justa e merecida homenagem em 2019.

A título de reconhecimento pelo seu empenho e dedicação em prol da cultura e da música, apresentamos este voto de pesar.

Do teor deste voto de pesar, será dado conhecimento aos familiares.

O Grupo da Bancada do Partido Socialista



Afonso Gomes  
Vânia Neves  
P. L. R.

HA



## Voto de Pesar

**Covilhã, 9 de maio de 2022**

Em 31 de março de 2022 faleceu Maria de Los Dolores Tejada Garcia Mesquita Nunes.

Mary Loly, como todos a conheciam, partiu ficando no coração daqueles com quem se cruzou.

Mulher, mãe, avó, irmã, tia e amiga extremosa e dedicada como poucos conseguem ser, dedicou a sua vida aos outros e nesse percurso foram muitos os covilhanenses que tocou e ajudou com a sua intransigente defesa de quem mais precisa.

Foi uma presença assídua na Conferência de São Vicente de Paulo da Conceição, a que pertencia, tendo sido uma vicentina a tempo inteiro e, nessa condição, dedicou muito da sua vida à defesa dos mais desfavorecidos, procurando sempre suprir algumas das suas necessidades.

O apoio social e assistencial faz-se de mulheres e homens que, de forma anónima e abnegada, cuidam, protegem e dão esperança a quem mais precisa.

A Mary Loly era uma dessas mulheres, sempre prontas a cuidar, com dedicação desinteressada, que engrandecem o movimento social e assistencial.



Era viúva de Luís Filipe Mesquita Nunes, o primeiro Presidente da Comissão Administrativa da Covilhã, a seguir ao 25 de Abril e que exerceu também o cargo de Presidente da Assembleia Municipal da Covilhã.

A título de reconhecimento do contributo que, de forma altruísta, deu em favor de quem mais precisa, engrandecendo o movimento social e assistencial da Covilhã, apresentamos este Voto de Pesar, devendo do mesmo ser dado conhecimento à família.

Os membros dos grupos do CDS e do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã,

Adolfo Mesquita Nunes,

Vanda Ferreira,

Joana Petrucci Rocha,

Valéria Garcia,

Hugo Ferrinho Lopes,

Lino Torgal,

Luís Rodrigues

Nuno Costa Reis.

Exmo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

Exmos Membros da Mesa da Assembleia Municipal

Exmo Senhor Presidente da Câmara Municipal

Exmas Senhoras e Senhores Vereadores

Exmas Senhoras e Senhores Membros da Assembleia Municipal

Senhores funcionários do Município

Senhores representantes dos órgãos de comunicação social

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Nascido em 03 de Maio de 1995, faleceu no passado dia 21 de Março de 2022, o covilhanense, Agente da PSP, Fábio Micael Serra Guerra,

Considerado por todos como uma extraordinária pessoa, dedicado á família, educado, humilde, solidário, excelente profissional, disponível para ajudar o outro, acabou por falecer na sequência de um acto de generosidade, ao tentar restaurar a paz pública, revelando um superior sentido de missão.

Tal como referiu o Excelentíssimo Senhor Presidente da República “que seja recordado pela sua abnegação, coragem e dedicação ao serviço do próximo e da segurança pública”

Assim, propõe-se a esta Assembleia que seja aprovado UM VOTO DE PESAR, pelo falecimento do Agente Fábio Guerra.

Por fim mais se solicita que caso o voto seja aprovado, seja comunicado aos seus familiares, com as sentidas condolências.

Antes da intervenção iria apresentar um voto de pesar pelo falecimento do Agente Fábio Guerra



(doc. 17)

Handwritten signatures in blue ink.

## União das Freguesias de Covilhã e Canhoso

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA COVILHÃ

#### Voto de Pesar pelo falecimento de Fábio Micael Serra Guerra

Residente no nosso concelho, agente da PSP e que, como é do conhecimento público, foi barbaramente agredido no dia 19 de Março de 2022, tendo vindo a falecer dois dias depois.

Pessoa reconhecida por todos como de trato fácil e imensa amabilidade, tinha ainda uma participação ativa na sociedade, manifestada das mais diversas formas, desde a sua intervenção cultural, passando pela participação cívica e atividade associativa e desportiva.

Venho, em nome da União de Freguesia de Covilhã e Canhoso, propor que a Assembleia Municipal da Covilhã, na sua reunião ordinária de 8 de Maio de 2022, aprove um voto de pesar pela morte do Sr. Fábio Micael Serra Guerra.

Covilhã, 8 de Maio de 2022

A União das Freguesias de Covilhã e Canhoso

## Proposta

Voto de pesar pelo falecimento de **Fábio Micael Serra Guerra**, de 26 anos.

Nascido na Covilhã, foi também aqui que cresceu, estudou e desenvolveu várias atividades ligadas à prática desportiva.

Enveredou pela carreira de agente da PSP e, apesar de muito jovem, desempenhava com empenho e dedicação a função de defender a segurança dos cidadãos.

E foi no cumprimento dessa função que este nobre covilhanense perdeu a vida. Porque apesar de não se encontrar de serviço, Fábio Guerra assumiu por inteiro a sua missão de agente de segurança. Com um imensurável sentido de responsabilidade, na tentativa de fazer cessar as agressões entre alguns cidadãos, decidiu intervir para repor a ordem pública.

É de todos conhecido o trágico desfecho desta situação. A PSP ficou mais pobre, a Covilhã ficou de luto e os familiares de Fábio Guerra enfrentam uma dor insuperável.

Justiça será feita, mas a perda é irreparável.

O jovem Fábio regressou à Covilhã e, neste berço que o viu nascer, repousará na sua última morada.

Regressou, mas não voltará a percorrer as ruas da Covilhã, não voltará a visitar os seus pais, os seus familiares, nem voltará a cumprimentar e a conviver com os seus amigos.

Um dia, o jovem Fábio jurou “honrar todos os que tombaram ao serviço da Ordem, e na defesa da Sociedade, e dar a própria vida se preciso for”.

Jurou e cumpriu.

Hoje, faz parte daqueles que tombaram e por isso todas as honras lhe são devidas.

A título de reconhecimento pela sua coragem e nobreza apresentamos este voto de pesar.

Do teor deste voto de pesar, será dado conhecimento aos familiares.

O Grupo da Bancada do  
Partido Socialista

*M. A.*  
*Raulo Henriques*  
*Vitor*  
*J. Almeida*  
*José*  
*Afonso Gomes*  
*Vânia Neves*  
*Liliana*  
*J. Almeida*



*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

Covilhã, 09 de Maio de 2022

### **Voto de Pesar e Entrega de Condecoração a título póstumo no dia da Cidade**

Fábio Guerra, jovem covilhanense, filho, irmão, **Homem Bom** da nossa terra, agente das forças de segurança que exercia a sua profissão na área metropolitana de Lisboa deixou-nos recentemente de forma trágica. Todo o país se uniu na condenação da violência desmesurada e gratuita da qual foi alvo por parte de outros agentes das forças militares. Contudo, é impossível não sentir ainda uma profunda revolta e consternação enquanto se aguarda que a justiça seja feita.

As palavras devem ser ditas: Fábio Guerra foi "espancado à porta de uma discoteca em Lisboa enquanto separava uma rixa entre fuzileiros" (<https://cnnportugal.iol.pt/discurso-directo/morte/gouveia-e-melo-censura-ataque-selvatico-desproporcional-e-despropositado-a-fabio-guerra-em-discurso-aos-fuzileiros/20220325/623d7efb0cf21847f0b37473>).

Pais, irmãos e amigos anseiam pela reposição da justiça neste que foi, segundo o Comandante Supremo da Armada, um "**ataque selvático, desproporcional e despropositado**". "O Agente Fábio Guerra era a nossa pátria, a PSP e as Forças de Segurança são a nossa pátria e nela todos os nossos cidadãos", afirmou Gouveia e Melo, que censurou "os desacetos e rixas" e sublinhou que quando vê alguém "a pontapear um ser caído no chão, vejo um inimigo de todos



nós, dos seres decentes, **vejo um selvagem, vejo o ódio materializado e cego, vejo acima de tudo um verdadeiro covarde**".

Os Grupos Municipais do PSD e do CDS-PP na Assembleia Municipal da Covilhã propõem que o órgão, aprovando este voto de pesar:

1. Enderece à Família e aos Amigos as mais sinceras e sentidas condolências, próprias destes momentos de tristeza, mas também a solidariedade e o sentimento de revolta e consternação que todos partilhamos.
2. Recomende à Câmara Municipal que, no uso das suas competências, atribua uma condecoração a Fábio Guerra, a título póstumo, no dia da Cidade (20 de Outubro), em moldes e qualidade a decidir pelo órgão executivo, no respeito pelas suas competências.

Os membros dos grupos do PSD e do CDS na Assembleia Municipal da Covilhã,

Adolfo Mesquita Nunes,

Hugo Ferrinho Lopes,

Vanda Ferreira,

Lino Torgal,

Joana Petrucci Rocha,

Luís Rodrigues,

Nuno Costa Reis,

Valéria Garcia

(doc. 20)



## União das Freguesias de Covilhã e Canhoso

Handwritten signatures in blue ink.

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA COVILHÃ

#### Voto de Pesar pelo falecimento de Luís Filipe Serra da Silva

Era, ao momento da sua morte, Presidente da Direção de uma das instituições do nosso concelho, a LAPA - Liga dos Amigos dos Penedos Altos.

Desempenhou sempre um papel ativo e dinâmico no associativismo local, tendo tido também funções diretivas na Banda da Covilhã.

Venho, em nome da União de Freguesia de Covilhã e Canhoso, propor que a Assembleia Municipal da Covilhã, na sua reunião ordinária de 8 de Maio de 2022, aprove um voto de pesar pela morte do Sr. Luís Filipe Serra da Silva.

Covilhã, 8 de Maio de 2022

A União das Freguesias de Covilhã e Canhoso

## Proposta

Voto de pesar pelo falecimento de **Luís Filipe Serra da Silva**, de 65 anos.

Foi técnico de laboratório de física na UBI - Universidade da Beira Interior.

Atualmente, exercia com empenho e dedicação as funções de Presidente da Lapa - Liga dos Amigos do Bairro dos Penedos Altos.

A título de reconhecimento apresentamos este voto de pesar.

Do teor deste voto de pesar, será dado conhecimento aos familiares.

O Grupo da Bancada do Partido Socialista

*Helio G.*  
*Ricardo Almeida*  
*Vitor*  
*Luís Filipe*  
*José António*  
*Afonso Gonçalves*  
*Vania Neves*  
*Roberto*  
*João*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA COVILHÃ

SESSÃO ORDINÁRIA DE 09 DE MAIO DE 2022

### VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE LUÍS SILVA

- Sr. Presidente da Assembleia Municipal da Covilhã,
- Sr. Presidente da Câmara,
- Sras. e Srs. Vereadores,
- Sras. e Srs. Membros da Assembleia Municipal,
- Presidentes de Junta de Freguesia,
- Minhas senhoras e meus senhores,

Os grupos do PSD e CDS na Assembleia Municipal da Covilhã manifestam o seu pesar pelo falecimento de Luís Filipe Serra da Silva, técnico reformado do laboratório de física da Universidade da Beira Interior e presidente da direção da Liga dos Amigos dos Penedos Altos.

O impacto do movimento associativo da Covilhã na sociedade covilhanense é inegável, sendo de louvar aqueles que manifestam a coragem e determinação de se dedicar a causas sociais como a LAPA.

A vertente humanitária e o jeito familiar com que Luís Silva encarava esta associação merecem o profundo respeito e admiração de todos. Ainda que a duração das suas funções institucionais tivesse ficado aquém do que todos desejaríamos, Luís Silva foi desde sempre reconhecido como homem de causas, homem de bem e homem honroso.

Pela marca que deixou na comunidade e na nossa cidade, não podemos deixar de homenagear este concidadão e, por isso, os membros desta Assembleia pelos grupos do PSD e CDS propõem que a aprovação de um voto de pesar, apresentando sentidas condolências aos familiares enlutados, amigos e a todos os que sentem profundamente a sua ausência.

Os membros dos grupos do PSD e do CDS na Assembleia Municipal da Covilhã,

Hugo Ferrinho Lopes,

Vanda Ferreira,

Lino Torgal,

Joana Petrucci Rocha,

Luís Rodrigues

Nuno Costa Reis,

Valéria Garcia,

Graça Castelo-Branco



(doc. 23)

Handwritten initials and signatures in blue ink.

## União das Freguesias de Covilhã e Canhoso

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA COVILHÃ

#### Voto de Pesar pelo falecimento de Henrique do Patrocínio Farias

#### Bichinho

Cidadão dinâmico e ativo, foi autarca na Junta de Freguesia de São Pedro, desempenhando aí as funções de Secretário.

Foi ainda Delegado do INATEL e Dirigente associativo de várias coletividades da Covilhã.

Venho, em nome da União de Freguesia de Covilhã e Canhoso, propor que a Assembleia Municipal da Covilhã, na sua reunião ordinária de 8 de Maio de 2022, aprove um voto de pesar pela morte do Sr. Henrique do Patrocínio Farias Bichinho.

Covilhã, 8 de Maio de 2022

A União das Freguesias de Covilhã e Canhoso



(doc. 24)

Grupo Parlamentar do Partido Socialista

*[Handwritten signatures and initials]*

## Proposta

Voto de pesar pelo falecimento de **Henrique Patrocínio Farias Bichinho**, de 87 anos.

Pessoa de estatuto reconhecido, destacou-se particularmente no desempenho de funções autárquicas e associativas.

No seu percurso político, foi fundador do Partido socialista na Covilhã e foi secretário da extinta freguesia de S. Pedro; na sua ligação ao associativismo, foi delegado do Inatel e foi dirigente de várias coletividades.

Pelo seu contributo social e político e a título de reconhecimento apresentamos este voto de pesar.

Do teor deste voto de pesar, será dado conhecimento aos familiares.

O Grupo da Bancada do  
Partido Socialista

*[Handwritten signatures]*  
Paulo Branco  
Vit. R. P.  
Hilário  
João Simão  
Afonso Gomes  
Vânia Neves  
A. L.  
*[Signature]*

Voto de Pesar – PCP

Foi com profundo pesar que recebemos a notícia do falecimento de Luis Alberto Godinho Amoreira.

Luis Alberto Godinho Amoreira, natural e residente no Fundão, foi um cidadão exemplar, um professor dedicado e um militante comunista reconhecido e muito respeitado.

Foi em Coimbra que se iniciou na luta antifascista, participando na campanha de Humberto Delgado, na luta contra o decreto 40 900 e sendo um dos 402 subscritores do manifesto estudantil de 1959 pedindo a demissão de Salazar.

Licenciado em Física iniciou a sua vida profissional na Junta de Energia Nuclear, mas foi como professor que desenvolveu a sua carreira profissional.

Após o 25 de Abril de 1974 foi Diretor da Escola do Magistério Primário da Guarda, esteve ligado aos primeiros anos do funcionamento do Instituto Politécnico da Covilhã e lecionou na Escola Secundária Frei Heitor Pinto, onde exerceu o cargo de Presidente do Conselho Diretivo de 1984 a 1986.

Porque muito estimado por colegas e alunos, após a sua aposentação, foi atribuído o seu nome a um dos laboratórios da escola em reconhecimento do seu trabalho e dedicação.

Luis Alberto Godinho Amoreira esteve também ligado à criação do Sindicato dos Professores da Região Centro.

Ao longo de toda a sua vida, Luis Alberto Godinho Amoreira empenhou-se na luta, pela liberdade e a democracia, por uma sociedade nova liberta da exploração.

A Assembleia Municipal da Covilhã, reunida a 9 de Maio de 2022, lamenta profundamente o falecimento do Professor Luís Alberto Godinho Amoreira e apresenta as mais sentidas condolências à sua família e amigos.

Assembleia Municipal da Covilhã, 9 de Maio de 2022



## Proposta

Voto de pesar pelo falecimento de **Fernando Jorge Landeira**, de 49 anos.

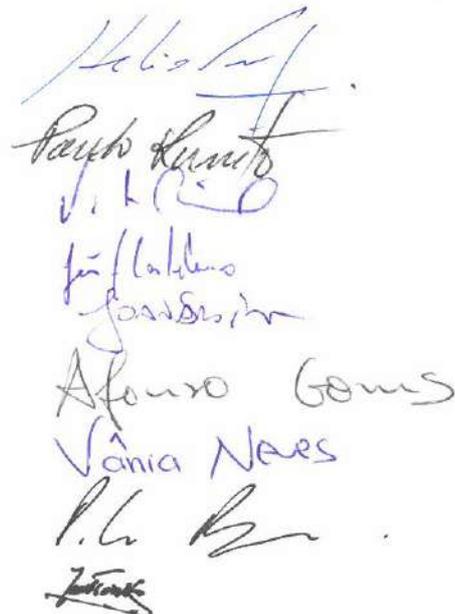
Não sendo natural da Covilhã, mas aqui vivia e trabalhava. Dedicou 18 anos ao Teatro das Beiras onde além de ator, também trabalhou na área da cenografia.

Sendo uma pessoa de grande sensibilidade, também colaborava com a associação Coolabora na defesa das suas causas e na promoção de uma sociedade mais justa.

A título de reconhecimento do contributo que deu à arte de representar, à cultura e à sociedade, apresentamos este voto de pesar.

Do teor deste voto de pesar, será dado conhecimento aos familiares.

O Grupo da Bancada do Partido Socialista



Helisuf  
Paulo Henriques  
Vik Rito  
João Lobo  
Joaquim  
Afonso Gomes  
Vânia Naves  
P. L. B.  
J. F.



## Proposta

Voto de pesar pelo falecimento de **Carlos Alberto Barroca Duarte Prior** de 76 anos.

Foi Presidente do Ginásio Clube da Covilhã e atualmente fazia parte dos órgãos sociais desta coletividade. Era ainda membro ao Conselho Geral do Clube de Campismo e Caravanismo da Covilhã.

A título de reconhecimento pelo seu contributo cívico, apresentamos este voto de pesar.

Do teor deste voto de pesar, será dado conhecimento aos familiares.

O Grupo da Bancada do Partido Socialista



Alto G.  
Luís Barroca  
Vitor  
José  
Afonso Gonçalves  
Vânia Neves  
Alto G.  
Jorge



## Proposta

### Voto de LOUVOR

Foram mais de 40 anos que Fernando Lucas dedicou aos Bombeiros Voluntários da Covilhã.

No ano de 2000 passou a exercer funções como adjunto de comando e em 2011 como comandante, assim permanecendo até 1 de maio de 2022.

Nesta data, por sua vontade, entendeu e sentiu que era chegado o momento de entregar essa responsabilidade e assumir outras e, com elevado altruísmo e sentido de dever, saiu pela porta onde tantas vezes entrou, com a dignidade e elevação de quem sabe que cumpriu a sua nobre missão com competência, conhecimento e dedicação.

Durante mais de 40 anos ao serviço dos soldados da paz, Fernando Lucas deu-se à comunidade com coragem e enorme sentido cívico e nunca virou costas aos combates que a sua missão lhe colocou à frente: enfrentou e venceu chamas, socorreu e apoiou vítimas e salvou vidas mesmo que, para isso, colocasse a sua em risco, defendendo com lealdade o seu lema "Vida por Vida".

Nunca se satisfez com o muito que já sabia, procurando sempre novos conhecimentos, atualizações e aprendizagens que lhe permitissem ser um Comandante capaz de enfrentar qualquer situação e, nos teatros de operações em que esteve presente, essas capacidades de avaliação,

*Handwritten initials or mark in the top right corner.*

ponderação e decisão foram fundamentais para o êxito das missões que coordenou.

Por se orgulhar do que aprendeu, fez por passar os seus saberes aos outros e, dessa forma, deu mais um valioso contributo ao corpo de bombeiros e a toda a população.

Irá integrar o Quadro de Honra por sua vontade e, com a humildade que vem dos genuínos e a confiança que vem dos bravos, assume a sua dor mas renova a certeza na sua decisão e elogia e incentiva o seu sucessor demonstrando, mais uma vez, ser possuidor de um carácter generoso e respeitador.

Por sua decisão, entregou o Comando dos Bombeiros Voluntários da Covilhã, mas na hora da saída o comandante Lucas pediu um monumento de homenagem ao bombeiro, pediu que se reconheça o valor dos que, como ele, prestam socorro e proteção aos seus concidadãos. Porque, hoje e para sempre, o Comandante Lucas terá alma de bombeiro.

Pelo seu contributo em prol dos Bombeiros Voluntários da Covilhã e em prol de toda a população, como justa homenagem e reconhecimento, apresentamos este voto de louvor.

Deste voto de louvor, será dado conhecimento ao próprio.

O Grupo da Bancada do Partido Socialista

*Handwritten signatures in blue ink:*  
Paulo Quinto  
Viana Aires

*Handwritten signatures in blue ink:*  
Afonso Gomes  
P. L. ...  
J. ...



*[Handwritten signatures in blue ink]*

## **Voto de Solidariedade**

**09 de Maio de 2022**

Estamos há 75 dias a assistir ao maior genocídio que as gerações atuais têm memória. É certo que infelizmente a história mundial nos brindou com momentos horrendos, mas em pleno século XXI, dentro das nossas fronteiras, era por todos nós inimaginável tamanho cenário :

- Um país em crescimento e desenvolvimento cujo maior sonho era pertencer à união europeia, vê-se em 75 dias completamente arrasado, devastado, destruído;
- Seres humanos que em 75 dias deixaram de ter um lar, um trabalho, uma vida. Em troca resta-lhes um asilo num qualquer país vizinho, deixar no inferno da guerra os patriarcas da família e uma dúzia de funerais para fazer;
- Seres humanos que ficaram nas suas terras, nas suas casas, entregues ao destino mais cruel: entregues as pilhagens, ao furto, à fome, à sede, ao frio, à violação e à morte.

E tudo isto é a história mais recente da Ucrânia, que podia ser a nossa história: podia ser a nossa terra, a nossa casa, a nossa família. o nosso pai, o nosso filho ... podia ser a história de qualquer um de nós.

É impossível não falar acerca da guerra. Uma guerra que se prolonga há 75 dias. São 75 dias de violações a um país democrático, independente e soberano.



Handwritten signatures in blue ink, appearing to be 'KH' and another illegible signature.

É impossível não nos colocarmos no lugar dos ucranianos, percebendo a revolta, o medo, a determinação, a firmeza, ou a fúria, que por estes longos dias sentem.

As intenções imperialistas de alargamento de fronteiras e território por parte de Moscovo tomaram os ucranianos, a Europa e o resto do mundo de surpresa.

Um ato vil e desprezível em muito semelhante ao que em 1939 iniciou o conflito mais sangrento da história da humanidade.

Enquanto membros livres e democraticamente eleitos para esta Assembleia Municipal, é nosso dever ético, moral e cívico nos pronunciarmos sobre a defesa dos direitos humanos, democráticos e soberanos daqueles que hoje se encontram vigorosamente ameaçados.

Independentemente das circunstâncias, há valores que nunca deveriam ser esquecidos, os valores de Abril, sejam eles em que país for.

Valores esses que serão sempre a base mais sólida para o desenvolvimento de uma sociedade livre, justa, democrática, solidária e responsável.

Infelizmente, assistimos hoje, em pleno século XXI, e desde o passado dia 24 de fevereiro, a uma injustificada, ignóbil e violenta invasão da Ucrânia pelo exército russo, sob o comando de um ditador.



Esta ação bélica é contra um país soberano, com um governo democraticamente eleito, rasgando todos os acordos e tratados vigentes, e sem que tivesse ocorrido qualquer ataque ao território russo. É uma inqualificável agressão a um Estado independente e soberano.

É um atentado à paz na Europa! É um ato que abala e põe em causa a segurança mundial.

Os crimes de guerra provocados pela Rússia e todas as demais violações do Direito Internacional têm de ser condenados de forma irrepreensível.

Importa nunca esquecer que cada ucraniano morto, torturado, violado ou obrigado a fugir de sua casa para sobreviver, é um ataque à dignidade de todos os seres humanos.

A dignidade humana é única, por isso a luta pelos seus direitos nunca deverá cessar.

Assim, neste período escuro da história, o nosso pensamento está com a Ucrânia.

Está com todos aqueles homens, mulheres e crianças, indefesos e inocentes, que enfrentam estes ataques e que temem pelas suas vidas. Merecem no mínimo toda a nossa solidariedade.

Porque temos a obrigação, dure o tempo que esta guerra durar, de não nos calarmos, de não nos conformarmos. Por isso estamos novamente hoje aqui a trazer um voto de solidariedade, para se juntar à moção que apresentamos na última AM.



*Handwritten signature in blue ink.*

**Assim, os membros dos Grupos Municipais do PSD e do CDS propõem que a Assembleia Municipal reunida hoje dia 09 de Maio de 2022 delibere aprovar um voto de solidariedade, nos seguintes termos:**

- 1) **uma Declaração Pública de Solidariedade com a Ucrânia,** com o povo ucraniano em particular com todos os cidadãos ucranianos que vivem hoje no Concelho,
- 2) **um minuto de silêncio pela paz na Ucrânia e em memória das vítimas da guerra.**

Os membros dos grupos Municipais do CDS-PP e do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã,

Adolfo Mesquita Nunes

Vanda Ferreira

Nelson Carvalho

Valéria Garcia

Hugo Ferrinho Lopes

Jorge Vaz

Nuno Reis

Joana Petrucci Rocha



Covilhã, 09 de Maio de 2022

Resumido

## MOÇÃO – DESPORTO PARA TODOS

Num contexto pandémico, o desporto assume uma importância ainda superior. Ajuda não só o praticante a níveis físicos, como a nível mental ajudando a combater doenças como a ansiedade e a depressão decorrentes da pandemia de COVID-19.

Contudo, os apoios dos clubes e associações locais são cada vez menores. De 2019 para 2020, as participações financeiras a federações desportivas reduziram em 7%.

Uma vez que sem a ajuda do poder local estas associações não conseguem manter a sua atividade, os Grupos Municipais do PSD e do CDS-PP trazem duas propostas centrais:



### **1) O reforço do apoio ao associativismo desportivo local:**

Ajudar os clubes não apenas com o restabelecimento da dotação financeira, mas com disponibilização dos meios e equipamentos municipais e criando canais de divulgação próprios através dos meios do município. Tendo em conta que muitas destas associações desportivas têm como foco modalidades não muito conhecidas, a sua divulgação é essencial para que as mesmas passem a ter maior reconhecimento e número de atletas.

### **2) A criação de uma bolsa de estudo para atletas locais**

Muitos são os jovens que desistem do desporto por causa do ensino. Ao criar uma bolsa de estudo para atletas locais estaríamos não só a incentivar os jovens a participar em alguma atividade desportiva como estaríamos também a permitir que os atletas não tenham de abdicar da sua modalidade quando ingressam no ensino superior.

Esta bolsa seria destinada ao pagamento das propinas do aluno que a adquiriu e para a obter seria necessário que o aluno tivesse um bom aproveitamento escolar, fosse atleta federado e que o seu clube ou associação esteja sediado no concelho.

Esta bolsa não deve apenas ser consignada a covilhanenses, mas a estudantes residentes que erguem a bandeira da Covilhã e das suas instituições.

Handwritten signatures in blue ink, including the letters 'AA' and 'H'.



## Os Grupos Municipais do PSD e do CDS-PP na Assembleia Municipal da Covilhã.

Adolfo Mesquita Nunes  
Vanda Ferreira  
Lino Torgal  
Valéria Garcia

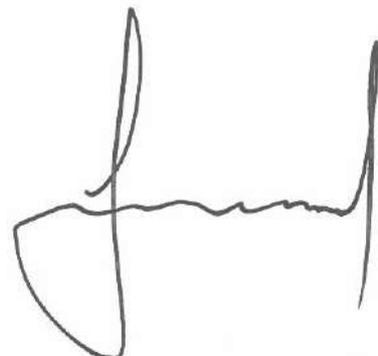
Hugo Ferrinho Lopes  
Jorge Vaz  
Nuno Reis  
Joana Petrucci Rocha

12  
H

## Requisitos

Na tems do Refinamento, requeremos o estudo do projecto do novo aliodromo a ser entregue aos membros da A.P., de modo a termos todos subscretores de criação desse infraestrutura essencial e de cuja opinião particularmos para a Covilhã.

Covilhã, 9 de Maio 2022



António Rafael

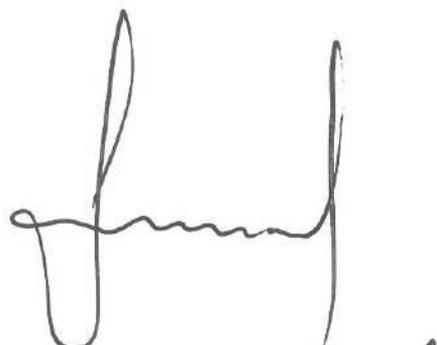
Handwritten initials and a signature in blue ink.

## Requerimento

Nos termos e para os efeitos de  
Lei n.º 26/2016, de 22 de Agosto, que  
aprova o Regime de Acesso à Documentação  
Administrativa, requer-se que sejam  
enviadas aos membros da A.M.:

- i) Relatório aos quais o Detz Centes  
estive obrigado a efetuar e remeter  
ao Município para assegurar o seu  
regular funcionamento, nos termos do  
que era previsto, de acordo a cláusula  
9.1 do Acordo PT-Município de Covilhã
- ii) O Plano de Execução do Município  
para a concretização deste regular  
funcionamento, tal como obrigado pela  
cláusula 9.3

Covilhã 9 Maio 2022

  
Lino Torjal



Handwritten signatures in blue ink, including a large signature and a smaller one below it.

Covilhã, 9 de maio de 2022

## 2.2 – Relatório de Gestão e Atividades 2021 do Município da Covilhã

Sr. Presidente, da Assembleia Municipal da Covilhã,  
Sr. Presidente da Câmara,  
Sras e Srs Vereadores,  
Sras e Srs. Membros da Assembleia Municipal,  
Presidentes de Junta de Freguesia,  
Comunicação Social,  
Estimadas e Estimados concidadãos,  
Minhas senhoras e meus senhores,

Ora, ao que respeita à aprovação dos documentos de prestação de contas, determina a alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais (RJAL) que compete à Câmara Municipal elaborar e aprovar os documentos de prestação de contas, a submeter à apreciação e votação da Assembleia de Municipal.

Por sua vez, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, aprecia e vota os documentos de prestação de contas, não podendo alterar a proposta apresentada pelo órgão executivo, sem prejuízo de este poder vir a acolher, em nova proposta, as recomendações ou sugestões feitas pela Assembleia Municipal (conforme alínea I) do n.º 2 e n.º 3 do artigo 25.º do RJAL).



Esta apreciação e votação, de acordo com o **caráter imperativo** do n.º 1 do artigo 27.º do RJAL, **terá obrigatoriamente que ocorrer na segunda sessão ordinária da assembleia municipal**, a realizar em abril.

No mesmo sentido, determina, ainda, o artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro - que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e as entidades intermunicipais (RFALEI) - que os documentos de prestação de contas individuais das autarquias locais são apreciados e votados pelos seus órgãos deliberativos, **reunidos em sessão ordinária do mês de abril do ano seguinte** a que respeitam.

E cá estamos nós em maio a realizar uma Assembleia Municipal ordinária de apreciação de contas, à margem da Lei, ou seja, na prática todas as deliberações são ilegais.

Por outro lado, importa referir que estas contas anuais são relativas a um período de 9 meses onde este grupo de eleitos não estavam a desempenhar qualquer funções, ou seja, apenas dizem respeito a 3 meses do período em que nos encontrávamos eleitos.

Em termos orçamentais somos a referir o seguinte:

O saldo corrente em 2021 reduziu mais de 3 milhões de euros comparativamente ao saldo corrente obtido em igual período de 2020, o que significa que a receita corrente em 2021 reduziu e/ou a despesa corrente aumentou. No caso em concreto, das contas de 2021 do Município da Covilhã, verificamos que aconteceram ambas as situações.



Do lado da despesa corrente, verificamos que o aumento foi essencialmente provocado pelas despesas com o pessoal e com a aquisição de bens e serviços.

Mas também podemos verificar que o saldo primário reduziu mais de 2 milhões de euros, ou seja, quando comparamos a receita total efetiva com a despesa total efetiva acrescida dos juros.

Em termos financeiros realçamos o seguinte:

O total do ativo aumentou em 2021 cerca de 10 milhões de euros e que na sua essência se encontra justificado pelo aumento dos ativos fixos tangíveis, que é indiscutivelmente a rubrica mais significativo do ativo de qualquer Município.

Quanto ao passivo verificamos que o mesmo reduziu cerca de 4,48 milhões de euros, dos quais 3,84 milhões de euros decorrem exclusivamente do cumprimento do plano de amortizações normal de empréstimos bancários e cerca de 635 mil euros de diferimentos (subsídios ao investimento que se encontram condicionados à execução de determinada obra ou atividade ou serviço e que poderão ser devolvidos).

Salientamos que as provisões aumentaram cerca de 624 mil euros e, exceto o referido pelo Revisor Oficial de Contas no seu Relatório e Parecer, não aparece qualquer menção ou justificação relativamente a tal aumento, o que demonstra a falta de transparência que já nos vêm habituado.



Assim, tal como já referido nos anos anteriores, o Revisor Oficial de Contas alerta no parágrafo 1.6 do documento “Relatório e Parecer do Revisor Oficial de Contas” para o seguinte:

*«O saldo da rubrica de provisões é, essencialmente, explicado pela contabilização dos montantes referentes a indemnizações compensatórias a transferir para a empresa municipal ADC – Águas da Covilhã, E.M. relativas aos períodos de 2010 e de 2012 a 2021, previstos nos instrumentos previsionais desta empresa. O montante acumulado a 31 de dezembro de 2021 ascendia a 7.997.889 euros. De acordo com a Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, estes contratos terão que ser aprovados pelo órgão deliberativo do Município, situação que até à data não ocorreu.»*

Este documento de Prestação de Contas que do Município da Covilhã não é realista, nem credível, pois **retira do perímetro da dívida total cerca de 8 milhões de euros** “arrumando-os” numa rubrica fora do passivo exigível, ou seja, em Provisões.

Isto é uma forma clara de não divulgar mais dívida municipal, ou seja, “**meter debaixo do tapete**”. Pois se tal valor fosse reconhecido no passivo exigível do Município, a dívida total ascenderia a cerca de 34,4 milhões de euros, representando 1,24 vezes a média da receita corrente cobrada dos últimos 3 exercícios.

Mais:

- **Por que razão estes contratos ainda não foram à aprovação do órgão deliberativo?** O Executivo do PS liderado por este Presidente é



responsável por 8 exercícios em que este assunto se vai arrastando, criando uma “gigantesca responsabilidade” que alguém resolverá no futuro. Isto continua a ser uma verdadeira falta de Transparência! Tentam passar uma imagem que na realidade não é a real situação financeira do município.

Quanto aos Resultados Líquidos, verificamos que os Rendimentos se mantiveram num nível idêntico aos obtidos em 2020 e os Gastos reduziram cerca de 5,48 milhões de euros.

Contudo, tal redução de 5,48 milhões de euros encontra-se fortemente influenciada pela redução verificada nos Gastos de Depreciação de ativos que reduziu 9,96 milhões de euros. Assim, isto será o mesmo que dizer, que excluindo os gastos de depreciação, os restantes gastos aumentaram 4,48 milhões de euros – sendo 1,6 milhões euros de Transferências e Subsídios Concedidos e 1,9 milhões euros de Fornecimentos e Serviços Externos.

O que vêm corroborar o que já referimos anteriormente sobre a execução orçamental – Este executivo gastou muito mais em 2021 – o que indiscutivelmente estará relacionado com toda a atividade eleitoralista desenvolvida em ano de autárquicas.

Disse.

Pela Bancada do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã,  
Luis Rodrigues.



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS  
Assembleia Municipal da Covilhã  
Sessão Ordinária de 09-05-2022

(doc.34)

## **2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

### **2.2. Relatório de Gestão e Atividades 2021 do Município da Covilhã**

**Senhor Presidente da Assembleia Municipal,  
Senhoras e Senhores Deputados Municipais,  
Senhor Presidente da Câmara Municipal,  
Senhoras e Senhores Vereadores,  
Senhoras e Senhores Presidentes de Junta,  
Minhas Senhoras e meus Senhores,**

Estamos perante um documento complexo de mais de 800 páginas com a descrição exaustiva das atividades desenvolvidas pelos departamentos, divisões e gabinetes existentes.

Para além das atividades são fornecidos números de utilizadores/atendimentos, número de processos e de procedimentos e de valores/receita cobrada no âmbito da atividade desenvolvida com a cobrança das taxas e emolumentos.

Também é de registar as lacunas e dificuldades registadas por cada serviço no desenvolvimento das funções que lhes estão atribuídas. Dificuldades ao nível de equipamento e de recursos humanos. Referimos os serviços de expediente, de metrologia, operativos, de telefones que apresentam algumas carências que urge colmatar.

No Urbanismo regista-se que a maioria das operações urbanísticas destinam-se a ampliações, reconstruções e de legalização de edificações. Quanto a novos processos informam que não existe um acréscimo de grande relevância estatística.

De facto, 38 licenças de novos processos não tem grande significado, quando ainda se encontra abaixo do número de licenças passadas em 2020 (44) e em 2019 (45). Ainda não se chegou ao

número do ano da pré pandemia (2019). Porém, ao nível da receita, neste departamento, ultrapassou-se o valor de 2019. Passámos de 634 para 678 mil Euros.

Existe um aumento de receita que resulta de um maior número de processos de reconstrução e de processos de legalização de processos anteriores. Contudo, verifica-se uma receita liquidada a empresas superior à cobrada a particulares. Esta receita de particulares tem vindo a reduzir-se desde 2019.

Receita de empresas ligadas a instalações residenciais de estudantes, operações urbanísticas e de Parques Industriais e à especulação imobiliária. A redução da despesa de particulares reflete a redução da capacidade financeira das famílias na construção de habitação própria.

Por outro lado, o aumento dos benefícios fiscais concedidos, de 72 mil para 139 mil, significa que são as empresas que estão a beneficiar dos incentivos fiscais na remodelação e reconstrução de habitações.

Não encontramos nos números expostos, nomeadamente no número de processos deferidos, quer de reconstruções e de novos processos, a ideia de que a Covilhã é "um estaleiro", propagandeada por alguns eleitos municipais do PS. Nem sempre os números sustentam as afirmações.

Aliás, nem isso se verifica num olhar mais atento da cidade e do resto do concelho.

O exercício de exposição do trabalho desenvolvido em cada área da atividade do município é útil e deveria constar, de forma quantificada, como nos é agora exposto no relatório de atividades e contas anual. Deixamos a sugestão.

Que se faça o mesmo exercício em cada informação do Presidente da Câmara Municipal à Assembleia Municipal.

Quanto à análise das contas uma primeira consideração: O relatório é mais exaustivo, mais completo e explícito ao nível contabilístico. É verdade.

Porém, não nos permite ao nível das ações concretas de intervenção uma comparação mais “fina” do que estava previsto e do que se realizou. A análise política fica prejudicada centrando-se a mesma naquilo que os números permitem deduzir/concluir.

A receita corrente evoluiu tendo por base, no essencial, a receita obtida com a transferência de competências na área da educação, no valor de 4.372.112,27 € e a manutenção de um valor ainda significativo dos impostos diretos.

A receita de capital tem uma redução constante desde 2018 (16.806.822,57€) para os 7.089.749,46 em 2021. Ou seja, a capacidade de realização de obra concreta vem a reduzir-se nos últimos 4 anos.

Temos uma receita efetiva (sem o saldo do ano anterior) de 41.320.513,92€, o que corresponde a 86% de execução.

O aumento global da receita em relação a anos anteriores resulta da transferência de competências, nomeadamente na educação, da venda de bens e serviços, das transferências correntes e do saldo do ano anterior, cerca de 5 milhões de Euros.

Quanto à receita salientamos a evolução da receita obtida com os impostos diretos (IMI, IUC, IMT e Derrama) que em 2014 era de 7.468.882,00€ (17% da receita total), em 2018 foi de 7.983.892,00€ (16,7% da receita total) passando para 10.011.622,30€ em 2021, correspondendo a 24, 21% da receita efetiva (sem o saldo do ano anterior).

Um grande aumento de impostos que, levando em conta a progressão da receita do IUC e IMT se poderia ir mais longe na redução do IMI.

Não foi essa a opção do Executivo do PS e a população do Concelho em ano de pandemia continuou a ser penalizada pela sua Câmara Municipal, sem sensibilidade para a sua função social, continuando no caminho do PSD de manter impostos diretos elevados e taxas nos níveis máximos.

Ao nível da despesa corrente e de capital um total de 40.923.467,52€, correspondente a

75,52% de taxa de execução.

Verifica-se um aumento da despesa corrente (16,38%) e uma redução da despesa de capital de -5,04%.

Na despesa corrente é nos subsídios atribuídos e apoios a várias instituições que se verifica, no essencial, o aumento. O ano eleitoral obrigou a este esforço. É a gestão do ciclo eleitoral. Nos subsídios e apoios e nas obras concretas. Daí que alguns eleitores/municípios vão ironizando que deveríamos ter eleições todos os anos.

Por último, a Câmara Municipal apresenta-nos um saldo de 5.710.570,88€. O aumento dos saldos nos últimos 4 anos é significativo.

Se a Câmara chega ao final do ano sem dívidas a fornecedores, como temos sido informados. Se não faz abatimentos à dívida a médio e longo prazo, mantendo os valores contratualizados. Porque razão apresenta um saldo tão elevado?

Se tem um recurso financeiro à disposição, se existem problemas para resolver, desde logo na rede viária...porque não se fazem as intervenções e obras necessárias?

Disse.

#### Os Eleitos do PCP

Mónica Ramôa

Pedro Manquinho

Marco Gabriel



Senhor Presidente da Assembleia Municipal  
Senhor Presidente da Câmara Municipal  
Senhoras e Senhores Vereadores  
Senhoras e Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia  
Senhoras e Senhores do Staff Municipal  
Senhoras e Senhores da Comunicação Social  
Senhoras e Senhores deputados

## Ponto 2.2 – Relatório de Gestão e Atividades

Um dos documentos discutidos e votados nesta Assembleia que despertam sempre uma maior curiosidade e atenção será porventura o Relatório de Gestão de Atividades. Se na apresentação do Plano existe sempre a expectativa de que nele possam constar medidas que realmente visem melhorar a vida dos covilhanenses, conforme tem acontecido nestes últimos anos sob a liderança do PS, na pessoa do Senhor Presidente DR. Vítor Pereira, na sua apreciação é expectável que evidencie que o caminho efetivamente seguido tenha sido aquele que tinha inicialmente previsto. E, senhores deputados mais uma vez afirmamos que o resultado é prestigiante para os covilhanenses. Este executivo não só seguiu pelo caminho correto e previsto, como valorizou ainda mais os aspetos positivos traçados. E a nós, socialistas cabe-nos mais uma vez alertar para aquilo que realmente foi e está a ser feito, e não aquilo que outros por desfaçatez afirmam que não se está a fazer, porque há uma grande diferença, entre o discurso popularista da oposição, e a realidade, que tanto vem beneficiando os covilhanenses.

Este relatório pode ser visto e analisado de muitos prismas diferentes, mas em todos, honestamente, transparece que é francamente conseguido na sua grande maioria.

Analisando este relatório única e simplesmente com referência ao proposto para 2021, não nos podemos esquecer do que então, a oposição referia, que o plano era irrealista, que não contemplava em recursos os milhões previstos para investimento ou que existiam rubricas que estavam totalmente sub orçamentadas. A isto tudo o senhor Presidente da Câmara acusava a oposição de profetizar a desgraça, e garantia que os compromissos assumidos iriam ser



concretizados e executados. Foi dito na altura e hoje a realidade o demonstra que afinal o PS não se enganou naquilo que era evidente e ao contrário daquilo que alguns profetizaram muito pouco ficou por realizar, face ao investimento previsto. Vê-se quem falou verdade. E já que estamos a falar de resultados e números, que reconheçamos mais uma vez, esta oposição não gosta muito, e por tal tenta desvalorizar até, porque as evidências lhe são incómodas, porque a realidade é só uma, não os consegue manipular. Mais, estes relatórios têm uma vantagem, eles transmitem a realidade, são objetivos e não são o alvo fácil de manipulação verbal de uma qualquer máquina populista.

Mas voltemos a este relatório, em ano ainda com marcas provocadas pela situação pandémica provocada pelo COVID-19, e pela lenta evolução de uma situação recessiva da economia nacional, também o Município da Covilhã vê a sua atividade e contas influenciadas. É natural por isso que alguns investimentos realizados tenham visto a sua conclusão prorrogada para lá do previsto bem como a aquisição de alguns bens e serviços tenham tido que ser direcionados de forma diferente relativamente ao inicialmente previsto. De facto, algumas obras emblemáticas que este executivo previa concluir mais cedo apenas foram concluídas em 2021, como é o caso do Teatro Municipal, do Centro de Inovação Social, do Centro de Inovação Empresarial, ou o Museu da Cidade entre outras, também de enorme importância para os nossos concidadãos.

Senhoras e senhores deputados, apesar das muitas contrariedades, o facto irrefutável aí está, a atividade do Município continua e irá continuar, inegavelmente viva e muito relevante para os covilhanenses, por mais que custe a alguns, uma vez que destrói pela evidência a habilidade de alegar imobilismo deste executivo, não percebendo que na realidade o que fazem é sistematicamente apoucar a nossa cidade e o orgulho de ser covilhanense.

Também numa análise mais atenta à Gestão do Município se comprova conjuntamente as preocupações deste executivo com a economia, com as empresas, com o investimento e com a preocupação de dotar o Concelho de infraestruturas que o preparem para o futuro cada vez mais exigente. Lembro que para uma análise à atividade devemos antes de mais olhar as despesas e as receitas o que nos permite perceber a atividade, mas também a forma como essa atividade é financiada.

Mas que nos diz mais este relatório: que as receitas correntes foram de 34,2 M de Eur e as despesas correntes de 26 M de Eur, verificando-se assim um Saldo corrente de 6,2 M de Eur. O argumento do despesismo, uma vez mais cai por terra. A despesa de capital teve uma diminuição de 5,04% em comparação com o ano de 2020 devido à diminuição dos passivos financeiros, ou seja, uma



diminuição da dívida relativa a empréstimos obtidos, que patenteia a preocupação para com as gerações mais novas.

Também a receita total cobrada, a despesa total paga e o saldo de gerência ao longo dos últimos 4 anos demonstra um aumento do saldo de gerência ao longo do período em análise. No documento sobressai por tal um resultado orçamental positivo no valor de 5,7 M Eur

Como é ainda demonstrado por vários indicadores, a existência de uma taxa de execução da receita de 86,06% e da despesa de 75,52 %, um saldo corrente positivo e um saldo de capital negativo, ou seja, receita corrente que, em resultado de uma gestão rigorosa e eficaz, é utilizada em despesa de capital. Que o resultado negativo da receita de capital é justificado pelo atraso nos recebimentos relativos a fundos comunitários.

Demonstra ainda uma taxa de recebimento da receita no valor de 97,86% e uma taxa de pagamento das despesas de 99,20%.

Comprova-se, pois, que tendo em conta os principais indicadores financeiros Município da Covilhã, este apresenta uma liquidez positiva, ou seja, tem disponibilidades para suportar as suas obrigações de curto prazo.

E os rácios o que dizem? Os de rentabilidade permitem analisar os rendimentos com o património. O rácio da rentabilidade operacional é negativo uma vez que nesse resultado estão refletidas as depreciações e amortizações do período em apreciação.

O rácio da autonomia financeira permite perceber o valor do ativo que está a ser financiado pelos capitais próprios.

O rácio da solvabilidade indica a capacidade que o Município tem em cumprir os seus compromissos a médio e longo prazo através dos capitais próprios.

Não menos importante, o rácio a realçar é do prazo médio de pagamento a fornecedores que continua a reduzir, isto porque o Município da Covilhã tem conseguido liquidar as suas obrigações num prazo bastante reduzido, de 4 dias, longe dos tempos em que o Município para pagar empréstimos tinha que se financiar junto dos seus fornecedores. Fazer e pagar!

Em tempos de recessão, com o PIB a diminuir drasticamente por impacto da pandemia e o atual conflito na Ucrânia, este facto assume ainda maior relevância para a nossa robustez financeira, mas sobretudo para o futuro dos agentes económicos que têm relações com o Município.

Verdadeiramente uma grande preocupação com a economia é “Fazer e Pagar”, cumprir as obrigações.



O documento agora apresentado consegue assim conjugar três fatores, que por si só, demonstram que o documento deve ser considerado distinto, ou seja, ele apresenta um grande volume de obra feita, ele apresenta um aumento da autonomia financeira e por último ele apresenta uma redução da dívida.

O Município da Covilhã continua o seu percurso pujante e de progresso, assente em políticas de estabilidade e bem direcionadas com uma cuidadosa gestão dos recursos municipais.

Assim, pelo já elencado enviamos uma palavra de reconhecimento ao Executivo que, apesar da conjuntura financeira e pandémica atual, pela sua ação diária, conseguiu desenvolver políticas públicas de proximidade, visando a melhoria do bem-estar e da qualidade de vida dos nossos concidadãos, promovendo, de forma inequívoca, a coesão de todo o território do concelho, intervindo, e julgo ninguém ter dúvidas disso, nas áreas da saúde, da educação, da solidariedade social, da cultura, do desporto, da qualificação e modernização do espaço e equipamentos públicos, das infraestruturas escolares, da regeneração urbana e ainda na promoção do turismo.

Não é só com grandes obras que se melhora a qualidade de vida e o bem-estar das populações. O dia-a-dia é feito de pequenas coisas. E estas pequenas coisas custam muitos recursos e o Executivo municipal tem colocado o seu trabalho ao serviço destes interesses.

Há, como também já foi dito, uma preocupação com os Recursos Humanos. Assim tal como o exemplo da aquisição de recursos materiais e técnicos que o Município fez, e bem, teve a sabedoria de dotar o Município dos meios Humanos que permitam a utilização desses equipamentos de forma integral e intensiva e eficaz de forma a ser ainda mais célere na resposta aos problemas que são colocados todos os dias e que, por definição, nunca estarão integralmente resolvidos.

Antes de finalizar dar aqui um registo indispensável de agradecimento a todo o corpo de funcionários e funcionárias municipais pelo seu empenho e entrega na execução das tarefas confiadas contribuindo assim para o resultado agora apresentado nesta Assembleia.

Por fim, e tendo em conta o apreciado neste relatório, é, nossa obrigação reconhecer o trabalho desenvolvido, o empenho, a dedicação e o esforço, deste Executivo e de todos os seus colaboradores pelo que, claramente, votaremos favoravelmente o Relatório de Gestão e Atividades 2021

Covilhã 9 de maio de 2022



Covilhã, 9 de maio de 2022

### **2.3 – 5ª Alteração Orçamental Modificativa – Receitas / Despesas / GOP / PPI / PAM**

Sr. Presidente, da Assembleia Municipal da Covilhã,  
Sr. Presidente da Câmara,  
Sras e Srs Vereadores,  
Sras e Srs. Membros da Assembleia Municipal,  
Presidentes de Junta de Freguesia,  
Comunicação Social,  
Estimadas e Estimados concidadãos,  
Minhas senhoras e meus senhores,

Recordamos que em dezembro de 2021, chumbamos a Proposta de Orçamento para 2022, por este apresentar divergências, opções orçamentais erradas e adiamento de soluções importantes para o futuro do concelho.

Hoje é aqui apresentada uma proposta de alteração orçamental.

Esta alteração orçamental modificativa refere-se essencialmente à incorporação do saldo da gerência de operações orçamentais do ano de 2021 no valor de 5.710.570,88 €, adicionado ao aumento das



transferências (correntes e de capital) provenientes dos Serviços e Fundos Autónomos, no valor global de 124.794,20 €.

Relativamente à Despesa, verificámos que a Despesa Corrente aumentou 5.310.365,08 € e a Despesa de Capital 525.000,00 €.

Destacamos os seguintes aumentos nas rubricas da despesa:

- «Matérias-primas e subsidiárias» no valor de 574.365,08 €;
- «Transportes» no valor global de 1.250.000 €, dos quais 1 milhão de euros são relativos a Serviços gerais da Administração Pública e 250 mil relativos aos transportes escolares;
- «Outros trabalhos especializados» no valor de 350.000 €;
- «Outros Serviços» no valor de 750.000 €;
- «Eventos Culturais» no valor de 250.000 €; e
- «Reparação de Pavimentos e Arruamentos Urbanos» no valor de 260.000 €.

Face aos documentos apresentados, lamentamos a falta de transparência deste executivo, pois não apresenta qualquer detalhe de ações ou nota explicativa da previsão de execução com os valores ora proposta para aumento da despesa.

Assim ficamos na dúvida sobre o que está perspetivado ser efetuado com tais aumentos, com especial enfoque com:

- Na rubrica dos transportes o que aconteceu que justifique este aumento? O contrato de transportes não estava já efetuado? Os

Handwritten initials in blue ink, possibly "AR" and "A" or "H".



transportes intermunicipais não estão ao abrigo do protocolo com a CIMBSE?

- As rubricas «Outros trabalhos especializados» e «Outros Serviços» são rubricas generalistas, onde tudo cabe e nada se explica. Assim, fica na dúvida o que é que o executivo pretende fazer com 1 milhão e 100 mil euros.
- Quais são os Eventos Culturais que se pretendem agora efetuar com mais 250 mil euros e que não estavam já previstos nos anteriores 293 mil euros? Vai este executivo gastar 543 mil euros em 2022 em eventos culturais?
- Relativamente à reparação dos pavimentos urbanos, quais são as ruas que serão intervencionadas? Ou será estas reparações agora previstas para voltar a gastar mais uns milhares de euros na repintura das ciclovias?

Aproveitamos ainda para questionar sobre o cumprimento da Regra de Equilíbrio Orçamental, prevista na Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro.

Disse.

Pela Bancada do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã,  
Luis Rodrigues.



Na Assembleia Municipal de 29 de Dezembro de 2021, a propósito das Grandes Opções do Plano e da Tabela de Taxas, Compensações e Outras Receitas.

Afirmámos que

Na ocupação do subsolo somos confrontados com a TOS, processo complicado, mas onde a Câmara arrecadou a receita que está a ser cobrada aos utilizadores da Beira Gás.

Esta empresa cobra, até 2023, aos consumidores de gás, taxas relativas a mais de 10 anos.

A Câmara propõe uma taxa de 3 € para 2022. Sim, uma redução em relação aos 4,90 anteriores ..., mas...mantém-se...de forma obscena...a cobrança de duas taxas.

Uma coerciva, retroactiva para compensar a empresa dos valores pagos ao município em anos anteriores na gestão PSD e outra, aplicada, pela Câmara Municipal com gestão PS.

Um assalto aos bolsos dos covilhanenses utentes do gás natural.

Uma insensibilidade que penaliza os utentes do gás natural, que penaliza os Covilhanenses, por razões que lhes não são imputáveis.

O que significa que um novo inquilino de domicílio, na Covilhã, com contracto com a Beira Gás paga duas taxas.

A actual e aquela que o domicílio não pagou em anos anteriores...mas que o inquilino actual ... não utilizou.

Não nos parece justo.

O que defendemos? É simples.

Enquanto a Beira Gás não concluir em 2023 a cobrança da taxa, que não recebeu, mas que pagou antecipadamente ao Município, a Câmara Municipal não deveria sobrecarregar a população com mais taxa de ocupação de subsolo.

Basta definir taxa zero.

Pelas razões atrás referidas e porque corresponde ao que defendemos em 29 de Dezembro de 2021, votamos a favor.

Pedra Meneguinho CDU



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS  
Assembleia Municipal da Covilhã  
Sessão Ordinária de 09-05-2022

(doc. 38)

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

## 2. POD

### 2.10. Regulamento do Funcionamento do Museu da Covilhã

Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,  
Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal,  
Exma(s). Senhoras e Senhores Vereadores,  
Exma(s). Senhoras e Senhores Presidentes de Junta,  
Exma(s). Senhoras e Senhores Deputados Municipais,  
Minhas Senhoras e meus Senhores,

A existência de museus, tal como os conhecemos atualmente, tem origem na Revolução francesa. Foi sob a égide da “Liberdade, Igualdade, Fraternidade”, que museus como o Louvre ou o do Prado se estabeleceram. A grande diferença em relação à museologia do Renascimento foi e é, continua a ser, esperamos, colocar a arte, a cultura, acessível a todos. Enquanto que no Renascimento a museologia era privada (mesmo quando da Igreja), depois do final do século XVIII, início do século XIX, os museus organizaram-se, cientificamente, e tornaram-se visitáveis por todos. Mais tarde, no século XX, os museus e toda a ciência a eles associada, expandiram a definição de museu. Deixou de ser apenas o lugar onde se guardavam, inventariavam e organizavam obras de arte, para visionamento. Alargaram o seu âmbito, tornando-o incontornável no desenvolvimento de políticas democráticas de fruição cultural, salvaguarda e valorização de património (histórico, artístico, científico, ecológico, tecnológico, entre outros).

É, pois, como já tivemos ocasião de dizer na altura da sua inauguração, com grande regozijo que saudamos esta iniciativa da Câmara Municipal da Covilhã de estabelecer o Museu da Cidade. É também com satisfação que verificamos que o Museu terá um Regulamento que o tornará apto a parcerias, no âmbito da Rede Nacional de Museus.

No entanto, gostaríamos de salientar algumas preocupações em relação ao Regulamento ora apresentado. Concretamente, no que diz respeito ao artigo 21.º (Recursos humanos), tendo em vista ao plasmado no artigo 20.º (Competências). No ponto um do Art.º 21.º do Regulamento, em aprovação, é referido, e passo a citar, "O Museu da Covilhã deve dispor de direção técnica assegurada por um técnico superior qualificado, a quem compete dirigir e coordenar os serviços, assegurar o cumprimento das funções museológicas e o bom funcionamento do Museu". Enfim, até agora tudo bem, desde que esta coordenação técnica seja de facto especialista e independente do Município, ou seja, e perguntamos, a Câmara Municipal da Covilhã vai abrir processo concursal para o lugar?... E eis que somos levados a ler o ponto 2 do mesmo artigo e que diz, cito: "A Direção do Museu pode ficar a cargo do(a) correspondente Chefe de Divisão da unidade orgânica, se não houver diretor(a)/coordenador(a) nomeado(a)"... Mas então pergunto: sendo a direção de um museu um trabalho exigente, metuculoso, de estratégia, ou seja, a tempo inteiro, como poderá um ou uma Chefe de Divisão (já com tantas responsabilidades), promover o que o Museu deverá promover? Ou apenas se pretende ter "portas abertas"? É esta a intenção da Câmara Municipal da Covilhã? O museu estar apenas de portas abertas?

Ainda neste artigo 21.º, não conseguimos entender o que um possível "Grupo de Amigos do Museu da Covilhã" tem a ver com os Recursos Humanos. É certo que em muitos Museus de Portugal e da Europa, os "Amigos" dos museus, ajudam nas visitas guiadas, durante o verão e períodos de férias escolares, para dar resposta à maior afluência de visitantes. Mas constituem apenas uma ajuda, em carácter de voluntariado, ao funcionamento dos museus. Aqui, no nosso, o da Covilhã, serão "Recursos humanos" a contar? Este ponto nunca deveria estar neste Artigo 21.º. Perguntamos ainda, e se não se conseguir constituir o tal Grupo dos Amigos do Museu da Covilhã? Quem vai executar todas as competências do Artigo 20.º?

É também incontornável que para o desenvolvimento de um trabalho sério neste âmbito será necessário, além da coordenação

especializada do museu, um(a) técnico(a) especialista nestas matérias. Estará a CMC na disposição da contratação de um(a) técnico(a) especialista para dar apoio à coordenação?

Julgamos que o “calcanhar de Aquiles” deste regulamento está no seu Artigo 21.º. É fácil perceber que o postulado neste artigo determinará que tipo de Museu teremos na nossa cidade. Um Museu ou uma espécie de espaço de exposição permanente?

Disse.

Os eleitos do PCP:

Pedro Manquinho

Marco Gabriel

Mónica Ramôa



## **Assembleia Municipal da Covilhã - Sessão Ordinária de 09 de Maio de 2022**

### Intervenção Regulamento de funcionamento do Museu da Covilhã

Exmo Sr. Presidente da AMC, Dr. João Casteleiro e restante mesa

Exmo Sr. Presidente da CMC, Dr. Vitor Pereira

Exma Sra Vereadora e Exmos Srs. Vereadores

Caros colegas deputados,

Publico presente e Comunicação Social

Começo por deixar os meus cumprimentos!

Nos dias que decorrem, os museus, qualquer que seja o tipo de tutela, modelos, coleções e vocações, assumem um papel importantíssimo a nível cultural na sociedade contemporânea.

É de facto importante salvaguardar a nossa história e o nosso património, para que possamos sempre recordar, conhecer e dar a conhecer aos nossos descendentes, aos visitantes e turistas, aos que chegam a nós com intuito de saber mais sobre a nossa cidade. É urgente criar memórias, conservar o nosso património móvel e imóvel para que todos os que por cá passem, fiquem mais ricos culturalmente e tenham sede de voltar.

E, a nível autárquico, a realidade museológica tem vindo a comprovar a relevância estratégica deste tipo de equipamentos para a definição de políticas culturais.

A missão do Museu da Covilhã passa por assegurar a salvaguarda, valorização, estudo, divulgação e fruição do espólio confiado à sua guarda e administração.

Este regulamento mostra-nos a diversidade de áreas que o museu engloba: na arte (desenho, espólio documental, fotografia, gravura); na arqueologia (arquitetura, cerâmica, epigrafia,...); na etnologia (tecnologia têxtil, traje) e na história natural (minérios). É deste modo considerado um promotor de educação não formal, sensibilizando os mais jovens para a arte e cultura.

O Museu da Covilhã é um instrumento divulgativo e lúdico que, utiliza recursos variados, acessíveis e inclusivos, que desvende e comunique a história do concelho, onde estão incluídos locais, turistas, pessoas com limitações físicas e cognitivas, ou indivíduos de diferentes idades e literacias.

Ponto este deves ser importante: sabemos que a maioria dos museus faz a inclusão através da disponibilização de um audioguia, em várias línguas (para que todos os turistas possam conhecer a nossa história), e neste caso o nosso museu está equipado com todas as condições necessárias para as mais diversas situações de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e/ou portadoras de necessidades especiais (nomeadamente para pessoas com visão reduzida ou nula, com o braille ou com o acompanhamento de um técnico do museu durante toda a visita).

Este museu procura zelar pelo estudo e divulgação do território e do património (material e imaterial), o seu percurso expositivo vai muito para além do espaço físico e das barreiras sociais, procurando criar um impacto positivo na comunidade.

Com tudo isto, temos números que falam por si. O número de visitas já registadas, a afluência do público escolar proveniente do concelho e da região, demonstrando assim que se trata de um Museu de Território.

A CMC tem como objetivo tornar este espaço cultural uma referência a nível regional e até nacional, privilegiando sempre valores cruciais, como a acessibilidade nos diferentes campos, a inclusão e democratização no acesso à arte e à Cultura, com grande destaque neste regulamento o apoio a pessoas com deficiência ou mobilidade condicionada.

Estão bem claros os Objetivos do Museu da Covilhã no seu regulamento e é através deles que confirmamos a atuação da Câmara Municipal da Covilhã no cumprimento da legislação do Património Cultural, não só no que toca à política de regime de proteção e valorização do Património Cultural, bem como a Lei Quadro dos Museus Portugueses.

A recolha, a conservação, o inventário e documentação, a investigação e a divulgação da história e património do território concelhio, fazem parte dessa importante missão e é bem visível na ação do Museu da Covilhã, bem como do Serviço de Cultura, em que este se integra.

Assim concluo que estamos no bom caminho, mais para os nossos covilhanenses, um acesso facilitado ao conhecimento, à Arte e à Cultura. Queremos cativar os nossos e os que por cá passam, queremos que venham e tenham vontade de voltar. Sei que assim será mais fácil de mantermos uma cidade com movimento, com cultura, com turismo.



Handwritten signatures in blue ink, including a large signature and a smaller one below it.

Covilhã, 09 de Maio de 2022

**2.11 – Concessão do Direito de Uso em Espaço Público para a Instalação de 43 Pontos de Carregamento de Baterias de Veículos Elétricos, em locais públicos de acesso público no Concelho da Covilhã**

Sr. Presidente da Assembleia Municipal da Covilhã,  
Sr. Presidente da Câmara,  
Sras e Srs Vereadores,  
Sras e Srs. Membros da Assembleia Municipal,  
Presidentes de Junta de Freguesia,  
Comunicação Social,  
Estimadas e Estimados concidadãos,  
Minhas senhoras e meus senhores,

O PSD congratula a iniciativa da Câmara Municipal da Covilhã em dotar as Freguesias do Concelho, em espaço público e de acesso público com postos de carregadores de baterias de veículos elétricos, uma iniciativa pertinente perante o aumento da mobilidade elétrica nos tempos atuais.

**Sempre fomos defensores da transição energética, mobilidade e desenvolvimento sustentável, bem como da criação de uma política e sociedade cada vez mais verde.**

Em primeiro lugar, esta proposta só peca por tardia. A Covilhã é atualmente o **SEGUNDO** município que gasta **MENOS** em ambiente



**relativamente ao total das suas despesas: o ambiente representa 0.5% do investimento municipal, ou seja, quase nada.** Em 1993 a Câmara gastava 1.638 mil euros em gestão e proteção ambiental, como ar e clima, águas residuais, resíduos, solos e águas, ruído e vibrações ou biodiversidade e paisagem. Em 2020, pelo contrário, só gastava 117 mil euros. Uma redução de 93%, portanto!

Um concelho parado no combate às alterações climáticas, na transição verde e que, como é isto possível, não tem postos de carregamento de carros elétricos.

Em segundo lugar, o documento aqui apresentado padece de falta de informação para que possamos ser minimamente rigorosos e responsáveis na sua apreciação e votação, pelo que nos apraz fazer uma extensa quantidade de perguntas:

Foi realizado um estudo prévio da quantidade de veículos elétricos no Concelho, com o fim de avaliar as necessidades e perspetivas de evolução?

Que tipo de carregadores de baterias de veículos elétricos vão ser instalados? Semirrâpidos de 22 kW, rápidos de 90 kW ou 120 kW, ultrarrápidos de 160 kW, ou uma mistura de todos tendo em atenção a localização da sua instalação? Vai haver algum posto de carregamento de baterias para autocarros elétricos?

Que critério foi adotado para a sua localização? Tem em atenção a densidade demográfica? Os espaços de laser, proximidade dos espaços



comerciais, interface de transportes públicos assim como a central de camionagem ou a estação dos comboios?

A zona do Hospital, a Universidade e os parques Industriais do Canhoso e Tortosendo vão ser contemplados?

Todas as Freguesias vão ter pelo menos um posto de carregadores de baterias de veículos elétricos? À exceção da União de Freguesias Covilhã Canhoso as restantes Freguesias de maior densidade populacional, assim como o Tortosendo, Boidobra, Teixoso entre outras vão ter mais que um posto de carregador de baterias de veículos elétricos?

Estamos em crer que todas estas dúvidas e outras que aqui não mencionei, não faziam sentido se o caderno de encargos do concurso tivesse sido disponibilizado aos Membros desta Assembleia, pelo que é fácil deduzir que neste contexto o nosso voto tem de ser no sentido da abstenção.

No Relatório Final da Análise de propostas, é mencionado a adjudicação da conceção dos dois primeiros lotes que são os de maior interesse, assim considerado pelo único concorrente, que lotes são estes? Como foram definidos? Com que critérios? Qual a sua localização? Onde estão as plantas de localização?

Porque existe uma discrepância tão grande no tempo para a instalação dos primeiros 50% de cada lote, 365 dias, e de 910 dias para a instalação dos restantes 50%?



Para terminar quero fazer uma última pergunta, mas, não menos importante, está a Camara Municipal disposta a dar o exemplo da mobilidade elétrica adquirindo veículos elétricos?

Disse.

Pela Bancada do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã,  
Luis Rodrigues.

---

Senhor Presidente da Assembleia Municipal  
Senhor Presidente da Camara Municipal  
Senhoras e Senhores Deputados Municipais  
Senhoras e Senhores Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia  
Caros colaboradores do Município  
Minhas Senhoras e Meus Senhores

É colocada a esta Assembleia a discussão e votação a concessão para uso privado de dois de três lotes de espaços públicos para a instalação de postos de carregamento para veículos elétricos.

Esta votação é decorrente da vontade que o executivo municipal teve na criação de um concurso publico revelador da determinação de dotar todas freguesias, desde a Aldeia de São Francisco de Assis a Vale Formoso, de equipamentos cada vez mais essenciais para a mobilidade, procurando assim oferecer um serviço não só às suas populações, mas também dar resposta a quem procura as nossas freguesias e a serra da estrela como destino turístico, com recurso a veículos elétricos.

Esta concessão irá permitir nos próximos 350 dias, dotar o concelho da Covilhã de 16 postos, para além de nos próximos 3 anos termos um total de 32 postos de carregamento rápido e ultra-rápido, disponíveis por um período de 15 anos. É garantido assim, não só um serviço amigo do ambiente, como ainda uma fonte de receita para o município da Covilhã sem investimento financeiro, dado que é responsabilidade da entidade vencedora do concurso a instalação não só dos carregadores, bem como dos demais trabalhos e sinaléticas necessárias.

A ambição de termos um concelho amigo do ambiente conciliando uma oferta melhorada das condições de turismo para todo o território, é executada com projetos e decisões tal como agora é proposto a esta assembleia.

Assim e pelos argumentos agora expostos, a bancada do Partido Socialista irá votar favoravelmente à proposta de concessão apresentada, louvando mais uma vez esta iniciativa do executivo camarário.



Covilhã, 09 de Maio de 2022

## DECLARAÇÃO DE VOTO

### 2.11 – Concessão do Direito de Uso em Espaço Público para a Instalação de 43 Pontos de Carregamento de Baterias de Veículos Elétricos, em locais públicos de acesso público no Concelho da Covilhã

Os membros da Assembleia Municipal da Covilhã eleitos pela Coligação Juntos fazemos melhor - CDS-PP/PPD-PSD abstiveram-se neste ponto da ordem de trabalhos e fizeram-no pelo fato de concordarem e até congratularam a iniciativa da Camara Municipal da Covilhã em dotar as Freguesias do Concelho, em espaço público e de acesso público com postos de carregadores de baterias de veículos elétricos.

No entanto, o documento aqui apresentado padece de falta de informação para que possamos ser minimamente rigorosos e responsáveis na sua apreciação e aprovação pelo voto, não tendo sido facultado o acesso ao caderno de encargos e as restantes peças do procedimento a concurso, que determinaram à adjudicação em apreço.

Os membros dos grupos do PSD e do CDS na Assembleia Municipal da Covilhã,

Hugo Ferrinho Lopes,  
Adolfo Mesquita  
Vanda Ferreira,

Nelson Lino Torgal

Joana Petrucci Rocha,

Luís Rodrigues



Handwritten signatures in blue ink, including 'FR' and 'H'.

Nuno Costa Reis,

Valéria Garcia,

Graça-Castelo-Branco.

PSD  
PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA